




RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2020

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos do OPART, E.P.E, apresenta-se informação para compreensão integral da situação económica e financeira desta empresa, da eficiência da gestão e das perspetivas da sua evolução. Pretende ser um relato fidedigno da atividade realizada no ano de 2020.



Nota do Conselho de Administração	1
Enquadramento.....	6
Destaques Financeiros.....	9
Destaques Operacionais	13
Investimento.....	15
Investimentos 2020.....	17
Linhas Estratégicas e Objetivos	18
Políticas setoriais, objetivos e indicadores	19
Objetivos e grau de cumprimento dos mesmos	23
Atividade de Produção Artística	30
Teatro Nacional de São Carlos.....	30
Companhia Nacional de Bailado.....	31
Estúdios Victor Córdon.....	31
Millennium Festival ao Largo 2020.....	32
Programação ON-LINE em tempos de pandemia (não prevista no PAO 2020)	32
Anexos	35
EPNF – Cumprimento das Orientações Legais – Quadro Resumo.....	35
Objetivos de Gestão	37
Gestão do Risco Financeiro e Limite de crescimento do endividamento	37
Prazo médio de Pagamento a Fornecedores e pagamentos em atraso	39
Cumprimento das Recomendações do Acionista	40
Remunerações	40
Fiscalização	43
Frota automóvel.....	44
Despesas não documentadas ou confidenciais	46
Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens (medida 2 da RCM 18/2014).....	46
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.....	46

Contratação Pública.....	47
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas.....	47
Plano de Redução de Custos.....	48
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	51
Divulgação das recomendações resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas	52
Deveres Especiais de Informação.....	52
PBG sites SEE e Empresa	53
Balanço Social	54
Mapas Económico-Financeiros	67
Estrutura de Custos.....	67
FSE (Funcionamento Geral)	71
Evolução dos custos: comparação com o ano anterior	72
Rendimentos.....	74
Resultados.....	77
Execução Orçamental: Despesas vs. Receitas.....	80
Avaliação e acompanhamento da prestação do serviço público.....	80
Tesouraria	84
Gestão do Risco Financeiro	85
Proposta de Aplicação de Resultados.....	87
Contas do Exercício de 2020	88
Anexos	113
Demonstrações de Execução Orçamental 2020	113
Documentação do Fiscal Único	135



Nota do Conselho de Administração

O Plano de Atividades e Orçamento para 2020 (PAO 2020) do OPART, Organismo de Produção Artística, E.P.E. foi realizado de forma a cumprir os objetivos definidos no Contrato-Programa para 2018-2020 e para dar seguimento à missão de serviço público dentro dos limites financeiros por ele definido.

Declaração de Pandemia a nível mundial

Contudo este Plano sofreu enormes alterações à sua execução, fruto da Declaração de Pandemia a nível Mundial, a 11 de março, e do Estado de Emergência em Portugal que provocou a suspensão de toda a atividade presencial, de março a início de junho, e obrigou a reagendamentos de toda a programação e ao cancelamento de imediato de alguns espetáculos a inaugurar nos dias seguintes à primeira declaração do Estado de Emergência, nomeadamente a Ópera “A Valquíria” uma coprodução com a Fundação Centro Cultural de Belém e com o Coliseu do Porto.

O ano de 2020, cuja atividade se relata neste Relatório, reflete assim os muitos desafios e as incertezas que se viveram ao longo do ano e que se espelharam na dificuldade de assegurar os objetivos a que o OPART, E.P.E. enquanto instituição nacional de referência tem como responsabilidades institucionais ao abrigo do seu Contrato-Programa em vigor de 2018 a 2020.

Estado de Emergência

No dia 18 de março, o Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, determinou o Estado de Emergência em Portugal, por 15 dias, devido à situação declarada de emergência de saúde pública ocasionada pela epidemia da doença COVID-19.

Consequentemente, e em cumprimento do estabelecido pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 30 de março, que veio regulamentar a aplicação do Estado de Emergência, o OPART, E.P.E. suspendeu toda a sua programação presencial e encerrou as suas salas de espetáculo, ensaios, treinos e de residências artísticas, a saber, no Teatro Nacional de São Carlos, na Companhia Nacional de Bailado e nos Estúdios Victor Córdon.



O Estado de Emergência teve três renovações e esteve em vigor até dia 2 de maio e a partir daí passou a vigorar o Estado de Calamidade, sob restrições ao funcionamento dos equipamentos culturais e das lotações permitidas.

Por esta razão o OPART, E.P.E. não apresentou a programação prevista de março a início de junho, mas retomou a sua atividade com ensaios e treinos a partir do dia 18 de maio para que a nova programação fosse possível de levar a cabo, depois de adaptada à nova realidade e num contexto de algumas equipas em teletrabalho, outras em horários desfasados e alternados ao longo da semana e muitos dos efetivos sujeitos ao dever de proteção dos grupos identificados com problemas de saúde.

Redirecionamento da programação para o formato online

Fruto desta situação inesperada, a programação viria a ser totalmente alterada para dar cumprimento às novas regras de segurança e saúde pública a que passámos a estar obrigados, redirecionando, parte dela, e em período de confinamento obrigatório, para o formato online com produção de conteúdos novos e recorrendo aos arquivos dos teatros.

Assim, em cumprimento das instruções de S. Exa. a Ministra da Cultura e do estabelecido pelo Decreto-Lei 10-I/2020, de 26 de março, que veio definir as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 10 de abril, foram tomadas as seguintes decisões:

- 1- Assumir o cumprimento de todos os compromissos financeiros contratados com artistas e restantes prestadores de serviços no âmbito da programação que estava definida e que foi suspensa.
- 2- Proceder ao reagendamento dos espetáculos suspensos para data a definir, mas sempre que possível enquadrar no 2º semestre de 2020, não comprometendo a programação já agendada para nova temporada 20/21.

Devolver Confiança – campanha para o regresso à atividade

Com a declaração do fim do Estado de Emergência, a 2 de maio, o OPART, E.P.E. preparou e lançou a campanha interna e externa DEVOLVER CONFIANÇA e a partir do dia 10 de junho orientou toda a programação até final do ano.



PREÂMBULO

Desta campanha pretendia-se o reforço da missão de serviço público, atraindo com segurança para as salas de espetáculo os vários beneficiários.

Com essa campanha de apelo ao regresso, foram tomadas as seguintes decisões com o seguinte calendário para os vários grupos técnicos, administrativos e artísticos:

- 4 de maio - regresso faseado e manutenção de funções em teletrabalho para técnicos e administrativos;
- 18 maio - voltar aos treinos e estudos de forma facultativa;
- 25 de maio - iniciaram-se aulas e ensaios.
- 1 de junho – apresentação do projeto on-line “O que é que a Ópera tem”;
- 10 de junho – primeiro concerto aberto ao público no TNSC.

Importa referir que durante o período que medeia entre o dia 16 de março e 1 de junho, muitas foram as atividades desenvolvidas em teletrabalho para que a missão de serviço público do OPART, E.P.E. não deixasse de ser cumprida. Assim, foram produzidos dezenas de conteúdos para apresentação online, assegurando diariamente através dos websites e redes sociais do TNSC, da CNB e EVC, espetáculos, entrevistas, visitas guiadas online e tantos outros projetos de forma de chegar aos muitos públicos do universo OPART, E.P.E.

Juntamos, na página 38 e seguintes, os projetos levados a cabo em formato online, que tiveram mais de 100 000 visualizações e partilhados junto dos parceiros e da comunidade em geral.

Importa referir que o OPART, E.P.E., apesar das condicionantes e da incerteza, entendeu levar a cabo, em julho, a realização do Millennium Festival ao Largo, 12ª edição - festival anual que encerra as temporadas do Coro do Teatro Nacional de São Carlos, da Orquestra Sinfónica Portuguesa e da Companhia Nacional de Bailado - nas datas previstas mas num outro local, onde as condições exigidas para a realização deste tipo de espetáculos melhor se enquadraria nas regras de segurança e de distanciamento obrigatórias: no Largo do Palácio da Ajuda, de 10 a 25 de julho.

A decisão de o levar a cabo prendeu-se essencialmente com o cumprimento do dever institucional de dar exemplo de retoma da atividade cultural, e de prestar um serviço público que urgia assegurar e estimular alguma normalidade e confiança interna, nas equipas artísticas, técnicas e de suporte.

Este momento foi o culminar de uma temporada que tinha sido “amputada” ao desempenho artístico dos corpos artísticos do OPART e que viram a sua prestação altamente condicionada e de difícil execução no formato de teletrabalho. O festival teve 4127 espetadores presencialmente e muitos milhares assistiram online pois foi assegurada a transmissão via *streaming* em parceria com o Millennium BCP, patrocinador do Festival ao Largo, desde a primeira edição.

Atividade e adaptação no 2º Semestre

Por fim não podemos deixar de referir que no segundo semestre de 2020, a atividade foi relançada com algum entusiasmo e foram realizados espetáculos e atividade artística no Teatro Nacional de São Carlos, na Companhia Nacional de Bailado e nos Estúdios Víctor Córdon, sempre dentro das regras de segurança, atrás referidas, e na constante prevenção e contingência de situações de contágio.

Nos últimos meses do ano assistimos também ao cumprimento de alguns reagendamentos do 2º Trimestre, mas também à reorganização e melhoria das condições de trabalho quer para os ensaios quer para a receção de público.

A lotação das salas a 50%, a apresentação e comunicação dos espetáculos mensalmente - dada a incerteza vivida e que viria a culminar, a 6 de novembro, com a declaração de novo Estado de Emergência dado o agravamento da situação pandémica, fruto de aumento de casos de infeção da população com o novo coronavírus – provocou uma baixa procura do público e conseqüentemente uma receita muito abaixo da prevista e desejável.

Tendo em vista o controlo da propagação do vírus, o Governo e as Autoridades de Saúde implementaram, ao longo de todo o ano, um conjunto de medidas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população e no tecido económico português às quais o OPART, E.P.E. esteve sujeito e se verificam neste Relatório e Contas.

O Conselho de Administração do OPART, E.P.E., esteve sempre a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos desta situação, a qual, dada a sua natureza, e elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos nas demonstrações financeiras futuras, muito afetou também a gestão dos recursos humanos artísticos e técnicos, altamente expostos a situações de risco de contágio e que obrigaram a um rigoroso acompanhamento de prevenção e comunicação interna.

PREÂMBULO

Em jeito de conclusão

Ao longo de todo o ano de 2020, o OPART, E.P.E. através das suas estruturas – Teatro Nacional de São Carlos, Companhia Nacional de Bailado e Estúdios Vítor Córdon - levou a cabo a sua missão maior apesar dos tempos de grande incerteza, e conseguiu criar ao longo do ano, uma dinâmica de teletrabalho entre os serviços e com os públicos de forma digital, e trabalho presencial a partir de início de junho e até dezembro.

Implementou as necessárias adaptações à realidade muito difícil para conseguir assegurar o serviço público que lhe está confiado e dar cumprimento aos objetivos que o Estado lhe definiu no contrato-programa, dentro das obrigações da legislação que regulamentou o Estado de Emergência e o Estado de Calamidade e as suas sucessivas renovações.

Desta forma, os objetivos foram alcançados no que diz respeito ao serviço público que continuámos a prestar, ao cumprimento da legislação que regulamentou a atividade e a vida das instituições e das pessoas a que nunca deixámos de dar prioridade.

Não poderíamos deixar de agradecer e reconhecer a dedicação, o empenho e a compreensão de todos os diretores e restantes equipas artísticas, técnicas e administrativas, internas e externas, para as muitas alterações, mudanças e incertezas que o tempo de pandemia a todos obrigou e marcou profundamente.

Às Diretoras Artísticas, do Teatro Nacional de São Carlos, Elisabete Matos e da Companhia Nacional de São Carlos, Sofia Campos, e ao Coordenador dos Estúdios Vítor Córdon, Rui Lopes Graça, um agradecimento reforçado pela forma como souberam trabalhar com o Conselho de Administração e com ele acertaram permanentemente as melhores formas de implementar as sucessivas mudanças ao funcionamento e adaptá-las ao quotidiano mas também na gestão das muitas expectativas das equipas artísticas internas e externas.

Lisboa, 15 de julho de 2021

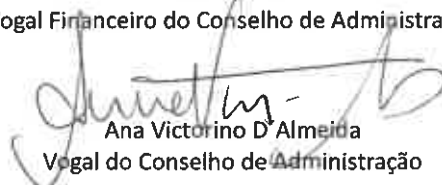


Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração



Alexandre Santos

Vogal Financeiro do Conselho de Administração



Ana Victorino D'Almeida
Vogal do Conselho de Administração



Enquadramento

O Relatório de Gestão e Contas que agora se apresenta diz respeito ao ano de 2020.

Contudo, importa relembrar os princípios que nortearam a criação do OPART - Organismo de Produção Artística - E.P.E., em 2007, através do Decreto-Lei n.º 160/2007 de 27 de abril, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos no tocante à modernização administrativa, à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência.



Assim, foram reunidos o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e a Companhia Nacional de Bailado (CNB) numa única entidade pública empresarial, mas continuando a funcionar como centros de produção artística autónomos, cada qual dotado da sua própria direção artística. Passou a existir uma administração comum, que deverá proceder à aprovação dos respetivos planos de atividades e orçamentos plurianuais, ocupar-se da gestão financeira e de pessoal e assegurar a coordenação e complementaridade mais efetivas dos meios disponíveis para uma produção e uma programação de elevada qualidade nas áreas da música, da ópera e da dança.


O OPART, E.P.E, visava, deste modo, proporcionar a ambas as entidades, condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe, disponibilizando novos instrumentos de gestão que reforçassem as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Entretanto em 2012, viria a ser criado, através do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, publicado em Diário da República, 1.ª série, n.º 174, o Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), o GES CULT – Serviços Partilhados da Cultura, A.C.E, constituído por 5 (cinco) entidades públicas empresariais que participavam como agrupadas mas com a publicação do Decreto-Lei n.º 36/2013 de 11 de março, relativo às regras de execução do Orçamento de Estado para 2013, a vigência do Decreto-Lei n.º 208/2012 de 7 de setembro ficou suspensa, tendo sido ripristinado o Decreto-Lei n.º 160/2007 de 27 de abril, e revogado pela Lei de Orçamento de Estado para 2016 (artigo 215.º, n.º 2, da Lei n.º 07-A/2016 de 30 de março).

Devido à pandemia, a atividade ao longo do ano de 2020, refletida neste R&C, foi alvo de muitos reagendamentos e alguns cancelamentos, o que pesou significativamente na componente financeira pois o OPART, E.P.E. enquanto instituição nacional de referência e



PREÂMBULO



com responsabilidades de prestação de serviço público, respeitou todos os compromissos previamente assumidos com artistas, técnicos e fornecedores, e teve como resultado uma forte e evidente diminuição da sua receita própria.

Fazendo uma pequena resenha histórica para melhor se compreender a evolução do OPART, E.P.E ao longo dos anos, e implicações financeiras, evidenciamos que, entre 2010 e 2016, as constantes alterações das Administrações e das tutelas setoriais, e o facto de desde 2013 e até setembro de 2016 não ter existido Diretor Artístico para o TNSC, provocaram uma evidente instabilidade interna, que se traduziu na ausência de uma programação e temporadas que deveriam refletir um projeto artístico coerente.

Importa assim identificar que fruto desta instabilidade e fragilidades de liderança, resultou a diluição dos procedimentos e regras, a ausência de uma política com linhas de orientação estratégica bem definidas e alinhadas com um quadro de objetivos com metas quantificáveis, a alteração da estrutura orgânica sem o correspondente desenho e comunicação interna, a ausência de um sistema adequado de controlo interno, entre outros. Estas situações não foram fáceis de reverter nos anos subsequentes e muitas delas mantêm-se por resolver até à presente data.

Em 2011, aquando da elaboração do Orçamento de Estado para 2012, o OPART, E.P.E. passou a figurar como Entidade Pública Reclassificada (EPR), passando a inserir-se na esfera do Orçamento de Estado e sujeita às regras de execução orçamental, ainda que num regime simplificado. Deste modo, passou a ser gerida por 2 (dois) sistemas contabilísticos: por defeito, enquanto entidade pública empresarial, regemo-nos pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e, em excesso, por um regime aplicável às EPR de controlo da execução orçamental. Até final de 2017, não havendo no mercado sistemas compatíveis com estas duas realidades, a situação foi sendo colmatada pela utilização de ferramentas como o Excel e Access, que não estavam interligadas com o anterior *software* de gestão PHC, o que originou em grande parte, que a Direção Financeira e Administrativa estivesse reduzida a um papel de mero executante e não de controlo e gestão exigidos, sem grande confiança nos dados introduzidos e resultados, existindo uma enorme sobrecarga nos reportes, de carácter obrigatório, legais e regulares (vários ao longo de cada mês), que somos obrigados a relatar, seja de forma desmaterializada ou não.

Em 2017 lançou-se um ajuste direto, procedimento em conjunto com o Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Nacional São João, inserido no âmbito da Medida Simplex “Sistema de Gestão Integrada dos Teatros Nacionais”, ao abrigo do Acordo Quadro de Licenciamento de

PREÂMBULO

software e serviços conexos (ESPAP 2015) para “Aquisição, parametrização e implementação de software de gestão, bem como os respetivos serviços de assistência técnica e manutenção corretiva e evolutiva” que desse resposta, em primeira linha, à implementação do SNC-AP. Este SW ERP veio, ainda, colmatar o deficiente controlo interno.

Em novembro de 2017 foi efetuada a integração do saldo transitado, solicitada em abril de 2017, para reforço da despesa necessária a esta adjudicação. Só nessa altura foi possível outorgar o contrato e dar início à implementação e parametrização. Assim, um trabalho desenhado para ser efetuado em 6 meses, com testes e correções, foi efetuado no início do ano de 2018.

O ano de 2018 foi um ano de adaptação ao novo SW ERP, parametrizações e correções. Foi o ano em que foi homologado o Regulamento Interno da estrutura, atualizado face ao existente e elaborado em 2007. Procedeu-se à atualização do Código de Ética e Conduta, com adição do regulamento do assédio no trabalho.

No ano de 2019, o OPART, E.P.E. teve alguns constrangimentos com os trabalhadores, levando mesmo a alguns dias de greve que obrigaram ao cancelamento de uma produção operática, totalmente esgotada, e que colocou em risco também a realização do Millennium FAL 2019. No entanto, o Conselho de Administração que entrou em funções em julho de 2019, conseguiu chegar a acordo com o Sindicato e os trabalhadores, e a greve foi levantada no próprio dia de realização do primeiro concerto do Millennium FAL2019. No entanto as récitas canceladas, cuja lotação se encontrava esgotada, trouxeram alguns constrangimentos financeiros nomeadamente com a devolução de bilhetes.

Chegados ao ano de 2020, o início da pandemia afetou toda a programação prevista, obrigando aos sucessivos reagendamentos e adaptações funcionais constantes. Este motivo levou a uma reorganização total da atividade e a um elevado esforço de flexibilização de meios e recursos, de modo a fazer face à nova situação.

Também em 2020 é de realçar a continuação e intensificação da negociação com o sindicato CENA-STE de modo à obtenção de um Acordo de Empresa.



PREÂMBULO

Destaques Financeiros

Histórico

Olhando para o EBITDA e Resultados Líquidos desde 2010, verificamos que nesse ano, apesar de um volume de negócios 50% mais elevado que o atual, financiamento público superior em 1,6% e o apoio mecenático na ordem de um milhão e quinhentos mil euros (74% acima do atual), e tendo em conta os Gastos com Pessoal e FSE, sobre os quais ainda não haviam sido tomadas medidas de contenção, obteve-se um EBITDA de -217.713,44€ e um Resultado Líquido de -560.454,02€.

Em 2011, o valor do EBITDA de 320.742€ e de um Resultado Líquido de 29.782€, só foi possível com a aplicação de medidas de contenção, nomeadamente as reduções remuneratórias (com impacto, também nas aquisições de serviços) e o não pagamento de subsídio de férias e de natal, que levaram a uma redução de 16% na Despesas com Pessoal e de 13% nos FSE, uma vez que em termos de subsídios à exploração (que inclui IC e Mecenato) sofremos uma redução de 4% (-829.692€) e, em termos de volume de negócios, uma redução de 17% (-401.969€). De referir ainda que em 2011 aumentámos a provisão em cerca de 1.610.000€ fruto do processo judicial relativo ao despedimento do Maestro Zoltán Pesko.

Em 2012, apesar da redução de 19% de FSE face a 2011 (30% face a 2010) e de 12% das Despesas com Pessoal face a 2011 (26% face a 2010), porque ao nível de volume de negócios sofremos uma redução de 42% face a 2011 (52% face a 2010) e ao nível de subsídios de exploração uma redução de 18% face a 2011 (21% face a 2010), o nosso EBITDA foi de -111.208€ e o nosso Resultado Líquido de -392.954€.

Em 2013, obteve-se um EBITDA positivo de 797.506€ e um Resultado Líquido positivo de 515.131€, apenas em resultado da reversão da provisão relativa ao processo judicial do Maestro Zoltán Pesko, de cerca de 2.500.000€. Não fora isso, teríamos um EBITDA negativo acima do 1.400.000€ e um Resultado Líquido de cerca de 1.800.000€ negativo (considerando-se, mesmo assim, uma reversão de 300.000€). Os subsídios à exploração reduziram em 3% face a 2012 e 23% face a 2010, sendo que a IC (se manteve idêntica à de 2012) apresentou uma redução de 25% face a 2011 e de 27% face a 2010. Em termos de Despesas com Pessoal, estas aumentaram 23%, face a 2012, dado ter sido considerado inconstitucional o não pagamento dos subsídios de férias, e os FSE apresentaram uma redução de 20% face a 2012 e de 43% face a 2010.

PREÂMBULO

Devido ao facto de termos de pagar os subsídios de férias, valor não previsto em orçamento, tivemos de outorgar um contrato de empréstimo com o Estado de 900.000€ dadas as dificuldades de tesouraria para fazer face a esse pagamento. Também a partir de 2013 o TNSC ficou sem Diretor Artístico e sem uma programação regular o que em muito agravou a instabilidade já vivida.

Em 2014 obteve-se um EBITDA positivo de 506.022€ e um Resultado Líquido de 239.712€ graças ao aumento do apoio do Fundo de Fomento Cultural para 2.500.000€ e obtenção de outros apoios no montante de 464.300€, o que elevou os subsídios à exploração para 16.654.139€, mais 1.486.400€ do que em 2013 (aumento de 10%). Também houve uma redução de 6% relativamente aos Gastos com Pessoal, mantendo-se o nível dos FSE. A ausência de um Diretor Artístico no TNSC e de uma programação concertada e anunciada com antecedência para fidelizar os públicos e assinantes, teve impacto no volume de negócios que reduziu em 6% face a 2013.

Em 2015, verificou-se um aumento de 32% no volume de negócios, resultado da contratação da figura de programador artístico que apresentou uma Programação regular e coesa (o que implicou necessariamente aumento nos FSE de mais 15% face a 2014). Também se verificou o aumento de 500.000€ no apoio do FFC que gerou um aumento de 1% nos subsídios à exploração. O aumento do volume de negócios e de subsídios à exploração, num total de 3% (+584.142€) permitiu fazer face ao aumento de FSE e Gastos com Pessoal num total de 6% (+1.075.266€ resultado, essencialmente, da reversão de 20% das reduções remuneratórias). O EBITDA atingiu os 225.547€ e o Resultado Líquido, 17.932€.

Em 2016, apesar do aumento de 1% da IC (0,5% de aumento no total dos subsídios à exploração), voltámos a registar uma quebra no volume de negócios de 26%. Assim, no total de financiamento (próprio e público), tivemos uma redução de 296.479€ (-1,6%), enquanto que, face à reversão total das reduções remuneratórias (ainda que gradual e por trimestre) e ao pagamento de indemnizações, sofremos um aumento de 5% nas Despesas com Pessoal (+661.575€) – neste valor também está refletido as contratações ao abrigo da Lei n.º 4/2008 e diretamente relacionadas com a atividade artística - e, tendo em conta a estabilização de uma programação e da nomeação de um Diretor Artístico para o TNSC, registámos um aumento de 7% (+ 278.543€) nos FSE, num total de 940.118€ (+ 5%). Ora, a quase manutenção do financiamento público, acrescido de redução do volume de

PREÂMBULO

negócios, não conseguiu fazer face ao aumento dos gastos com Pessoal e ao aumento de FSE, fruto da dinamização da atividade artística.

A degradação do edificado e equipamentos, sem que tenha havido nos últimos anos investimentos para a sua recuperação/substituição, tem onerado os gastos com reparações e conservações que, de pontuais, passaram a constantes e de montante considerável, sem a resolução do problema de raiz, antes agravando-o. Desta forma, a inexistência de financiamento suficiente para fazer face a todos estes custos (as Despesas com Pessoal retomam os níveis de 2010 e, cada vez mais, a dificuldade de impor reduções nos FSE, especialmente porque, para se aumentar o volume de negócios, tem de se aumentar e diversificar a atividade artística), não permitiu um orçamento financeiramente equilibrado, e o OPART, E.P.E. teve em 2016 um EBITDA de -1.065.960€.

Parece também relevante o facto de, em termos de contabilidade orçamental, ter sido integrado o saldo de gerência de 2015 (cerca de 1.070.000€) como crédito especial, aumentando o orçamento de despesa, sendo que, em termos de princípio da especialização e da contabilidade financeira, as receitas do saldo de gerência estão refletidas nos resultados de 2015 e não 2016.

Em 2017, o OPART apresentou um Resultado Líquido do exercício de 274.866,37€, e um EBITDA de 445.408,38€. A proposta de orçamento de atividades do OPART para o ano de 2017, foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1379 da Direção-Geral do Orçamento (DGO) e com base na atribuição do montante de 15.614.807€ de Indemnização Compensatória e 3.000.000€ de apoio do Fundo de Fomento Cultural (FFC). Contudo, na fase de discussão do Orçamento de Estado 2017, verificou-se que o orçamento de despesa e receita, carregado em agosto, havia sido alterado e aumentado o valor da IC para 17.402.830€. Numa fase posterior, também foi alterado o montante a transferir por parte do FFC, que, de 3.000.000€ inscritos e aprovados em sede de OE 2017, foi firmado o compromisso de 1.900.000€. Assim, o aumento efetivo de cerca de 1,5 milhões foi absorvido pelo aumento de Despesas com Pessoal e aumento do IVA. Face a estas dificuldades, no final do ano, foi transferido mais 281.351€ do FFC.

Em 2018, o OPART, E.P.E. apresentou um Resultado Líquido do exercício de 723.802,27€, e um EBITDA de 925.670,10€. Em termos de gastos operacionais apresentou valores abaixo do ano transato em cerca de 5 % e abaixo dos 17% face a 2010. No que diz respeito à IC e FFC, estes subsídios tiveram um acréscimo de 0,9% face a 2017. Ao valor protocolado com o FFC de 1.917.100€, foi necessário transferir mais um valor mais 250.000€ no final do ano, dada a redução inesperada, durante o mês de maio, do apoio mecenático da EDP.

PREÂMBULO

Em 2019, entre os principais resultados da área administrativo-financeira, note-se a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, de 38 dias em 2018 para 20 dias no final de 2019. Este ano com a inclusão do apoio do FFC na IC e com a transferência da IC trimestralmente (a partir do terceiro trimestre) permitiu ter tesouraria de forma regular para cumprir os prazos de pagamento. O mecenato da EDP manteve-se nos mesmos valores que em 2018, assim como o apoio ao FAL por parte do Millennium BCP. Relativamente aos gastos com FSE, que continuaram reduzidos em 40% face a 2010, em grande medida devido à redução do orçamento para programação artística, apresentou o montante de 3.582.585,39€ (mais 8,4% face a 2018). Contudo verificou-se um aumento dos gastos operacionais no volume de negócios, provocado pelos efeitos da greve, que originou uma redução de volume de negócios de pelo menos 180.000€ provocado pela devolução de bilheteira. Apesar dos gastos operacionais terem aumentado em cerca de 236.000€ o volume de negócios previa-se por volta do 1.160.477€ (mais 7% que em 2018). Infelizmente a greve fez com que o volume de negócios não passasse dos 980.477€ tendo uma redução de 9% face a 2018. Em termos financeiros, ressalva-se o facto de se ter alcançado 15% de redução dos custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) em 2019 face a 2010.

Para o ano de 2020 a proposta de orçamento de atividades do OPART, E.P.E. foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1399 da Direção-Geral do Orçamento (DGO).

Face à situação de Pandemia, já devidamente identificada, em 2020 o volume de negócios teve uma quebra de 45% face a 2019, fruto de diminuição da receita própria, nomeadamente bilheteira. Por sua vez os subsídios à exploração, quer públicos quer privados tiveram um aumento de 3,6%, devido ao incremento do FFC, que passou de 200 000€ em 2019 para 727 000€ em 2020. O mecenato da EDP manteve-se nos mesmos valores que em 2019, assim como o apoio ao FAL por parte do Millennium BCP.

Relativamente aos gastos operacionais, estes foram fortemente influenciados pelos FSE, que reduziram 28% face a 2019. Esta redução deveu-se ao facto de parte da programação artística ter sido reagendada para 2021, sendo os gastos efetuados diferidos para seu reconhecimento no momento da apresentação das mesmas.

A combinação destes fatores gerou um resultado líquido do exercício após impostos no valor de 1.286.307€.

No que diz respeito à aplicação do disposto no art. 32º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, do Estatuto do Gestor Público, não foram utilizados cartões de crédito nem outros

PREÂMBULO

instrumentos de pagamento que tenham por objeto a realização despesas ao serviço da empresa e não houve lugar a reembolsos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Destaques Operacionais

Em dezembro de 2019 foi nomeada Maria da Conceição Amaral, para Presidente do Conselho de Administração, para dar cumprimento à continuidade do mandato de André Moz Caldas, que terminou em outubro de 2019, e que tinha sido nomeado com a restante equipa de gestão a 04 de julho, decorrente da dissolução da anterior.

Por deliberação do Conselho de Administração, de 27 de julho de 2007, foi aprovado o Regulamento Interno do OPART - Organismo de Produção Artística, E. P. E., previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril e que se manteve em vigor até maio de 2018.

Passados dez anos da aprovação daquele Regulamento Interno, importou introduzir alguns ajustamentos na orgânica do OPART, E.P.E., com base na experiência colhida desde a criação desta Entidade, pelo que, consultadas as organizações representativas dos trabalhadores nos termos do artigo 99.º do Código do Trabalho, foi deliberado pelo Conselho de Administração a alteração ao Regulamento Interno do OPART – Organismo de Produção Artística, E. P. E., o qual foi homologado por S. Exa. o Secretário de Estado da Cultura em 08 de maio de 2018.

Assim, e de acordo com o artigo 5.º dos Estatutos do OPART, E.P.E., são órgãos o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A estrutura orgânica integra, obrigatoriamente, o Diretor Artístico do TNSC e o Diretor Artístico da CNB e, ainda, o Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração, Direções e respetivos setores e gabinetes do TNSC, Corpos Artísticos do TNSC e respetivos (as) Maestros/Maestras titulares, Direções e respetivos setores e gabinetes da CNB, Elenco de Bailarinos e Equipa Artística da CNB, Estúdios Víctor Córdon e Direções e Gabinetes comuns.

A estrutura orgânica do OPART, E.P.E. integra as seguintes Direções comuns e um Gabinete comum:

- a) Direção Financeira e Administrativa;

PREÂMBULO

- b) Direção de Recursos Humanos;
- c) Direção de Manutenção;
- d) Direção de Comunicação e Marketing.
- e) Gabinete de Informática.

O Teatro Nacional de São Carlos tem as seguintes direções, das quais podem depender gabinetes e setores, e corpos artísticos próprios:

- a) Direção de Produção TNSC;
- b) Direção Técnica TNSC;
- c) Direção de Cena TNSC;
- d) Direção de Estudos Musicais TNSC;
- e) Direção do Coro e Orquestra TNSC;
- f) Maestro/Maestrina Titular do Coro do TNSC;
- g) Coro do TNSC;
- h) Maestro/Maestrina Titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa;
- i) Orquestra Sinfónica Portuguesa.

A Companhia Nacional de Bailado tem as seguintes direções, das quais podem depender gabinetes e setores, e elenco artístico:

- a) Direção de Produção CNB;
- b) Direção Técnica CNB;
- c) Direção de Cena CNB;
- d) Elenco de Bailarinos e Equipa Artística da CNB.

O OPART integra ainda os Estúdios Víctor Córdon que são uma plataforma de desenvolvimento de projetos de criadores e intérpretes, promovendo a formação, residências e parcerias com outras entidades. Os Estúdios Víctor Córdon são equipados a Gabinete.



PREÂMBULO

Investimento

O OPART, E.P.E. nos termos do Decreto-Lei n.º 160/ 2007 de 27 de abril, desenvolve a sua atividade artística, em permanência, em dois teatros, na cidade de Lisboa: o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC), único teatro de ópera do país, e o Teatro Camões (TC), onde se apresenta a temporada regular da Companhia Nacional de Bailado desde 2003.

Estão afetos ao OPART, E.P.E. os seguintes conjuntos edificados: Teatro Nacional de São Carlos, Teatro Camões e Estúdios Victor Córdon.

O Teatro Nacional de São Carlos, inaugurado em 1793, encontra-se classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto nº 2/96, DR, 1.ª série, n.º 56, de 6 março. O Teatro Nacional de São Carlos permanece a única sala de espetáculos construída exclusivamente para a produção e audição operáticas, em Portugal, e é uma referência patrimonial absoluta e insubstituível da tradição construtiva europeia aplicada a salas de espetáculos musicais, no século XVIII.

Ao longo dos seus 228 anos de existência, o Teatro Nacional de São Carlos foi sendo alvo de diversas campanhas de obras de manutenção do edificado, mas também de transformação do construído, sendo a mais importante a que ocorreu nos anos 1940. Estas obras de grande dimensão, sob a orientação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, transformaram significativamente o edificado alterando de raiz alguns fundamentos arquitetónicos e patrimoniais.

Apesar das ações de conservação e restauro iniciadas em 2020, nomeadamente na fachada e nas zonas públicas do monumento, o Teatro Nacional de São Carlos carece de uma maior intervenção integrada e urgente, em diversas zonas do complexo edificado, com respeito pelo valor patrimonial, mas assegurando, de forma informada, os padrões contemporâneos de segurança das pessoas e do edificado. De facto, tem-se detetado em São Carlos, uma elevada degradação e desqualificação de espaços e uma desatualização de redes técnicas, circunstâncias que impedem que se possa responder na totalidade aos atuais padrões de segurança das instalações.

De referir, ainda, um evidente desajuste entre as possibilidades operativas do conjunto edificado do século XVIII ao uso a que hoje está sujeito, em pleno século XXI e às exigências a que um equipamento cultural está obrigado.

PREÂMBULO

O OPART, E.P.E. apesar de dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e de lhe caber suportar todas as despesas de conservação e beneficiação, que exigem um maior esforço financeiro que não tem sido possível, tem efetuado obras de reparação, que sabemos serem insuficientes.

Desde 2002 que a Companhia Nacional de Bailado se apresenta num espaço próprio, o Teatro Camões (TC), propriedade da Estamo, S.A. e arrendado ao GEPAC (Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais), cuja manutenção compete ao OPART, E.P.E.

Os Estúdios Victor Córdon, situam-se num edifício que é propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, cedida ao OPART, E.P.E. a título de arrendamento e cuja manutenção também é suportada pelo OPART, E.P.E.

Em 2016 foi realizado um levantamento exaustivo das necessidades e fragilidades dos edifícios e elaborado um Plano Geral de Intervenções (PGI) no TNSC, que foi melhorado e atualizado em 2020, onde são definidos quatro Eixos Prioritários:

- Segurança de pessoas e instalações - privilegiando as questões de segurança de acordo com as normas em vigor, mas em respeito pelo edificado e pela sua dimensão patrimonial classificada;
- Requalificação funcional do imóvel - identificava espaços que deveriam ser alvo de intervenção qualificada e que adequasse os espaços a novas funções. Identificava redes técnicas a qualificar ou a introduzir *ab initio*;
- Valorização patrimonial - privilegiava o restauro e conservação do edificado, dos elementos decorativos, mas também de áreas técnicas de valor patrimonial;
- Alteração de usos - identificava usos a eliminar e promovia a introdução de novas práticas associadas a uma cultura de prevenção e segurança de pessoas e instalações.

Assim, e independentemente de uma intervenção integrada que procure repor os níveis de segurança de pessoas e instalações em padrões corretos, continua urgente proceder a intervenções setoriais e específicas no TNSC para se garantir a sustentabilidade da utilização do Monumento Nacional em termos funcionais, de qualidade patrimonial e de segurança de pessoas e bens.

PREÂMBULO

No quadro seguinte estão elencadas as principais adjudicações de 2020, em termos de investimentos:

Investimentos 2020

Descrição	Valor 5/2020
Equipamento básico para atividade	28.072,66 €
Barra de ballet	381,35 €
Equipamento eletrotécnico/material de Som	1.656,00 €
Estojo Wiseman Clarinete	1.686,18 €
Equipamento de som	654,79 €
Sistema de Som Portátil 2colunas+mesa amplificada 200W+200W c/	419,66 €
Microfone Sennheiser Evolution Drum Set Pack 600	709,67 €
Motor de Cena para Setor de Maquinaria	2.160,60 €
Maquina de Fumo	930,00 €
Barra de ballet	3.229,88 €
Equipamento para vídeo	243,09 €
Equipamento electromecânico	3.750,00 €
Equipamento para iluminação e lâmpadas eléctricas	1.670,00 €
Equipamento eletrotécnico	152,50 €
Estrados de Palco em Alumínio/Deck/Madeira acabamento Hexa	8.392,33 €
Serra TS 55 Rebijas+2Reijas+2Unioes+2Grampos Festool	577,98 €
Serra Leito UG/Traçadeira de Chanfros KS Reb Festool	1.458,63 €
Equipamento informático	88.349,87 €
Equipamento de rede/processamento de dados -hardware	63.370,42 €
Equipamento informático UPS -Grav.Repr.	1.064,00 €
APC Smart- Adaptadores	2.142,66 €
Impressoras de bilhetes	517,20 €
Equipamento de rede	1.250,44 €
Disco Externo Lacie 2baix 2Baixas 8TB Thunderbolt 3	577,15 €
PC Portáteis i7 e i5	11.250,00 €
Computadores - Torres	7.170,00 €
Monitores	1.008,00 €
Equipamento administrativo	4.208,07 €
Ar condicionado-Hisense APH12	325,20 €
Estantes KALLAX	162,59 €
Mesas	720,00 €
Cadeiras	680,00 €
Ar Condicionado Portatil Orima ORPE09	972,36 €
Armário-Ficheiro Metal 4 Gavetas	216,46 €
Cadeira Operativa Staples Felluca	47,97 €
Bloco Gavetas 48*58*49 Silver II	119,80 €
Estante Galvanizada Cinzenta	788,69 €
Armários	175,00 €
Outros ativos	16.458,56 €
Colunas Amplificadoras -Máquina Fotográfica	2.643,12 €
Variadores de Frequência	5.734,56 €
Carregador para Carro Electrico	1.030,00 €
Depósito de 500 litros	1.200,00 €
Equipamento para Fotografia-FUJIFILM	2.696,75 €
Equipamento e produtos auxiliares de transporte	537,71 €
Máquinas de lavar roupa	268,29 €
Máquinas de secar roupa	593,50 €
Totens/Expositores em Acrílico	1.236,50 €
Aspirador Cleantec CTL 26 e Festool	518,13 €
Software informático	25.784,15 €
Cartão Microsoft Office 365Empresas- Versão Premium	121,14 €
Licença de software CHROMA-Q	800,00 €
Renovação da continuidade software Primavera	5.221,26 €
Software- Invoicexpress	300,00 €
LICENCIAMENTO ADOBE	1.634,00 €
Primavera software -Contrato Suporte	9.600,00 €
Pacote de software antivírus	2.613,00 €
Licenças de Software Wysiwyg	173,75 €
Licenças de software Adobe Creative	814,00 €
Licenças AUTOCAD	4.507,00 €
Total	162.873,31 €



Linhas Estratégicas e Objetivos

Apesar do ano de 2020 ter sido um ano de pandemia e de consolidação orçamental, as principais iniciativas previstas foram no sentido de promover atividades de incentivo à formação e desenvolvimento de públicos, quer de público em geral, quer do público jovem em particular, suscitando novos hábitos, necessidades culturais e interesse pela música, música erudita e bailado. Houve uma forte aposta na continuação do trabalho junto do público infanto-juvenil: reforçando a ligação on-line para estimular a introdução de hábitos culturais.

A nossa visão passa pela construção de uma Comunidade. Passa por mudar sem parar. Assumir que sendo uma instituição nacional, parte dela residente num monumento nacional, com um passado histórico marcante e em muito direcionado para as elites, pode cair-se em rotinas, onde pouco ou nada se altera.

Com públicos reduzidos e intermitentes e um futuro incerto, urge mudar: criar uma comunidade interna, orientada para resultados e não focada nos processos, com uma liderança estável, objetivos claros e corpos artísticos com identidade própria. Urge criar também uma comunidade externa, fidelizando públicos e trazendo as famílias e as escolas.

Para isso há que criar etapas de mudança. Programar eficazmente (Temporada Lírica / Temporada Sinfónica / Bailado); fomentar outros públicos, tais como Famílias, Escolas, através da divulgação; divulgar o cânone; planear novas encomendas; consolidar a mudança em curso e criar programas regulares. Preservar o que é bom e vem de trás, mas mudar para que a instituição possa ser reconhecida pela qualidade dos seus músicos, dos seus bailarinos, pela qualidade do projeto artístico e pela sua disponibilidade para a comunidade: ser uma Instituição viva e um Património de todos.

Assim, apesar da situação pandémica que se viveu ao longo do ano, demos especial atenção à seguinte estratégia:

- Construir uma Visão
- Construir uma Comunidade: interna e externa
- Criar etapas de Mudança: programar / fomentar outros públicos / divulgar o cânone / planear novas encomendas / consolidar a mudança e criar programas regulares
- Comunicar melhor: para dentro e para fora
- Renovar a tradição e estar atentos à proteção dos acervos
- Inspirar a Comunidade.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

E nunca deixámos de afirmar o que queremos que a sociedade portuguesa reconheça no OPART, E.P.E.:

- A Ópera de Portugal e a Companhia Nacional de Bailado
- Uma instituição com passado, com uma programação regular de clássicos; projetos inovadores e mediáticos e para todas as idades
- Um Teatro antigo com uma atividade contemporânea
- A Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos: reconhecidos pela qualidade dos seus músicos
- A Companhia Nacional de Bailado, com o seu elenco de Bailarinos profissionais reconhecidos pela qualidade do seu projeto artístico
- Disponível para a comunidade
- Um património de todos e para todos

Continuou a merecer destaque o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas de modo a conceber ações conjuntas, potenciando competências e recursos, e envolver a sociedade civil no usufruto de uma atividade que é pensada como sendo de alcance nacional.

De realçar que, nas presentes condições, a internacionalização foi totalmente limitada.

O OPART, E.P.E. continuou a reconhecer a importância da prática de ações de voluntariado e estágios para o desenvolvimento pessoal dos cidadãos e para o progresso da sociedade portuguesa. Contribuir para o desenvolvimento ou aquisição de competências profissionais especializadas é também um dos objetivos da missão da instituição.

Políticas setoriais, objetivos e indicadores

O regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE), definido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial.

O n.º 1 do artigo 39.º do RJSPE atribui o exercício da função acionista das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado em exclusivo ao membro do Governo responsável pela área das Finanças.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

Nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, os ministérios setoriais colaboram com o titular da função acionista. A colaboração setorial tem como objetivo assegurar a eficácia da atividade operacional, assegurando as especificidades setoriais.

Nos termos previstos no n.º 4 do artigo 39.º, compete exclusivamente aos ministérios setoriais:

- a) Definir a política setorial;
- b) Emitir orientações específicas;
- c) Definir os objetivos a alcançar no exercício da sua atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover a sua contratualização.

Foram definidos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do RJSPE, os seguintes princípios políticos orientadores do setor empresarial da cultura para o triénio 2018/2020:

- **Criação nacional** – Manter a produção própria e o repertório português como fonte de valorização dos autores, artistas e criadores portugueses;
- **Serviço (ao) público** – Incrementar a fidelização e desenvolver a capacidade de atrair novos públicos;
- **Território nacional** – Desenvolver a capacidade de itinerância de produções próprias e dos corpos artísticos residentes, preferencialmente através de parcerias de médio e longo prazo, com vista à criação de laços de fidelização com os públicos, com os teatros municipais e com os agentes culturais no território, designadamente aqueles que mantêm uma atividade financiada pelo setor público;
- **Educar com (a) cultura** – Desenvolver com a comunidade escolar iniciativas diretamente relacionadas com os programas de ensino, a todos os níveis, numa perspetiva de participação ativa dos beneficiários (ver fazer/ saber fazer);
- **Viver (a) cultura** – Desenvolver e incorporar a democratização do acesso e as acessibilidades física e cognitiva e a inclusão participativa, como linhas cruciais de abordagem com a comunidade;
- **Excelência** - Reforçar os padrões de excelência artística e técnica, quer nas produções próprias quer nas coproduções, acolhimentos ou digressões;
- **Eficiência** – Utilizar, de forma eficiente e equilibrada, os recursos públicos disponíveis em cada momento.

Complementarmente às políticas setoriais foram definidas, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE, **orientações específicas** para o OPART, E.P.E.:

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

CNB – Companhia Nacional de Bailado

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional;
- Reforçar o serviço educativo.

TNSC – Teatro Nacional de São Carlos

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional;
- Criar um serviço educativo;
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade);
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo.

Por forma a respeitar as políticas setoriais e os objetivos estratégicos, foram estabelecidos os seguintes **indicadores específicos** pelos quais a atividade é avaliada:

Criação Nacional

Será avaliada pelo número de produções próprias apresentadas, entendendo-se por produção própria as atividades produzidas exclusivamente pelo TNSC e CNB, detentores de todos os direitos sobre as mesmas.

Serviço (ao) Público

Será avaliada através do número de sessões/récitas das atividades, do número de espetadores (sem convites) e do grau de satisfação do público.

Atividades são as iniciativas organizadas TNSC e CNB, em espaços próprios, com o objetivo de alcançar públicos. Incluem-se aqui os espetáculos, exposições, conferências, mesas redondas, oficinas, workshops, visitas organizadas e com um objetivo específico aos espaços físicos, e outras iniciativas.

Sessões/récitas são as apresentações nos espaços próprios do TNSC e da CNB, bem como em digressão nacional ou internacional.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

Entende-se por *Espaços próprios* as salas e outros espaços do TNSC e CNB, espaços públicos e outros locais nos quais, por força de acordos de parceria ou outros mecanismos legais estabelecidos, se apresentam as suas iniciativas.

Espetadores é o público que assiste a espetáculos realizados nos espaços próprios do TNSC e CNB, bem como em digressão nacional ou internacional. Sempre que a promoção do espetáculo fica a cargo da entidade não se inclui público com convite.

Beneficiários, são os espetadores e demais participantes das atividades e iniciativas promovidas pela entidade (p.e. conferências, mesas redondas, leituras, exposições, visitas guiadas), bem como utilizadores dos serviços prestados pelas entidades (p.e. arquivos e centro de documentação) desde que não se trate de meras visitas sem qualquer interação.

Grau de satisfação do público é o indicador medido através de mecanismos e instrumentos adequados de modo a aferir a satisfação global dos públicos relativamente à instituição tendo em conta diversos aspetos como: programação, atendimento e imagem.

Território Nacional

Será avaliada pelo número de sessões/récitas em Itinerância e pelo número de Teatros Municipais ou equivalentes fora de Lisboa abrangidos pela Itinerância.

Espetáculos em itinerância são as atividades produzidas ou coproduzidas pelo TNSC e CNB que se encontrem em digressão nacional ou internacional. Entende-se por digressão os espetáculos realizados fora do concelho sede da respetiva entidade.

Número de digressões internacionais – número de locais no estrangeiro onde serão apresentados espetáculos produzidos ou coproduzidos pelo OPART.

Educar com (a) cultura

Será avaliada pelo número de sessões/récitas dos espetáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar.

Atividades para a infância, juventude, comunidade escolar e ensino superior são as atividades realizadas exclusivamente para o target infantil (0-12), juvenil (12-18), escolar (pré-escolar, ensino básico -1º,2º, 3º ciclo - ensino secundário) e ensino superior.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

Eficiência

Será avaliada pela Taxa de Ocupação da sala, Taxa de convites, Volume de Negócios, Autonomia Financeira e Eficácia Social (esforço público por beneficiário).

Taxa de ocupação da sala – corresponde ao número total de espetadores presentes, incluindo convites, sobre o número de lugares disponíveis dos espetáculos em espaços próprios quer sejam de entrada paga ou de entrada livre.

Taxa de convites - corresponde ao número de espetadores com convite sobre o número de lugares disponíveis dos espetáculos em espaços próprios com entrada paga.

Volume de Negócios (VN) - Vendas, prestações de serviços e subsídios, exceto os atribuídos por entidades públicas.

Autonomia financeira - Percentagem do Volume de negócios (VN) sobre total de receitas.

Eficácia social - esforço financeiro público por beneficiário.

Viver (a) cultura

Será avaliada pelas iniciativas assumidas para a democratização e acessibilidade.

Democratização do acesso consiste na realização de iniciativas que visem a melhoria das condições de acessibilidade física, intelectual e socioeconómica às atividades e edifícios do TNSC e CNB para todos os públicos.

Objetivos e grau de cumprimento dos mesmos

Nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril, os direitos, obrigações e objetivos do OPART são definidos em contrato-programa, de duração trienal, a celebrar com as tutelas.

Nos Estatutos do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), vem referido que, na gestão das empresas públicas, são observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro. Também refere que um dos

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

deveres dos gestores públicos e, em especial, dos que exerçam funções executivas, é cumprir os objetivos da empresa definidos em contratos de gestão.

Em 2013, o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, que havia sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, foi revogado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Nele, vem estabelecidos os princípios e regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Diz o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que as orientações estratégicas para as empresas públicas correspondem ao exercício da função política do Governo que, por resolução do Conselho de Ministros, define e aprova o conjunto de medidas ou diretrizes relevantes para o equilíbrio económico e financeiro do Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do Setor Empresarial do Estado, as orientações setoriais são emitidas com base nas orientações estratégicas, e, compete exclusivamente aos ministérios setoriais, definir e comunicar a política setorial a prosseguir.

As empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral celebram obrigatoriamente, para esse efeito, com a entidade pública que lhes tenha confiada a prestação desse serviço, contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto. As empresas públicas adotam metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e ou utentes.

Em 2018, foi assinado pelo Conselho de Administração o Contrato-Programa para o triénio 2018-2020, tendo o mesmo sido remetido a visto do Tribunal de Contas, e cujos objetivos e orientações demos seguimento, e que se apresentam nos quadros seguintes:

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2017-2021

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Entidade Pública Empresarial - OPART, EPE

Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatrai, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autônomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforcem as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos		Entidade	Indicadores Específicos		Unid.	2018		2019		2020	
	Global	Próprias		TNSC	CNB		meta	real	meta	real	meta	real
Criação Nacional	Número de Produções Próprias		TNSC	Global	4	4	4	4	6	4	4	1
			CNB	Global	11	16	11	14	11	11	11	11

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2017-2021

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Entidade Pública Empresarial - OPART, EPE

Teatro Municipal de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autônomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforcem as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional;
- Criar um serviço educativo;
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade);
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2018 meta	2018 real	2019 meta	2019 real	2020 meta	2019 Nova Meta Global 15	2020 real
Serviço (ao) Público	Número de sessões/récitas	TNSC	Global	Unid.	90	90	90	99	90	68	74
			dos quais Lírica	Unid.	27	34	30	27	30	11	11
Serviço (ao) Público	Número de espectadores (sem convites)	TNSC	Global	Unid.	24	32	26	31	30	20	22
			dos quais Sinfónica	Unid.	120	97	140	122	160	51	41
Serviço (ao) Público	Número de Beneficiários	OPART	Global	Unid.	62.500	62.861	68.600	61.320	69.000	17.000	18.896
			dos quais Lírica	Unid.	18.000	23.250	19.980	15.157	19.980	5.000	4.102
Serviço (ao) Público	Número de Beneficiários	OPART	Global	Unid.	28.000	37.832	30.000	36.532	33.000	6.500	8.272
			Global	Unid.	57.500	32.438	59.700	40.780	60.000	11.500	8.850
			Global	Unid.	110.000	104.681	120.000	112.522	130.000	30.000	31.130

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2017-2021

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA - Entidade Pública Empresarial - OPART, E.P.E.

Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

- TNSC**
 - Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
 - Criar um serviço educativo
 - Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
 - Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2018	2019	2020	2020	2020	2020
					meta	meta	meta	meta	meta	real
Território Nacional	Número de sessões/réctas	TNSC	Em Itinerância	Unid.	8	8	8	8	8	12
		CNB	Em Itinerância	Unid.	20	30	35	10	12	
	N.º de Teatros Municipais ou equivalentes fora de Lisboa	TNSC	Em Itinerância	Unid.	4	5	6	3	6	
		CNB	Em Itinerância	Unid.	15	20	25	6	4	
Educar com (a) cultura	Número de sessões/réctas	OPART	Espectáculos e actividades para a infância, juventude e comunidade escolar	Unid.	180	200	123	200	60	72
		OPART	Global dos quais em contexto escolar	Unid.	9.500	10.000	4.865	10.000	2.000	2.116
					4.000	5.000	4.795	5.000	1.500	1.220

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2017-2021

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Entidade Pública Empresarial - OPART/EP
Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura música-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autônomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforcem as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2018		2019		2020	
					meta	real	meta	real	meta	real
Eficiência	Taxa de Ocupação da Sala	TNSC	Útica	%	82%	73%	84%	77%	86%	65%
		CNB	Sinfónica - CCB	%	67%	76%	68%	75%	70%	40%
	Taxa de Convites	TNSC	Teatro Camões	%	56%	64%	58%	69%	60%	55%
		CNB	Lírica	%	6%	4%	6%	9%	6%	6%
	Volume de Negócios	OPART	Sinfónica - CCB	%	5%	40%	5%	13%	5%	5%
		OPART	Teatro Camões	%	12%	19%	11%	11%	11%	13%
	Autonomia Financeira	OPART	VNa = VNsp + Vnoal	Unid.	1.502.633	1.314.523	1.570.000	1.313.483	1.357.423	935.117
		OPART	Recetas Próprias/Total de Apolos	%	7,0%	7,0%	7,0%	6,8%	8,3%	4,0%
	Eficiência Social (esforço público por beneficiário)	OPART	Recetas Próprias/Total de Apolos	%	7,0%	7,0%	7,0%	6,8%	8,3%	4,0%
		OPART	Beneficiários	€	177	169	162	160	140	667

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2017-2021

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Entidade Pública Empresarial - OPART, E.P.E.

Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão: prosseguir fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2018 meta	2018 real	2019 meta	2019 real	2020 meta	2020 real
	Democratização e acessibilidade	OPART	Iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade implementadas de acordo com a lista anexa (**) (número de ações por cada iniciativa)	Unid.	99	125	99	136	99	70

(*) VNa = Volume de Negócios

VNsp = Volume de negócios do serviço público (vendas e prestações de serviços e outros ganhos diretamente resultantes das atividades de serviço público - a saber: venda de bilhetes, mecenato, patrocínios, publicidade, etc.)

VNoal = Volume de negócios líquido de outras atividades (vendas e prestações de serviços e outros ganhos de atividades não englobadas no serviço público deduzido dos gastos diretos com essas prestações (frente casa, bombelros, etc.) - a saber: aluguer de espaços para atividades para fins comerciais ou fora da missão. Se os gastos diretos superarem os ganhos o valor a considerar é zero

(**) FAL

Ensalas Gerais Solidários

Entradas Gratuitas

Site - acessibilidades e cumprimento de normas

Programas de sala - leitura fácil

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Atividade de Produção Artística

Teatro Nacional de São Carlos

Entidade/Actividade	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral	Total Conc. e Reagend.	
TNSC												210	119	
Concerto Câmara - Salão Nobre e Foyer												36	18	
Concertos de Câmara - Salão Nobre	2							1	1			4		
Concertos de Câmara - Salão Nobre					2							2	2	Reagendado
Concertos de Câmara - Foyer	2	2							1			5		
Concertos de Câmara - Foyer			1	3	3	1			1	1	1	11	11	Reagendados
Concertos Série OSP - Foyer												0		
Concerto Para Famílias - Salão Nobre e Foyer			1	1	1					2		5	5	Cancelados e Reagendados
Bernstein e a Música Americana - Foyer												0		
Festival Cantabile												0		
Concertos Série Antena 2 - Foyer, Salão Nobre e Sala Princ.		8	1									9		
Conc. Câmara - CriaSons III										1		1		
Concerto Coral												2	0	
Concerto de Natal - TNSC											1	1		
Concerto de Natal - TNSC											1	1		
Concerto Sinfónico												32	4	
Concerto Ano Novo - Almada	2											2	1	Cancelado
Concerto Ano Novo - São João da Madeira	1											1		
Concerto Sinfónico - CCB	1	1						1	1	1	1	6		
Concerto Sinfónico - TNSC			1					3			1	5		
Baile de Carnaval - TNSC			1									1		
Concerto Comentado - TNSC			1									1		
Requiem à Memória de Passos Manuel - TNSC				1								1	1	Reagendado
Dias da Música CCB				1								1	1	Cancelado
Concerto "RUF e A Canção da Terra"-CCB					1							1	1	Cancelado
Comemorações Dia de Portugal - TNSC						1						1		
Gaia de Ópera - TNSC e Coliseu Porto						2						2		
Concerto Sinfónico - Almada									2			3		
Concerto Sinfónico - Palácio da Ajuda										1		1		
Concerto Sinfónico - Caldas da Rainha										1	1	2		
Concerto Sinfónico - Loulé											1	1		
Concerto - Almada											2	2		
Concerto de Natal OSP - TNSC											1	1		
Ópera												23	14	
Maria Stuarda	5	1										6		
Die Walküre - CCB			2									2	2	Cancelado
Die Walküre - Coliseu Porto			1									1	1	Cancelado
Trilogia das Barcas				2								2	2	Reagendado para 2021
La Bohème					4							4	4	Reagendado para 2021
Le Comte Ory						5						5	5	Reagendado para 2021
La Wally - Versão Concerto									3			3		
Visita ao Teatro	15	16	6			17	12	20	20	6	5	117	3	

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Companhia Nacional de Bailado

Entidade/Actividade	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral	Total Conc. e Reagend	Obs
CNH											227	39	
Dança Clássica											26	27	
Dançar em Tempo de Guerra (Chronicle/A Mesa Verde)		4									4	3	Reagendado
Dançar em Tempo de Guerra (Chronicle/A Mesa Verde)-Aveiro		1									1	1	Reagendado
O Canto do Cisne				3							3	3	Reagendado
La Bayadère					5						5	5	Cancelado
Noite Branca - TC + Almada										15	15	15	Reagendado
Dança Contemporânea											39	12	
Hans van Manen - Porto	3										3		
Hans van Manen - Vila Real	1										1		
Hans van Manen - Açores	1										1		
Hans van Manen - Liège, Bélgica	1	1									2		
Morte em Veneza (Ballet da Croácia)	1										1		
Dias da Música CCB		2									2	2	Cancelado
Dia Mundial da Dança		1									1	1	Cancelado
Primeira Vez								4		5	9	9	Reagendado
Planeta Dança - Primeiro Capítulo	3							2			5		
Planeta Dança - Segundo Capítulo								3	2		5		
Primeira Vez - Faro + Almada									1	2	3		
PAD - Projeto Pedagógico											8	0	
Aulas Públicas								1	1	1	3		
Trabalhos de Casa									2		2		
Ensaio Abertos								1	1	1	3		
											0		

Estúdios Victor Córdon

ESTÚDIOS Victor Cordon											54	11	
Programa Território III							2				2		
Interpretes para Compositores	1	1	1		1						4	2	Cancelado
Jovens Compositores e Compositores	5				10	5					20		
Em Casa	10										10		
Residências Artísticas		10									10	10	Cancelado
Kick Off						5					5		
Formação para Prof. Dança-Prof. Maria Luisa Carles	1	1			1	1	1	1			6		
Navegar é Preciso?										1	1		

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Millennium Festival ao Largo 2020

FAL 2020 - 12ª Edição (Palácio Nacional da Ajuda)	Sessões
CNB	3
Symphony Of Sorrows + Algo-Ritmo + Dom Quixote (Excertos do I Ato)	
TNSC	10
Grupo de Metais e Percussão da OSP	
Grupo de Cordas da OSP e Octeto de Violoncelos	
Teatro Nacional D. Maria II - parceria	
Camerata Atlântica - parceria	
Invicta All Stars e Coro TNSC - parceria	
Metropolis	
Coro TNSC	
Concerto Câmara OSP	
Orquestra de Câmara de Oeiras e de Cascais - parceria	

Os espetáculos apresentados no Millennium Festival ao Largo tiveram em média 344 espetadores diariamente, exceto nos espetáculos do Teatro Nacional D. Maria II, *Metropolis* e da Companhia Nacional de Bailado que rondou os 276, devido à limitação de lugares para esses espetáculos provocada pelo aumento de equipamentos técnicos. No total o número de espetadores da 12ª edição do Festival ao Largo foi de 4 127.

Programação ON-LINE em tempos de pandemia (não prevista no PAO 2020)

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

1) Podcast #SãoCarlosEmSuaCasa

Desde 23 de março, foi difundido no site www.saocarlos.pt e nas páginas de Facebook e Instagram do TNSC um programa de cerca de 30 minutos que narrava algumas das estórias e da história do nosso Teatro. De segunda a sexta-feira, sempre às 13h, Jorge Rodrigues conduziu o programa destinado a um público alargado, maioritariamente adulto.

2) Eu, músico

De segunda a sexta-feira, os elementos do Coro do Teatro Nacional de São Carlos e da Orquestra Sinfónica Portuguesa colaboraram neste objetivo de partilha com a comunidade, através das mais variadas formas, desde a interpretação de excertos de obras, a outras formas mais criativas. Os vídeos que foram partilhados no site www.saocarlos.pt e nas páginas de Facebook e Instagram do TNSC são muito distintos e, por isso mesmo, destinaram-se a um público alargado, desde crianças a adultos.

3) Arquivos digitais

Periodicamente, foram partilhados no site www.saocarlos.pt e na página de Facebook do TNSC conteúdos já disponíveis noutras plataformas [Arquivos RTP, Memórias da Ópera, outros], com a devida contextualização. Público-alvo: maiores de 12 anos.

4) Série infanto-juvenil O QUE É QUE A ÓPERA TEM?

Dia 1 de Junho: Dia Mundial da Criança foi estreada no site www.saocarlos.pt e nas páginas de Facebook e Instagram do TNSC uma série de 10 episódios que visava dar a conhecer o Teatro Nacional de São Carlos e, em particular, a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos ao público infantil, maior de 6 anos.

5) Visita Interativa ao TNSC

Foi ultimada uma visita 360º ao Teatro Nacional de São Carlos. A ferramenta destina-se ao grande público, acima dos 12 anos.

CNB – COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO

1 - #FicarEmCasaNaNossaCompanhia foi um projeto da CNB que reuniu um conjunto de iniciativas online através da utilização das ferramentas digitais disponíveis e com o auxílio das quais continuámos a oferecer um serviço público de qualidade, durante o tempo de isolamento social devido à pandemia da COVID19.

Com o #FicarEmCasaNaNossaCompanhia podia acompanhar-se o dia a dia dos nossos artistas, desenvolver conhecimentos sobre dança e a criatividade, assistir a espetáculos online e, ainda, ficar a conhecer o que outras instituições andavam a fazer. Tudo isto sem sair de casa.



2- Os nossos bailarinos – público geral

Diariamente mostrámos como os nossos artistas continuavam a trabalhar desde casa.« e convidámos a experimentar também alguns exercícios.

3- Outras Danças – público geral

Dar a conhecer ou a rever a coleção “Outras Danças”, um conjunto de séries produzidas pela Companhia Nacional de Bailado desde 2018. Esta coleção permitiu conhecer processos criativos, histórias e muitas outras curiosidades sobre os diversos artistas e espetáculos que passaram pela instituição ao longo do tempo.

4- Espetáculos Online – espetáculos p/ M6

Todas as semanas apresentámos um espetáculo diferente. A partir do vasto espólio dos arquivos disponibilizámos online obras do repertório da Companhia. Durante 7 dias a obra ficava acessível para visualização por qualquer pessoa, em qualquer horário à sua escolha. Os títulos das obras foram anunciados semanalmente através das plataformas online.

5- Miúdos e Graúdos - famílias

Em tempo de ficar em casa foi preciso motivar para a criatividade. A CNB disponibilizou as ilustrações criadas pela Bárbara R. para o espetáculo “Planeta Dança”. Em casa, miúdos e graúdos, puderam aprender mais sobre a história da dança e dar asas à imaginação.

6- B de Bailado – público geral

É o eixo do nosso logótipo. Um eixo que é uma letra dinâmica, como a própria dança. Ao longo do tempo criámos um conjunto de B's que vão alternando na nossa identidade gráfica. Conhecer alguns desses exemplos, e sugerir pinturas, colagens, e no fim o desafio seria enviar uma nova proposta, um novo “B” de Bailado.

7- Mais Danças – público geral

Através desta iniciativa disponibilizámos diferentes propostas online de outras instituições, ou ferramentas, que permitam o contacto ou a aprendizagem da dança. Espetáculos, filmes, documentários ou até sugestões de leitura, foram muitas as opções que contribuíram para o bem-estar do nosso público, através de sugestões dentro da temática da dança, no combate ao isolamento.

#FicarEmCasaNaNossaCompanhia, acompanhou-nos através do nosso site, Facebook e Instagram.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais

Anexos

EPNF – Cumprimento das Orientações Legais – Quadro Resumo

Cumprimento das Orientações Legais - 2020				Cumprimento			Quantificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
				S	N	N.A.	Identificação	
Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento								
Objetivo	Indicador	Novo	Meta	S	N	N.A.		
		2020	(Covid)					
Criação Nacional	Número de Produções Próprias	TNSC	1	X			1	
		CNB	11	X			11	
Serviço (ao) Público	Número de sessões/réguas	TNSC	68	X			74	
		dos quais Lírica	11	X			11	
		dos quais Sinfónica	20	X			22	
		CNB	51		X		41	Casos Covid entre bailarinos obrigou a adiamento/cancelamento de réguas
	Número de espectadores (sem convites)	TNSC	17.000	X			18.886	
		dos quais Lírica	5.000		X		4.102	Forma mais concertos e menos óperas devido a regras da DGS
		dos quais Sinfónica	6.500	X			8.772	
		CNB	11.500		X		8.660	Casos Covid entre bailarinos obrigou a adiamento/cancelamento de réguas
	Número de Beneficiários	OPART	30.000	X			31.130	
	Território Nacional	Número de sessões/réguas em Itinerância	TNSC	8	X			12
CNB			10	X			12	
N.º de Teatros Municipais ou equivalentes fora de Lisboa em Itinerância		TNSC	3	X			6	
		CNB	6		X		4	Casos Covid entre bailarinos obrigou a adiamento/cancelamento de réguas
Educar com (a) cultura (espetáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar)	Número de sessões/réguas	OPART	60	X			72	
		OPART	2.000	X			2.116	
	Número de Beneficiários	dos quais em contexto escolar	1.500		X		1.220	Com a pandemia e alunos com aulas online dificultou os espetáculos em contexto escolar
Eficiência	Taxa de Ocupação da Sala	TNSC - Lírica	85%		X		53%	Pandemia reduziu ocupação disponível da sala. O recenseio do público do TNSC, de mais idade, também foi um fator
		TNSC - Sinfónica CCB	40%			X	38%	Pandemia reduziu ocupação disponível da sala. O recenseio do público do TNSC, de mais idade, também foi um fator
		CNB - Teatro Camões	55%	X			68%	
	Taxa de Convites	TNSC - Lírica	6%	X			9%	
		TNSC - Sinfónica CCB	5%	X			11%	Concertos com baixa adesão que obrigou o recurso a convites
		CNB - Teatro Camões	11%	X			13%	
	Volume de Negócios	OPART	936.117		X		775.066	A lotação reduzida e o adiamento de espetáculos não permitiu atingir o objetivo
	Autonomia Financeira	OPART	4%	X			4%	
Eficácia Social (esforço público por beneficiário)	OPART	667			X	609	Ligeira diferença	
Viver (a) cultura (democratização e acessibilidade)	Iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade implementadas (número de ações por cada iniciativa)	OPART	55	X			70	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais - 2020	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Grau de execução do orçamento entregue na SIGG/SOE				84,00%	
Gestão de Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento					
Evolução do PMP a Fornecedores				20	
Divulgação dos Atrasos aos Pagamentos ("Atrasos")					
Recomendações de economista na última aprovação de contas:					
Proceder ao Inventário dos bens móveis culturais		X			Foi reconhecido em 2019 os efeitos da DGTf com a aprovação dos R&C 2015 e R&C 2016. Continua a não ser possível cumprir a recomendação de levantamento e catalogação do património, bem como implementação de um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais, por ausência de recursos financeiros e humanos.
Implementar um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais	X				
Promover a redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro	X				
Dar cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	X				
Promover as necessárias diligências para a reposição dos montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração, em 2014 e 2015, que, segundo a DGTf e IGF, não cumpriu, o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro.	X				
Maximizar o volume de negócios e promover a implementação de medidas adicionais de redução de gastos	X				
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X				
Fiscalização (CF/ROCF/U) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	X				
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)			X		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 18.º e 23.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e 135.º do DL n.º 33/2018 de 15 de maio	X				
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				
Financiamento da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção					
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Cumprimento do Código da Contratação Pública. O CCP é aplicado, havendo, contudo, situações em que há lacunas na tramitação processual, por dificuldades de aplicabilidade a fornecedores de bens e serviços estrangeiros.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		Não existem empresas participadas
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Faço ao seu valor, nenhum dos contratos celebrados durante o ano de 2018 foi sujeito a visto do TC
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação			X		Não se verificaram auditorias do TC
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas		X			O OPART, EPE não dispõe de viaturas próprias
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 55.º da Lei 114/2017 e artigo 145.º do DL 33/2018)					Justificação no texto do Relatório e Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 135.º da Lei 114/2017)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X				No final de 2019, as disponibilidades depositadas no IGCP atingiram 99%.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X				
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		Não foram efetuadas aplicações financeiras temporárias (CEDIC's) junto do IGCP, as únicas que o OPART costuma efetuar, por dificuldades de tesouraria

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de Gestão

Aos objetivos de gestão está inerente a proposta apresentada para 2020, apresentando um projeto artístico sólido e coerente e de qualidade, apoiado na nossa missão e serviço público, como apresentado nas Linhas Estratégicas e Objetivos, adaptado aos tempos de pandemia durante o ano de 2020.

Gestão do Risco Financeiro e Limite de crescimento do endividamento

Anos	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	12.957,50	13.206,00
Taxa Média de Financiamento (%)					1,44%	1,47%

Passivo Remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 19/18	
	valores (€)							valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)							900.000,00		
- dos quais concedidos pela DGTF							900.000,00		
Aumentos de Capital por dotação									
Aumentos de Capital por conversão créditos									
Endividamento ajustado									

O Orçamento de Despesas com Pessoal para 2013, cumprindo o previsto na LOE 2013 e diretrizes superiores para a elaboração do orçamento de Pessoal, não contemplava o pagamento de subsídio de férias, medida esta, entretanto, considerada inconstitucional por Acórdão do Tribunal Constitucional, pelo que o OPART estava perante uma insuficiência de Tesouraria.

Foi celebrado um empréstimo de médio e longo prazo, entre o Estado Português e o OPART, E.P.E. no montante de 900.000€, outorgado em 2013, e com o objetivo de fazer face a despesas correntes inadiáveis, resultantes de acréscimo de custos com remunerações.

Em informação n.º 1569/2013 de 9 de dezembro, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) salientou que o empréstimo teria de ser a médio e longo prazo, uma vez que não seria possível à empresa reembolsar o valor até final de 2013, referindo, ainda, que essa mesma dificuldade colocar-se-ia em 2014, uma vez que na proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, bem como no carregamento do OE 2014, esta despesa não havia sido contemplada, pois estes documentos já haviam sido elaborados e submetidos, antes da concessão de autorização e da formalização do empréstimo.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Assim, a DGTF propunha o reembolso do empréstimo em 2015 e que deveria ser contemplado no OE 2015, pressupondo-se que a IC de 2015 seria acrescida nesse montante. Ora, tal não aconteceu, apesar de na proposta de Orçamento da DGTF estava contemplado uma receita proveniente do OPART, E.P.E. relacionada com a amortização do empréstimo e respetivos juros. Sem o reforço da IC de 2015, o OPART, E.P.E. não teve condições de incluir no seu orçamento este reembolso, pois isso poria em causa a atividade geral.

O prazo de pagamento do empréstimo era até ao dia 31 de março de 2015, mas teve que ser renegociado, já em 2015, para que o seu reembolso e pagamento de juros fosse efetivado até setembro de 2016.

Foi solicitado ao OPART, E.P.E. através do Ofício 5029/DGTF, de 16 de setembro, o pagamento do montante de 935.890,50€, adicionado de juros, relativo ao empréstimo em celebrado em 2013.

No Orçamento de 2016 também não foi atribuído qualquer reforço para fazer face a este pagamento. Assim, mais uma vez verificou-se a impossibilidade de efetuar o pagamento na data estipulada, quer por ausência de dotação em despesa quer por ausência de tesouraria.

Assim, em 2016, encontrando-se o OPART, E.P.E. em falência técnica, como resultado do acumular de prejuízos em vários exercícios e que conduziram à deterioração dos capitais próprios - situação que tem sido reportada em sucessivos pareceres e relatórios, nomeadamente na Certificação de Contas do exercício de 2015, pelo Fiscal Único - foi proposto, em agosto de 2016, um aumento de Capital faseado em 3 anos de 1.000.000 € por ano, num total de 3.000.000€, de acordo com o artº. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi também proposto, que o primeiro reforço de 1.000.000€ fosse concretizado em 2016, considerando como reforço o empréstimo de 900.000€ mais juros.

Os encargos financeiros identificados não incluem a especialização dos juros do empréstimo de 900.000€ obtido junto da DGTF. Esses juros ascendiam em 31 de dezembro de 2016 a 35.890,50€.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Em 14 de junho de 2017, através de despacho conjunto, foi aceite considerar-se o empréstimo mais encargos como aumento de capital.

Contudo, o OPART, E.P.E. aguarda ainda a aprovação do R&C de 2017, 2018 e 2019 para que se possa obter o parecer do ROC nomeado para o efeito e fazer a alteração dos Estatutos e o registo do aumento de capital. Sem as contas aprovadas e registadas, a Conservatória de Registo Comercial não regista o aumento de Capital.

Esta situação tem sido referida nos diversos relatórios do FU, bem como impossibilita o OPART, E.P.E. de sair de uma situação de capitais próprios negativos, que impede o registo na Conservatória.

Por esta razão, o Conselho de Administração solicita novamente a atenção para a necessidade urgente de aprovação das contas dos anos em causa, 2017, 2018 e 2019 para se conseguir levar a cabo o registo atrás referido.

Prazo médio de Pagamento a Fornecedores e pagamentos em atraso

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2020	2019	Var. 2020/2019	
			valor	%
Prazo (dias)	20	20	0	0,0%

Mapa da posição a 31/12/2020 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	13.318,94	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	13.318,94	0,00	0,00	0,00	0,00

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Cumprimento das Recomendações do Acionista

Foram, em 2015, aprovados os Relatórios e Contas de 2013 e 2014. Em 2019 foram aprovados os Relatório e Contas de 2015 e 2016. Contudo, relativamente às recomendações efetuadas, em sede da aprovação emitida em 2015, continua a não ser possível cumprir a recomendação de levantamento e catalogação do património, bem como implementação de um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais, por ausência de recursos financeiros e humanos.

Foi possível a redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores para 20 dias, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

Promoveram-se as necessárias diligências para a reposição dos montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração, em 2012, 2014 e 2015, que, segundo a DGTF e IGF não cumpria, o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro.

O Conselho de Administração em funções, dissolvido em 29 de fevereiro de 2016, repôs os montantes em causa. O Dr. João Villa-Lobos, vogal entre 2011 a dezembro de 2013, também efetuou a reposição. Aguarda-se a reposição do Maestro César Viana. A reposição do Dr. António José Falcão e Dr. João Consolado, Presidente e Vogal, respetivamente, nomeados de 18 de fevereiro 2014 a 31 de dezembro de 2016, mas demitidos em 29 de janeiro de 2015, aconteceu por encontro de contas de um processo em tribunal que teve a sua conclusão em 2019 no qual o OPART, E.P.E. foi condenado a pagar as remunerações dos anos que não auferiram por terem sido demitidos antes de cumprirem um ano de mandato.

Remunerações

Foram aplicadas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2019, quer quanto aos Órgãos Sociais e Fiscal Único, quer quanto aos restantes trabalhadores.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
19/12/2019 - 31/12/2021	Presidente	Maria da Conceição Alves Amaral	RCM n.º 193A/2019	19-12-2019	n.a.	--	---	1
04/07/2019 - 31/12/2021	Vogal	Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	n.a.	--	---	1
04/07/2019 - 31/12/2021	Vogal	Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	Não	E.A.M.C.N	---	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA [nome]	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	E.A.M.C.N	Docente	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Maria da Conceição Alves Amaral	S	C	4.578,20	1.831,28
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	S	C	3.662,50	1.465,02
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	S	C	3.662,50	1.465,02

	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Maria da Conceição Alves Amaral	88.176,13	25,10	88.201,23	-3.973,85	84.227,38
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	68.855,24	75,30	68.930,54	-3.076,48	65.854,06
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	68.855,24	312,73	69.167,97	-3.076,48	66.091,49
			226.299,74	-10.126,81	216.172,93

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções) e inclui subsídio de férias e natal.

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA [Nome]	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Maria da Conceição Alves Amaral	5,05	1.277,65	Seg. Social	20.014,95				
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	5,05	1.237,20	Seg. Social	16.369,54				
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	5,05	1.121,10	C.G.A	16.368,09				
		3.635,95		52.752,58	0,00	0,00	0,00	0,00

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[M,€]
Maria da Conceição Alves Amara	N								
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	N								
Ana de Medeiros Harté Victorino d'Almeida	N								

O OPART não dispõe de viaturas próprias. Durante o segundo semestre de 2020 foram alugadas duas viaturas para fazer face a deslocações necessárias de qualquer trabalhador do OPART, E.P.E. por motivo profissional. No primeiro semestre de 2020 o OPART, EPE ainda teve uma parceria com a Nissan na qual eram disponibilizadas 3 viaturas. As referidas viaturas não estavam afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Maria da Conceição Alves Amara				0	O OPART não dispõe de viaturas próprias, utilizando no primeiro semestre de 2020, a título gratuito através de cedência, três viaturas para utilização no âmbito da prestação de serviços. As referidas viaturas não estão afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento. No segundo semestre de 2020 foram alugadas duas viaturas mas igualmente não afetas a nenhum colaborador.
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos				0	
Ana de Medeiros Harté Victorino d'Almeida				0	
				0	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Maria da Conceição Alves Amara	75,47	107,00	25,10			207,57
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos			75,30			75,30
Ana de Medeiros Harté Victorino d'Almeida	302,00		312,73			614,73
						897,60

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Fiscalização

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na OMM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2021	Fiscal Único	Dr. João Amaro Santos Cipriano (João Cipriano & Associados Lda)	631	20160277	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 1323/2019	14-08-2019			1
2019-2021	Suplente	Dra. Andreia Sofia Sena Barreira (João Cipriano & Associados Lda)	1739	20161349	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 1323/2019	14-08-2019			1

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Durante o ano de 2019 foi nomeado o novo fiscal único, João Cipriano representado pela João Cipriano & Associados, SROC, Lda.

O OPART, E.P.E. apenas teve conhecimento desta nomeação no mês de novembro de 2019, embora o despacho tivesse data de agosto de 2019.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
João Cipriano & Associados Lda	24.833,48		0		0		0

(1) Inclui IVA

O valor pago ao Fiscal Único inclui 5 meses referentes a 2019 e 9 meses referentes a 2020.

Não foram atribuídos aos Órgãos Sociais, prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e art. 19.º da LOE 2017.

Disposto nos artigos 32.º (utilização de cartões de crédito e comunicações) e 33.º (utilização de viaturas) do Estatuto dos Gestores Públicos

No que diz respeito à aplicação do disposto no artº 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, do Estatuto do Gestor Público, não foram utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa e não houve lugar a reembolsos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

O valor máximo das despesas associadas a comunicações manteve-se de acordo com o Despacho n.º 14751/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 236 de 5 de dezembro de 2014, não podendo exceder 80,00€ e onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria da Conceição Alves Amara	80,00	0,00	Sem número de telemóvel profissional atribuído por opção
Alexandre Miguel Santos	80,00	458,80	
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	80,00	0,00	Sem número de telemóvel profissional atribuído por opção
		458,80	

Frota automóvel

O OPART, E.P.E. não dispõe de viaturas próprias, tendo celebrado um protocolo de parceria com a Nissan em julho de 2017 para cedência a título gratuito de três viaturas elétricas e uma a gasóleo.

Essa parceria com a Nissan terminou no primeiro trimestre de 2020 pelo que o OPART, EPE teve necessidade de recorrer ao aluguer de duas viaturas para fazer face às necessidades de deslocação de qualquer colaborador e material.

As referidas viaturas não estão afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[N,€]
Maria da Conceição Alves Amara	N								
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	N								
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	N								

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Maria da Conceição Alves Amaraí				0	O OPART não dispõe de viaturas próprias, utilizando no primeiro semestre de 2020, a título gratuito através da residência, três viaturas para utilização no âmbito da prestação de serviços. As referidas viaturas não estão afetadas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento. No segundo semestre de 2020 foram alugadas duas viaturas mas igualmente não afetadas a nenhum colaborador.
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos				0	
Ara de Medeiros Haré Victorino d'Almeida				0	
				0	

Apesar de não haver viaturas afetadas a nenhum colaborador ou órgão social apresentam-se as despesas com a frota existente:

	2020 Execução	2019 Execução	Var. 2020/2019	
			Valor	%
Gastos com a frota automóvel (€)	8.450,02	6.067,44	2.382,58	39%
reparações	0,00	14,99	-14,99	0%
combustíveis	3.501,33	3.668,23	-166,90	-5%
seguros	0,00	0,00	0,00	0%
alugueres de viaturas ligeiras de passageiros	4.339,10	228,62	4.110,48	1798%
portagens	267,29	1.468,40	-1.201,11	-82%
lavagens	63,65	260,60	-196,95	-76%
estacionamento	278,65	426,60	-147,95	-35%
IUC	0,00	0,00	0,00	0%
N.º de Veículos	2	3	0	-33%

Em 2020 o gasto com viaturas foi maioritariamente com aluguer de viaturas e respetivo combustível, de modo a fazer face às necessidades de deslocação de qualquer colaborador e material no âmbito das suas funções.

Despesas não documentadas ou confidenciais

Não são realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens (medida 2 da RCM 18/2014)

Não existem diferenças injustificadas nas remunerações pagas a homens e mulheres. Todos os anos é elaborado o Balanço Social que consta nos Relatórios e Contas.

A igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres é um dos princípios pelo qual o OPART, E.P.E. se rege nas suas linhas de atuação gestionária e pelo qual tem pautado a sua atuação na política de gestão de recursos humanos.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Desde dezembro de 2009, encontra-se implementado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do OPART, E.P.E. que prevê e descreve o sistema de controlo de riscos relevantes para a empresa.

Em 2013 foi elaborado o respetivo relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção. Nos anos seguintes não foi elaborado o relatório de acompanhamento, devido às alterações sucessivas nos Órgãos Sociais de Gestão, bem como na ausência de recursos técnicos e humanos, qualificados.

O atual Conselho de Administração pretende rever e atualizar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, Conflitos de Interesses e Infrações Conexas, bem como a sua monitorização periódica. Contudo, tal tarefa, por questões de imparcialidade, dimensão da organização e ausência de recursos internos adequados, só poderá ser feita por consultoria externa. Para tal, torna-se necessário prever o valor no orçamento.

Contratação Pública

Dando cumprimento ao estipulado no Código de Contratação Pública, o OPART, E.P.E. recorre à utilização de meios eletrónicos e de transmissão de dados, contribuindo para uma simplificação e desmaterialização dos processos aquisitivos. É utilizada plataforma eletrónica de aquisição de bens e serviços e empreitadas. Tendo em vista a aplicação das normas relativas à contratação pública, o OPART, E.P.E. tem na sua estrutura organizativa um setor destinado a centralizar todas as aquisições de bens e serviços.

Os procedimentos e formulários são atualizados sempre que alterações legislativas assim o obriguem. Com o Software ERP implementado em 2018, os procedimentos de aquisição são geridos e controlados de forma responsável e fiável.

Não foram realizados procedimentos que obrigassem a fiscalização e visto prévio do Tribunal de Contas

Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas é um instrumento que o OPART, E.P.E. dispõe de modo a aderir acordos de quadro que possam ser mais vantajosos para a instituição. Em 2019 aderiu-se ao acordo de quadro para os serviços de limpeza, que está em vigor até 2022.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Plano de Redução de Custos

PRC	2020 Exec.	2020 Orç.	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	1.785.522	429.459	916.551	925.670	868.971	49%
(1) CMVMC	428	3.000	1.128	1.534	-700	-164%
(2) FSE	2.597.056	4.278.707	3.582.585	3.304.276	-985.529	-38%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	14.883.655	15.272.276	14.825.271	14.909.270	58.384	0%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	379.247	229.584	42.883	205.430	336.363	89%
(3.ii) Valorizações remuneratórias					0	#DIV/0!
(3.iii) Impacto da aplicação do IRCT					0	#DIV/0!
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3-3.i)-3.ii-3.iii) ^{a)}	14.504.408	15.042.692	14.782.388	14.703.840	-277.979	-2%
(5) Impactos da pandemia por Covid-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE, G. Pessoal)	4.023	0	0	0	4.023	100%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	17.101.892	19.324.399	18.366.101	18.009.650	-1.264.209	-7%
(7) Volume de negócios (VN) ^{b)}	540.163	1.231.499	980.371	1.087.940	-440.208	-81%
(7.i) Perda de Receita decorrente da Pandemia por Covid 19	691.335				691.335	100%
(8) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7+7.i)	1.231.498				1.231.498	100%
(9) Peso dos Gastos/VN = (4)/(15)	1389%	1569%	1878%	1674%	-489%	-35%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	75.620	129.791	159.300	106.366	-83.679	-111%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	35.909	60.669	64.849	57.935	-28.940	-81%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	8.450	6.000	6.067	6.704	2.383	28%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	119.979	196.460	230.216	171.005	-119.237	-92%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	349	368	373	380	-24	-7%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	18	16	17	16	1	6%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	328	349	253	361	75	23%
N.º Trabalhadores/N.º CD	18	22	21	23	-3	-15%
N.º de viaturas	2	3	3	3	-1	-50%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

* O OPART não possui IRCT pelo que o art. 18º não se aplica.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

O número de trabalhadores que deve ser considerado para análise do efetivo são os gestores públicos, os trabalhadores com contrato individual de trabalho, a prestar serviço efetivo ou em suspensão/licença superior a 30 dias, e os trabalhadores de outros serviços e organismos da Administração Pública a prestar serviço em regime de cedência de interesse público, também em efetividade de funções ou em situação de suspensão (ex. baixa médica).

A evolução do efetivo é apresentada nos quadros seguintes:

Efetivo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(1) Nomeados - Gestores Públicos	2	3	3	3	3	3	3	3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho	372	357	380	370	387	379	367	353
2.1) a prestar serviço efetivo	358	343	362	360	371	366	358	345
2.2) ao serviço de outras entidades	4	3	3	3	3	3	2	1
2.3) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	10	11	15	7	13	10	7	7
(3) Requisitados a outras entidades	3	2	2	2	2	1	2	1
3.1) a prestar serviço efetivo	3	2	2	2	1	1	2	1
3.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias					1	0	0	0
(4) Prestação de Serviço	11	11	12	11	10	10	9	8
(5) Programa de Voluntariado e Estágios	5	12	4	7	3	3	2	1
Total (1+2.1+2.3+3)	373	359	382	372	389	380	370	356

	2017	2018	2019	2020
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3	3	3	3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho (Indeterminado)	311	304	330	328
2.1) a prestar serviço efetivo	297	292	321	320
2.2) ao serviço de outras entidades	3	3	2	1
2.3) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	11	9	7	7
(3) Com Contrato Individual de Trabalho (A Termo/Comissão Serviço)	76	75	37	25
3.1) a prestar serviço efetivo	74	74	37	25
3.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	2	1	0	0
(4) Requisitados a outras entidades	2	1	2	1
4.1) a prestar serviço efetivo	1	1	2	1
4.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	1	0	0	0
(5) Prestação de Serviço	10	10	9	8
(6) Programa de Voluntariado e Estágios	3	3	2	1
Total (1+2.1+2.3+3+4)	389	380	370	356

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Êntido	OPART	TNSC	CNB	TOTAL
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3			3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho (Indeterminado)	30	205	76	311
2.1) a prestar serviço efetivo	27	203	73	303
2.2) ao serviço de outras entidades	1			1
2.3) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias	2	2	3	7
(3) Com Contrato Individual de Trabalho (A Termo/Comissão Serviço)	5	14	23	42
3.1) a prestar serviço efetivo	5	14	23	42
3.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias				0
(4) Requisitados a outras entidades			1	1
4.1) a prestar serviço efetivo			1	1
4.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias				0
(5) Prestação de Serviço	2	0	6	8
(6) Programa de Voluntariado e Estágios		1		1
Total (1+2.1+2.3+3+4)	37	219	100	356

Verifica-se uma diminuição do universo de colaboradores face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2019 o OPART, E.P.E. contava com um universo laboral total de 383 colaboradores enquanto em 31 de dezembro de 2020 este número ascendia aos 356 colaboradores.

No quadro seguinte apresenta-se a informação detalhada relativamente às saídas dos trabalhadores nos últimos três anos.

Por forma a minimizar o impacto orçamental e na tesouraria, a maior parte dos acordos de rescisão efetuados foram celebrados com pagamentos mensais da compensação, sem exceder as remunerações mensais que eram pagas.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Saídas	Ano			Total 2018-2020
	2018	2019	2020	
acordo de rescisão	7	1	6	14
Área Administrativa	2		2	4
Área Artística - CNB	2		4	6
Área Artística - OSP	2			2
Área Técnica	1	1		2
falecimento	1	0	0	1
Área Técnica	1			1
reforma	5	6	1	12
Área Administrativa			1	1
Área Artística - Coro	1	1		2
Área Artística - OSP	1	2		3
Área Técnica	3	3		6
iniciativa trabalhador	0	2	3	5
Área Administrativa			1	1
Área Artística - CNB		1	2	3
Área Técnica		1		1
Total Geral	13	9	10	32

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quanto ao cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, as disponibilidades em IGCP a 31.12.2020 atingem os 99,9%.

IGCP*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	1.245.608,91	1.229.999,91	2.642.106,40	1.940.943,01
Aplicações financeiras				
Total	1.245.608,91	1.229.999,91	2.642.106,40	1.940.943,01

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	40.737,62	2.756,83	9.199,69	1.972,76
Total	40.737,62	2.756,83	9.199,69	1.972,76
Juros auferidos**				



Divulgação das recomendações resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos 3 anos.

Deveres Especiais de Informação

Foram prestadas todas as informações solicitadas pelas tutelas.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

PBG sites SEE e Empresa

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Data de atualização	Comentários
	S	N	N.A.		
Estatutos	X				mantém-se o DL 160/2007 de 27.04
Caracterização da Empresa	X				não atualizada, pelo menos desde 2010
Função de tutela e accionista	X			julho 2011	atualizada
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais					
Identificação dos órgãos sociais	X			2020	
Estatuto remuneratório fixado	X			2020	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	X			2020	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do conselho de Administração	X			2016	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	X			2020	
Esforço Financeiro Público	X			2020	
Ficha Síntese	X			2020	Em revisão
Informação Financeira histórica e atual	X			2020	Em revisão
Princípios de Bom Governo					
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X			2018	Novo Regulamento Interno homologado em 08/05/2018; em elaboração o Regulamento de Passado
Transações relevantes com entidades relacionadas			X	2020	
Outras transações			X	2020	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	X			2017	
Social	X			2017	
Ambiental	X			2017	
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X			2018	
Código de ética	X			2016	atualizado, com introdução da prevenção e combate ao assédio no trabalho

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

Balanço Social

O presente Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2020.

Os elementos constantes dos diversos capítulos que compõem este documento refletem a realidade de 2020, relevam para uma melhor compreensão da realidade existente no OPART, E.P.E. e servem de suporte ao planeamento das políticas de gestão de recursos humanos.

Quadro resumo - efetivo em 31/12/2020

Órgãos de Gestão	
Nomeados - Gestores Públicos	3
Com Contrato Individual de Trabalho	
A prestar serviço efetivo	345
Ao serviço de outras entidades	1
Em Suspensão/ Licença sup. 30 dias	7
Cedidos de outras entidades	
Contrato de trabalho em funções públicas	1
Em situação de Prestação de Serviço	
Em regime de tarefa/ avença	8
Programa de Voluntariado/ Estágios	
Voluntários	1
Estágios Profissionais	0
Estágios Curriculares	0
Universo Laboral Total	366
Universo laboral Total (não inclui Prest. Serviços)	358
Ao Serviço (a)	349
<i>(a) exclui pessoal ausente (em suspensão ou cedidos), voluntários, estagiários e prestadores de serviços</i>	

Verifica-se uma diminuição do universo de colaboradores face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2019 o OPART, E.P.E. contava com um universo laboral total de 383 trabalhadores enquanto em 31 de dezembro de 2020 este número ascendia aos 366 trabalhadores.

Para análise da caracterização do efetivo ter-se-á em conta 349 colaboradores, procedendo-se à exclusão dos que se encontravam ao serviço de outras entidades, em licença sem retribuição ou situação de suspensão superior a 30 dias, dos prestadores de serviços e dos voluntários.

Caracterização do Efetivo

Distribuição por Área de Atividade

Atendendo à sua missão (prestação de um serviço público na área da música erudita da ópera e do bailado), das três áreas de atividade que caracterizam a entidade, a **área artística** – constituída pelos elementos afetos à Orquestra Sinfónica Portuguesa, ao Coro do TNSC e ao Elenco Artístico da CNB – mantém-se como a mais representada, sendo composta por 235 trabalhadores, o que representa atualmente 67% do efetivo em análise.

A **área técnica/produção** é composta pelo grupo de trabalhadores que presta apoio técnico na execução dos espetáculos e que reunia, em 31.12.2020, cerca de 66 dos trabalhadores (19%).

A **área de suporte**, composta pelos trabalhadores afetos aos serviços centrais, representava na mesma data cerca de 14% do efetivo (48 trabalhadores).

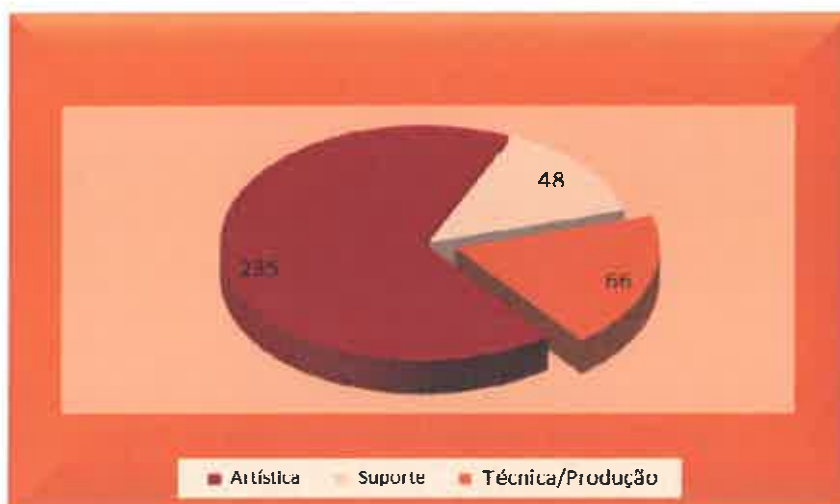


Figura I – Distribuição do efetivo por área de atividade

Os Corpos Artísticos residentes contam com 61 trabalhadores pertencentes ao Elenco Artístico da CNB, 67 trabalhadores integrados no Coro do TNSC e 93 trabalhadores a desempenhar funções na OSP:



Figura II – Número de trabalhadores por Corpo Artístico

Distribuição e caracterização por grupo etário

A estrutura etária dos trabalhadores do OPART, E.P.E. situa-se no intervalo compreendido entre os 20-24 e os 65-69 anos de idade, sendo que o trabalhador mais novo tem 20 anos e o mais velho 69 anos de idade. Uma análise simples por escalões etários permite verificar que as faixas etárias com mais trabalhadores se situam nos escalões 45-49 anos, 50-54 anos e 55-59 anos, com 57, 68 e 61 trabalhadores respetivamente. A maior parte dos trabalhadores tem idade superior a 45 anos (67%), sendo que, destes, 52% tem idades compreendidas entre os 45 e os 59 anos.

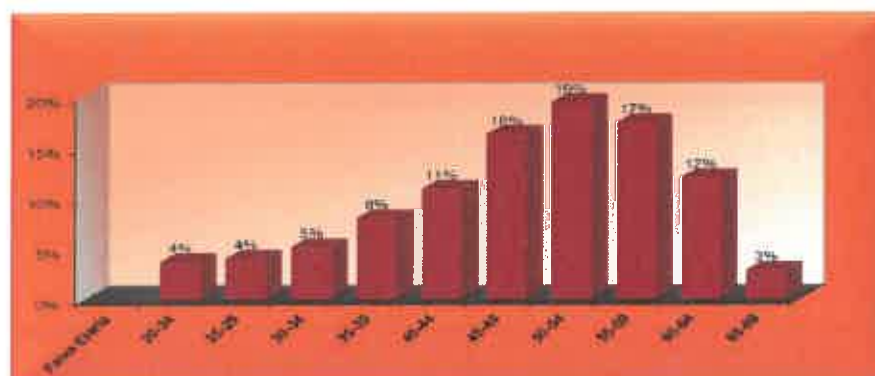


Figura III – Distribuição geral por Faixas Etárias

BALANÇO SOCIAL

Verifica-se ainda que a idade média tem vindo a aumentar progressivamente e uma análise mais cuidada permite concluir que, desde 2011, existe uma tendência de envelhecimento gradual no efetivo do OPART, E.P.E. que só não é mais acentuada devido à baixa idade do Elenco Artístico da CNB, face à idade dos outros trabalhadores.

A média etária tem aumentado gradualmente, situando-se nos 46,98 anos em 2018, nos 47,19 em 2019 e nos 48,32 em 2020.

Relativamente ao índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos), situa-se atualmente nos 33,38%, assistindo-se a um aumento de cerca de 7,9% face a 2019 (30,03%).

A estrutura etária do Elenco Artístico da CNB situa-se no intervalo compreendido entre os 20-24 anos e os 55-59 anos de idade¹, com a seguinte distribuição:

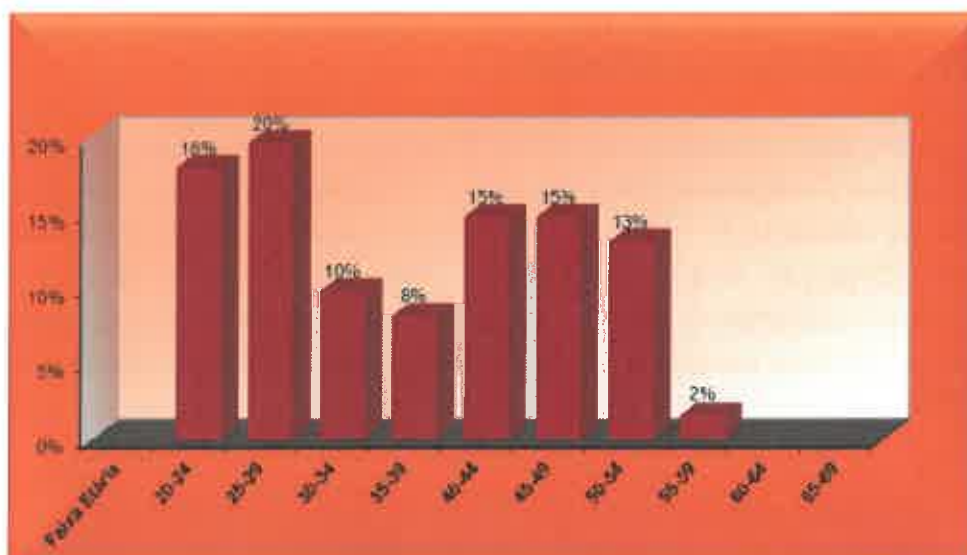


Figura IV – Distribuição do Elenco da CNB por Faixas Etárias

¹ Salienta-se que a idade mínima de acesso à pensão de reforma pelos trabalhadores do bailado é de 55 anos de idade

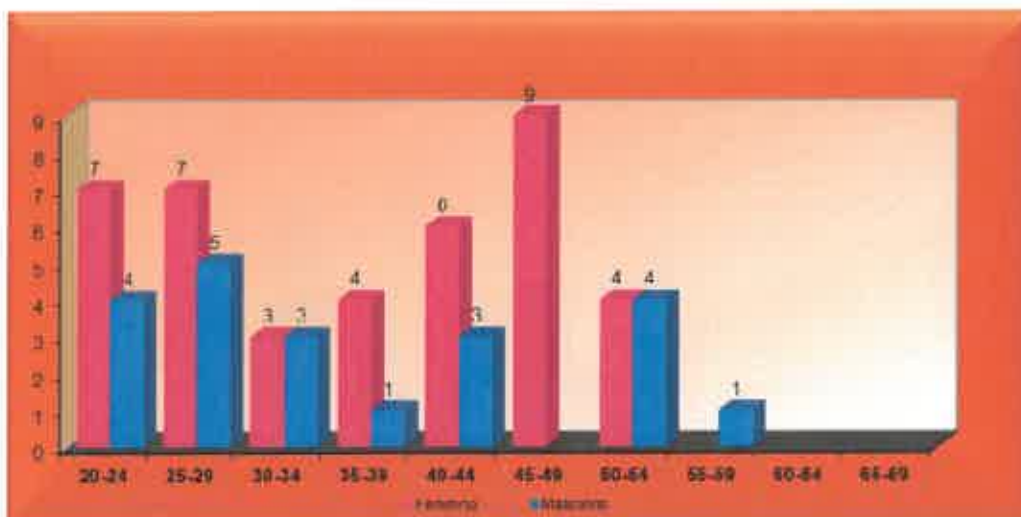


Figura V – Distribuição do Elenco da CNB por Faixas Etárias e por Género

No Elenco Artístico da CNB o trabalhador mais novo tem 20 anos e o mais velho tem 55 anos de idade. Verifica-se que 45% dos Bailarinos tem mais de 40 anos e idade e 30% tem idade superior a 45 anos.

Relativamente ao Coro do TNSC, observa-se a seguinte distribuição por faixas etárias:

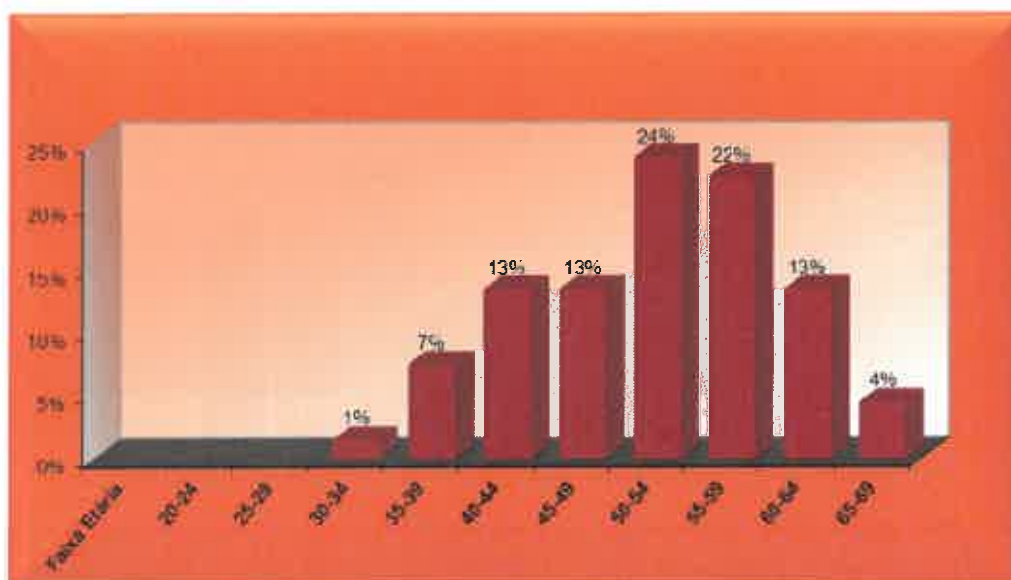


Figura VI – Distribuição do Coro do TNSC por Faixas Etárias

BALANÇO SOCIAL

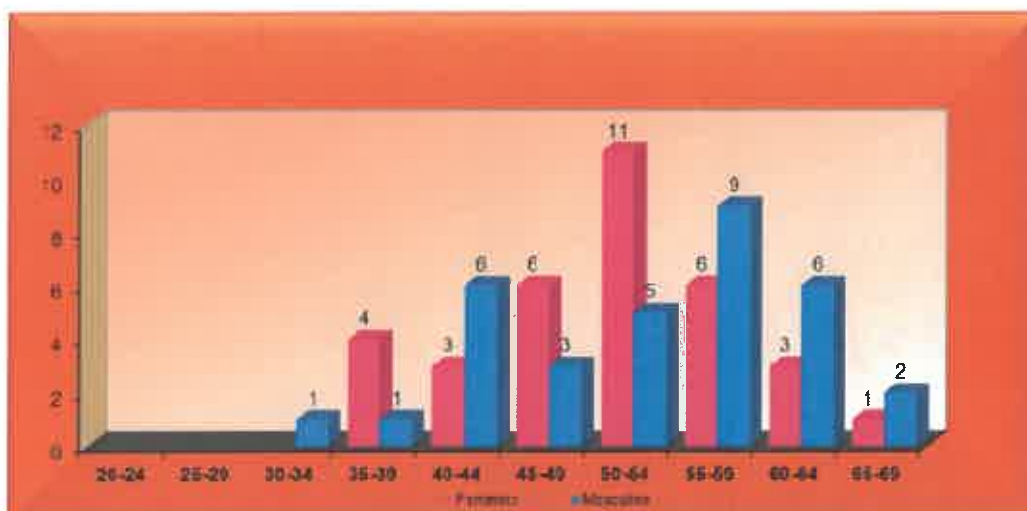


Figura VII – Distribuição do Coro do TNSC por Faixas Etárias e por Género

No Coro do TNSC o trabalhador mais novo tem 34 anos e o mais velho tem 66 anos de idade. O índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos) do Coro situa-se atualmente nos 39%, sendo de referir que 63% dos trabalhadores têm idade superior a 50 anos de idade.

Relativamente à OSP, observa-se a seguinte distribuição de trabalhadores por faixas etárias:

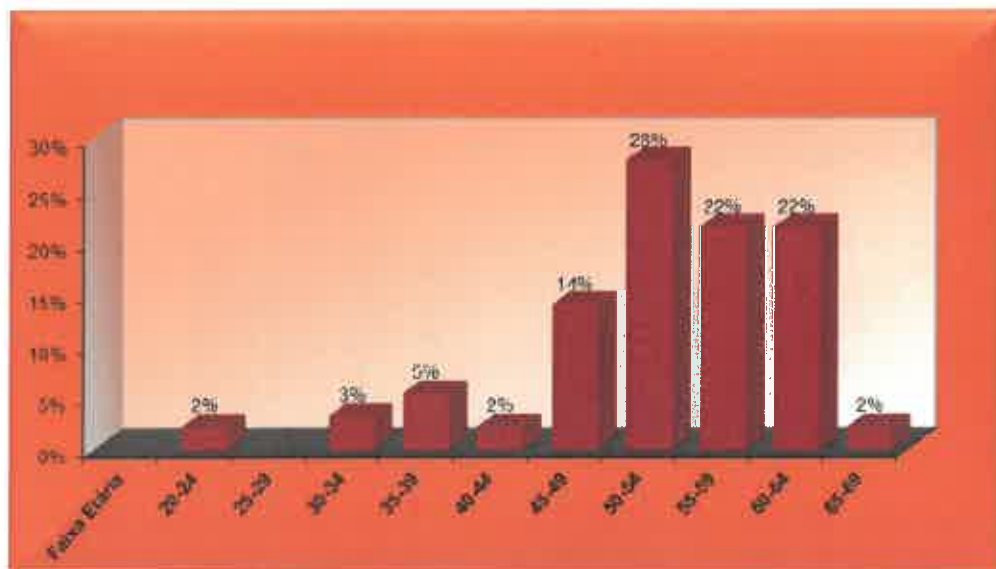


Figura VIII – Distribuição da OSP por Faixas Etárias

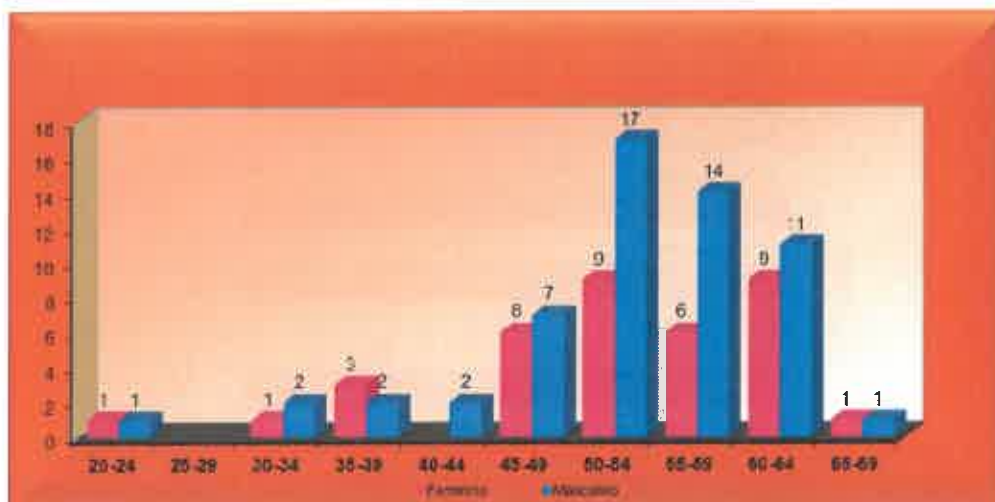


Figura IX – Distribuição da OSP por Faixas Etárias e por Género

Na OSP o trabalhador mais novo tem 23 anos e o mais velho tem 66 anos de idade.

O índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos) da OSP situa-se atualmente nos 46%, sendo de referir que 74% dos trabalhadores têm idade superior a 50 anos de idade.

Admissões e Cessações

Atendendo às restrições impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, que impedem as Entidades Públicas Empresariais de proceder à contratação de pessoal sem prévia autorização, o OPART, E.P.E. procede anualmente ao pedido de autorização excepcional para proceder à contratação dos reforços necessários para a produção dos espetáculos de ópera e bailado estabelecidos em cada temporada.

Este tipo de contratação específica das áreas artística e técnica/produção, efetuada ao abrigo da Lei n.º 4/2008 (profissionais do espetáculo), apenas tem implicações na movimentação anual, não representando um acréscimo real do efetivo da entidade.

Pelo exposto, a caducidade do contrato mantém-se como o principal motivo de cessação da relação laboral no OPART, E.P.E. Todavia, no ano de 2020 cessaram também contratos de trabalho pelos motivos mencionados no quadro seguinte:

BALANÇO SOCIAL

Cessação Contrato de Trabalho	Ano 2020
acordo de rescisão	6
Área Suporte	2
Área Artística - CNB	4
reforma	1
Área Suporte	1
iniciativa trabalhador	3
Área Suporte	1
Área Artística - CNB	2
Total Geral	10

Neste ano, apesar da situação de pandemia que nos assolou e que obrigou à suspensão da atividade artística em determinado momento, e à adaptação e reorganização de grande parte dos espetáculos previstos, registou-se um total de 149 admissões e 165 cessações; em que a área Artística recebeu cerca de 93% das admissões e das cessações, seguindo-se as áreas Técnica/Produção e de Suporte com 3%, cada, das admissões e das cessações, respetivamente.

Tendo em atenção a especificidade da missão do OPART não fará sentido analisar a taxa de cobertura, ou a taxa de rotação.

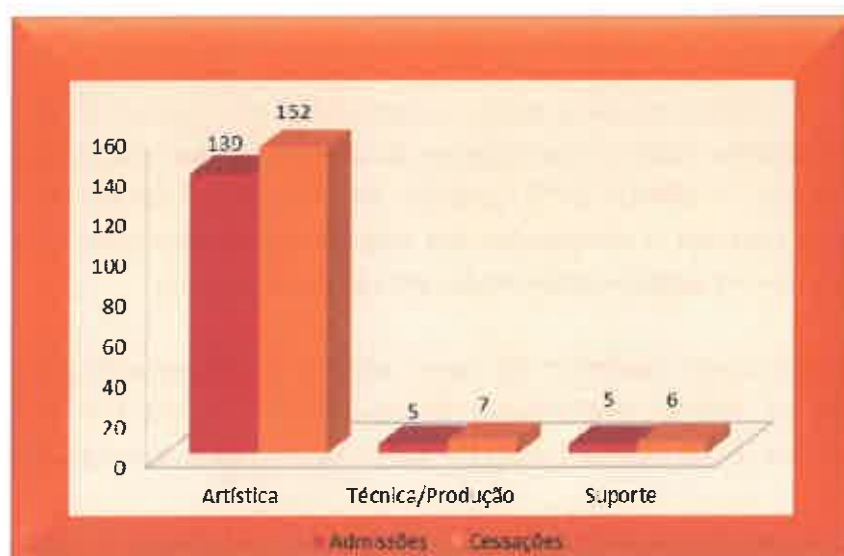


Figura X – Admissões e Cessações

Diversidade e Oportunidade - Igualdade entre Homens e Mulheres

O OPART, E.P.E. tem pautado a sua atuação na política de gestão de recursos humanos pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos.

Atualmente, cerca de 51% do efetivo é representado por homens e 49% está assegurado por mulheres, mantendo-se um nível adequado na equidade entre homens e mulheres no universo laboral, conforme já registado em anos anteriores.

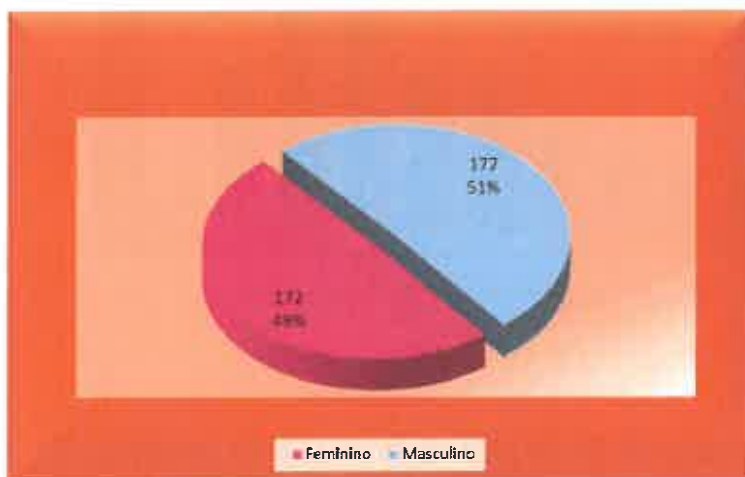


Figura XI – Distribuição do efetivo por género

Continua a verificar-se a inexistência de desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Remuneração Líquida entre Homens/Mulheres, conforme Indicadores de RH – acesso ao emprego por igualdade de género abaixo, que evidenciam o grau de cumprimento do princípio da não discriminação por sexo no acesso ao emprego:

1.º Indicador

Retribuição média mensal das mulheres = 99,53%

Retribuição média mensal

2.º Indicador

Mulheres com cargos de Direção (1.ª linha) = 50%

Cargos de Direção (1.ª linha)

3.º Indicador

Número de Colaboradores Mulheres = 49%

Número de Colaboradores

BALANÇO SOCIAL

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário e género identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos se situa nos 47,5 anos, enquanto nos trabalhadores masculinos este valor é de 49 anos. A faixa etária dos 55-59 anos é a mais expressiva no sexo masculino, enquanto no sexo feminino o grupo etário 45-49 anos e 50-54 anos são os mais preponderantes.

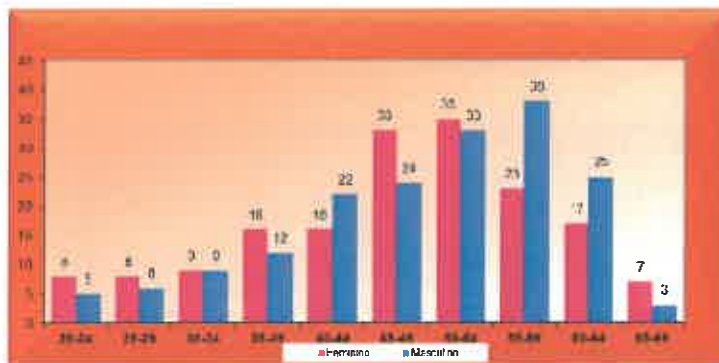


Figura XII – Distribuição geral por Faixas Etárias e por género

Acidentes de Trabalho

O ano de 2020 termina com um registo total de 16 ocorrências (9 homens e 7 mulheres), número consideravelmente inferior ao verificado em 2019, que tem tido um decréscimo de ano para ano, e que o valor tão baixo deste ano poderá ser explicado pelo ano atípico de atividade. Do total de acidentes ocorridos, 12 resultaram em incapacidade temporária - absoluta e parcial - para o desempenho do trabalho, sendo este número também bastante inferior ao verificado em 2019.

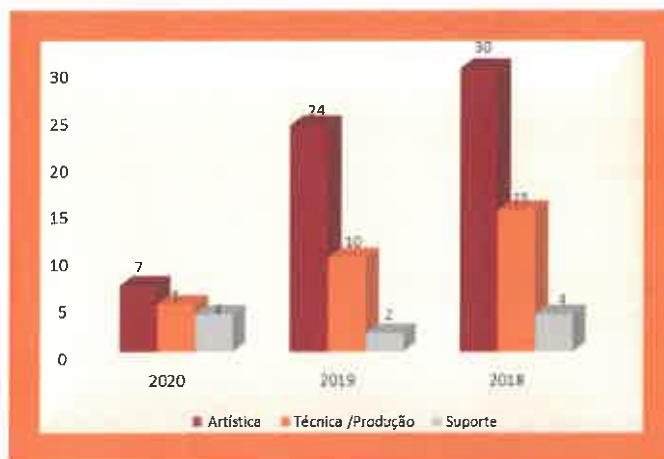


Figura XIII – Ocorrências de acidentes de trabalho 2018 – 2019 – 2020 por área de atividade

Verifica-se que o maior número de sinistros voltou a ocorrer na área artística, seguindo a tendência observada ao longo da maioria dos anos. Em 2020 a área artística contou com um total de 7 ocorrências, sendo a maior incidência de sinistros atribuída Incapacidade Temporária para o Trabalho (absoluta e parcial). Os 7 incidentes ocorreram com Bailarinos, o que se justifica pelas exigências físicas associadas ao desempenho do trabalho.

Do total de acidentes ocorridos resultaram 165 dias de ausência ao trabalho por Incapacidade Temporária Absoluta, 81 dos quais referentes à área artística (Elenco Artístico da CNB).



Figura XIV – Ocorrências de acidentes de trabalho 2019 - 2020

Trabalho Suplementar

Durante o ano de 2020, os trabalhadores do OPART, E.P.E. efetuaram 2.653 horas de trabalho suplementar, sendo 1.081 destas realizadas por trabalhadores do género feminino e 1.572 realizadas por trabalhadores do género masculino.

O trabalho suplementar foi realizado maioritariamente pela área Técnica/ Produção (1.787 horas), seguida da área de suporte (807 horas) e da área artística (59 horas).

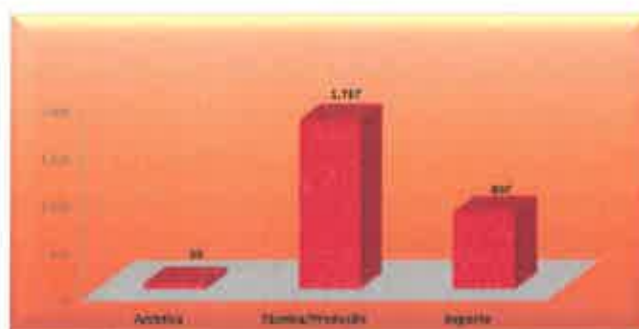


Figura XV – Horas de Trabalho Suplementar 2020

Estágios

Oportunidades de Estágios Curriculares

No ano de 2020, apesar da situação da pandemia que vivemos, foi possível acolher 6 estagiários, provenientes de instituições de ensino variadas, que integraram as equipas do TNSC e da CNB. Manteve-se também neste ano, o objetivo de privilegiar a colaboração com instituições de ensino, permitindo aos alunos a formação em contexto de trabalho, imprescindível à sua aprendizagem, mantendo-se a tendência observada quanto à duração dos estágios, que se têm vindo a realizar por períodos mais longos.

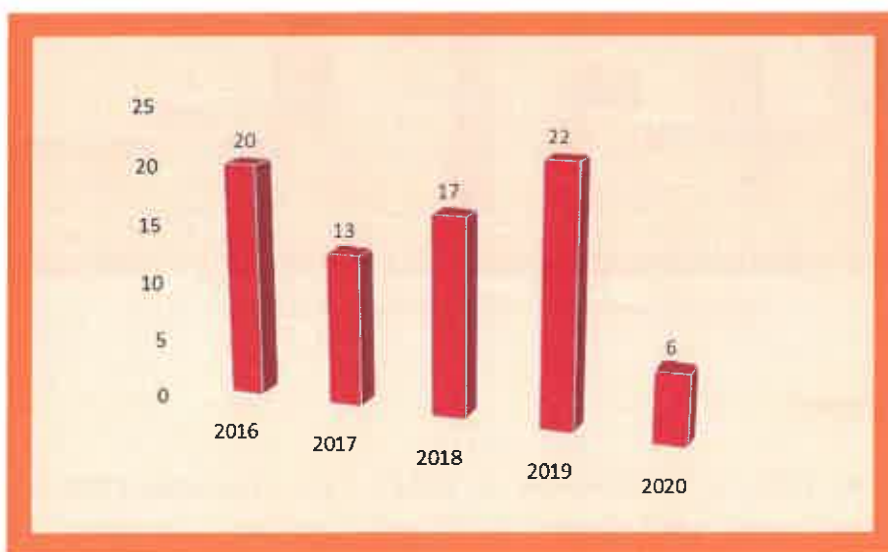


Figura XVI – Estágios Curriculares 2016-2020

Oportunidade de Estágios Profissionais

Tendo em atenção que a Portaria que procedeu à criação da medida Estágios Emprego que visa integrar jovens desempregados em entidades com ou sem fins lucrativos, de direito privado em entidades com ou sem fins lucrativos, de direito privado ou público, não permite ao OPART, E.P.E. apresentar-se como entidade promotora de estágios, está vedada a oferta de estágios profissionais na entidade.

Programa de Voluntariado

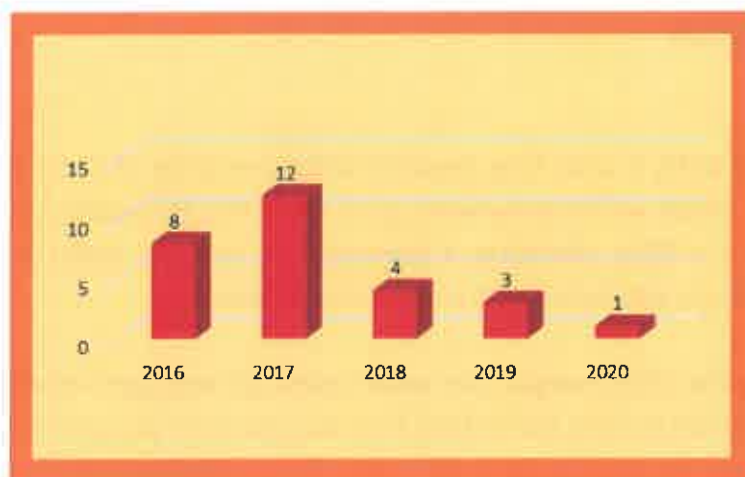


Figura XVII – Evolução do Programa de Voluntariado

O OPAR, E.P.E. no corrente ano acolheu apenas 1 voluntário, na área de arquivo do TNSC, num programa que pretende manter os princípios que o fundamentam: participação, solidariedade, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência proporcionando continuamente aos voluntários os benefícios de formação cultural e de desenvolvimento de competências e ainda, a sua integração em projetos institucionais de referência.

Contudo, a evolução demonstra e aponta para uma necessidade de reformulação do programa, orientando-o para participações em áreas específicas e com uma forte divulgação junto da comunidade.

Mapas Económico-Financeiros

Estrutura de Custos

Durante o ano de 2019, o valor total de gastos atingiu cerca de 18,639 milhões de euros, dos quais 86,4% afetos ao funcionamento geral do OPART (estrutura), 13,4% relativos à produção artística e 0,2% referentes à prestação de serviços, como seja, a título de exemplo, o aluguer de instalações para a realização de eventos.

Em 2020 verificou-se uma redução dos gastos numa percentagem de 4,1%. Embora os gastos com a estrutura tenham aumentado fruto das provisões para processos judiciais em curso e dos acordos de rescisão celebrados com vários trabalhadores com idade próxima da reforma, os gastos com produção reduziram substancialmente.

A razão prende-se com a pandemia COVID19 que provocou o cancelamento e adiamento de vários espetáculos para o ano 2021. Mesmo os honorários parciais pagos, fruto da aplicação do Decreto-Lei 10I-2020, de 26 de março, o seu gasto foi diferido para aquando a apresentação dos espetáculos, ou seja 2021.

Unid: euros

Gastos	2019		2020		Variação 2020/2019	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Estrutura	16.103.897	86,4%	16.471.895	92,2%	367.998	2,3%
Produção	2.497.610	13,4%	1.390.288	7,8%	-1.107.322	-44,3%
Prestação de Serviços*	38.220	0,2%	9.782	0,1%	-28.438	-74,4%
Total	18.639.727	100,0%	17.871.965	100,0%	-767.762	-4,1%

*Gastos com alugueres

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Unid: euros

Gastos	2019		2020		Variação 2020/2019	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas	1.128	0%	428	0%	- 700	-62%
Fornecimentos e serviços externos	3.582.585	19%	2.597.056	15%	- 985.529	-28%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	1.339.151	37%	1.320.464	51%	- 18.687	-1%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	2.243.434	63%	1.276.592	49%	- 966.842	-43%
Gastos com o pessoal	14.868.154	80%	14.883.655	83%	15.501	0%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	14.615.211	98%	14.770.520	99%	155.309	1%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	252.943	2%	113.135	1%	- 139.808	-55%
Outros gastos e perdas	34.094	0%	24.080	0%	- 10.014	-29%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	32.861	96%	23.519	98%	- 9.342	-28%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	1.233	4%	561	2%	- 672	-55%
Gastos de depreciação e de amortização	129.955	1%	146.804	1%	16.850	13%
Provisões e imparidades	2.033	0%	219.477	1%	217.444	10698%
Juros e gastos similares suportados	21.779	0%	465	0%	- 21.314	-98%
Total	18.639.727	100%	17.871.965	100%	- 767.762	-4%

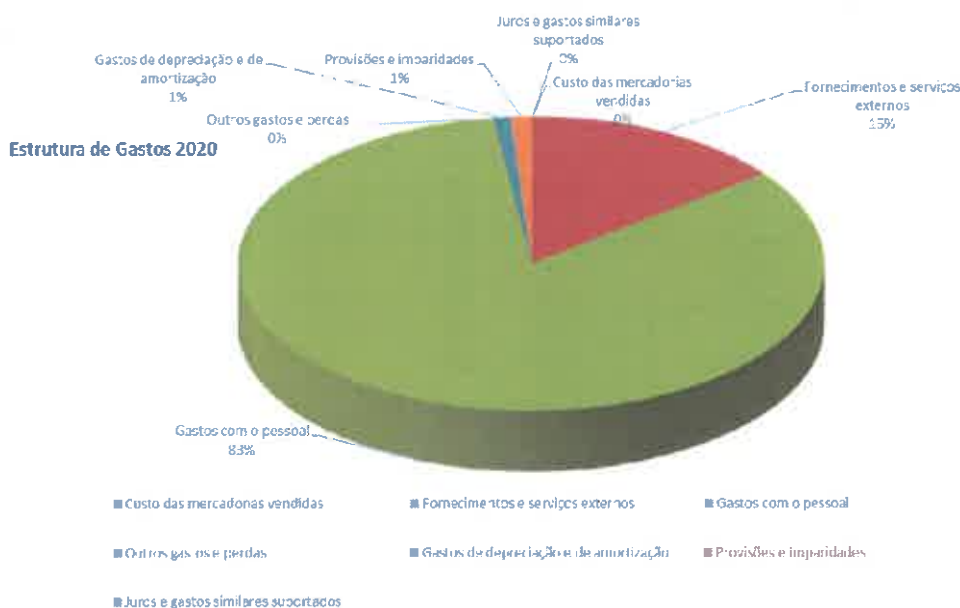
Relativamente aos **gastos com a estrutura**, salientam-se os gastos com pessoal os quais atingiram um montante de 14,770 milhões de euros (99% do Pessoal) e os fornecimentos e serviços externos no valor de 1,320 milhões de euros (51% dos FSE).

Quando analisamos os **gastos com a produção artística**, verifica-se que a estrutura de gastos se inverte, sendo que os fornecimentos e serviços externos representam 49% (cerca de 1,277 milhões de euros) e os gastos com pessoal atingem um valor percentual de 1% (0,113 milhões de euros).

Enquanto se verifica uma contenção face a 2019, de FSE (-1%) e Pessoal (+1%) da estrutura, também é possível verificar que houve uma grande diminuição (43%) de FSE associados à programação, face a 2019. Em termos de Gastos com Pessoal associados à Programação Artística, os valores também diminuíram (55%). Essa justificação já se encontra no parágrafo anterior. Em relação aos Gastos com Pessoal o facto de não haver digressões reduziu substancialmente o valor de ajudas de custo, e as produções de menor dimensão também reduziu substancialmente o trabalho extraordinário.

No que diz respeito aos restantes gastos houve aumentos de amortizações, face às novas aquisições em 2020, bem como aumento nas provisões para processos judiciais em curso, fruto de novos processos.

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS



Quanto à sua composição, verifica-se que **os gastos com pessoal**, atingiram um valor de cerca de 14,9 milhões de euros, os quais representam 83% do valor do total dos gastos, seguindo-se os **fornecimentos e serviços externos**, no montante de cerca de 2,6 milhões de euros (15%), seguindo-se os **gastos de depreciação e de amortização**, no valor de 146.804€ (1%), as **provisões e imparidades** no valor de 219.477€ (1%) e **outros gastos e perdas**, no montante de 24.080€ (0,13%). Os restantes gastos (custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e juros e gastos similares suportados), apresentam um valor global residual (893€).

Unid: euros

Gastos Operacionais	2016	2017	2018	2019	2020	Variação (2020/2019)		Variação (2010/2020)	
						Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
CMVMC	3.728	2.865	1.534	1.128	428	700	-62%	- 2.835	-87%
Fornecimentos e serviços externos	4.135.819	3.834.956	3.304.276	3.582.585	2.597.056	- 985.529	-28%	- 3.341.865	-56%
Gastos com o pessoal	14.759.072	15.341.506	14.909.270	14.868.154	14.883.655	15.501	0%	- 991.645	-6%
Total	18.898.619	19.179.327	18.215.080	18.451.867	17.481.139	- 970.728	-5%	- 4.336.345	-20%

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Unid: euros

Categorias	Estrutura		Prestação Serviços		Produção		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
61 - Custo Mercadorias Vendidas	428	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	428	0,0%
611 - Mercadorias	428	100,0%	0	---	0	---	428	100,0%
62 - Forn. Serv. Externos	1.318.948	8,0%	1.516	15,5%	1.276.592	91,8%	2.597.056	14,5%
621 - Subcontratos	4.440	0,3%	0	0,0%	36.534	2,9%	40.974	1,6%
622 - Serviços especializados	732.560	55,5%	141	9,3%	742.733	58,2%	1.475.434	56,8%
623 - Materiais	109.772	8,3%	0	0,0%	35.797	2,8%	145.569	5,6%
624 - Energia e fluidos	148.627	11,3%	0	0,0%	437	0,0%	149.064	5,7%
625 - Deslocações, estadas e transportes	16.190	1,2%	545	35,9%	111.871	8,8%	128.606	5,0%
626 - Serviços diversos	307.359	23,3%	831	54,8%	349.219	27,4%	657.409	25,3%
63 - Pessoal	14.762.255	89,6%	8.266	84,5%	113.135	8,1%	14.883.655	83,3%
631 - Remunerações dos órgãos sociais	221.552	1,5%	0	0,0%	0	0,0%	221.552	1,5%
632 - Remunerações do pessoal	11.196.703	75,8%	7.916	95,8%	103.354	91,4%	11.307.972	76,0%
633 - Benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
634 - Indemnizações	390.506	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	390.506	2,6%
635 - Encargos sobre remunerações	2.634.660	17,8%	350	4,2%	9.691	8,6%	2.644.702	17,8%
636 - Seguros de acid. no trab. e doenç. prof.	261.769	1,8%	0	0,0%	0	0,0%	261.769	1,8%
637 - Gastos de acção social	202	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	202	0,0%
638 - Outros gastos com o pessoal	56.863	0,4%	0	0,0%	90	0,1%	56.953	0,4%
639 - Outros encargos sociais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	146.804	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	146.804	0,8%
642 - Activos fixos tangíveis	111.103	75,7%	0	0,0%	0	0,0%	111.103	75,7%
643 - Activos intangíveis	35.701	24,3%	0	0,0%	0	0,0%	35.701	24,3%
65 - Perdas por imparidade	74.765	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	74.765	0,4%
651 - Em contas a receber	4.510	12,6%	0	0,0%	0	0,0%	4.510	12,6%
652 - Em inventários	70.255	94,0%	0	0,0%	0	0,0%	70.255	94,0%
67 - Provisões do período	144.712	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	144.712	0,8%
673 - Processos judiciais em curso	144.712	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	144.712	100,0%
68 - Outros gastos e perdas	23.519	0,1%	0	0,0%	561	0,0%	24.080	0,1%
681 - Impostos	17.959	76,4%	0	#DIV/0!	561	100,0%	18.520	76,9%
684 - Perdas em inventários	1	0,0%	0	#DIV/0!	0	0,0%	1	0,0%
688 - Outros	5.559	23,6%	0	#DIV/0!	0	0,0%	5.559	23,1%
69 - Gastos e perdas de financiamento	465	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	465	0,0%
691 - Juros suportados	465	100,0%	0	#DIV/0!	0	0,0%	465	100,0%
698 - Outros gastos e perdas de financiamento	0	0,0%	0	#DIV/0!	0	0,0%	0	0,0%
Total Geral	16.471.896	100,0%	9.782	100,0%	1.390.288	100,0%	17.871.966	100,0%

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

FSE (Funcionamento Geral)

Os encargos com o funcionamento geral desdobram-se pelas seguintes rubricas:

Designação	Valor	Unid: euros
		Peso %
FSE	40.973,99	1,58%
Subcontratos	40.973,99	1,58%
Serviços especializados	1.475.433,43	56,81%
Trabalhos especializados	252.996,84	9,74%
Publicidade	66.749,26	2,57%
Vigilância e segurança	184.423,41	7,10%
Honorários	676.073,25	26,03%
Comissões	5.561,70	0,21%
Conservação e reparação	249.878,97	9,62%
Outros serviços especializados	39.750,00	1,53%
Materiais	145.568,99	5,61%
Ferramentas e utensílios desgaste ráp.	42.163,06	1,62%
Livros de documentação técnica	25,45	0,00%
Material de escritório	5.547,54	0,21%
Artigos de oferta	2.356,80	0,09%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pe	15.176,61	0,58%
Medicamentos e artigos para a saúde	1.850,02	0,07%
Outros materiais	78.449,51	3,02%
Energia e fluidos	149.064,38	5,74%
Electricidade	119.296,08	4,59%
Combustíveis	3.501,33	0,13%
Água	13.671,12	0,53%
Outros	12.595,85	0,49%
Deslocações, estadas e transportes	128.606,44	4,95%
Deslocações e estadas	75.620,36	2,91%
Transporte de pessoal	4.031,00	0,16%
Transportes de mercadorias	48.955,08	1,89%
Outros	0,00	0,00%
Serviços diversos	657.408,84	25,31%
Rendas e alugueres	260.750,64	10,04%
Comunicação	25.496,92	0,98%
Seguros	25.678,18	0,99%
Royalties e Propriedade Industrial	119.665,63	4,61%
Contencioso e notariado	2.997,10	0,12%
Despesas de representação	1.532,72	0,06%
Limpeza, higiene e conforto	107.077,89	4,12%
Outros serviços	114.209,76	4,40%
Total	2.597.056,07	100,00%

Da análise do quadro anterior, salienta-se que os **serviços especializados**, assumem um peso de 57% do total dos fornecimentos e serviços externos afetos à estrutura, dos quais se salienta os honorários, os trabalhos especializados, a vigilância e segurança e os gastos com conservação e reparação.

A componente de **serviços diversos** representa 25% dos fornecimentos e serviços externos despendidos com o funcionamento geral do OPART, dos quais se destacam as Rendas e Alugueres, Royalties e Propriedade Industrial, Serviços de Limpeza e Outros Serviços.

Os encargos com **subcontratos** atingem 1,58%.

Os encargos com a **energia e fluídos** atingem 5,74% da referida tipologia de gastos, destacando-se os gastos com eletricidade.

Evolução dos custos: comparação com o ano anterior

Já quando procedemos à análise comparativa dos gastos ocorridos durante o ano de 2020 com os gastos do ano transato, verifica-se uma redução no valor total de 767.762€, os quais representam um 4,1%.

Tal como explicado anteriormente esta redução está patente precisamente nos gastos de produção e prestação de serviços, provocada pela pandemia COVID-19, uma vez que da análise podemos verificar que os Gastos de Estrutura aumentam 2,3%.

Gastos	Unid: euros				Variação 2020/2019	
	2019		2020		Absoluta	Relativa
	valor	peso	valor	peso		
Estrutura	16.103.897	86,4%	16.471.895	92,2%	367.998	2,3%
Produção	2.497.610	13,4%	1.390.288	7,8%	-1.107.322	-44,3%
Prestação de Serviços*	38.220	0,2%	9.782	0,1%	-28.438	-74,4%
Total	18.639.727	100,0%	17.871.965	100,0%	-767.762	-4,1%

*Gastos com alugueres

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Unid: euros

Gastos	2019		2020		Variação 2020/2019	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas	1.128	0%	428	0%	- 700	-62%
Fornecimentos e serviços externos	3.582.585	19%	2.597.056	15%	- 985.529	-28%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	1.339.151	37%	1.320.464	51%	- 18.687	-1%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	2.243.434	63%	1.276.592	49%	- 966.842	-43%
Gastos com o pessoal	14.868.154	80%	14.883.655	83%	15.501	0%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	14.615.211	98%	14.770.520	99%	155.309	1%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	252.943	2%	113.135	1%	- 139.808	-55%
Outros gastos e perdas	34.094	0%	24.080	0%	- 10.014	-29%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	32.861	96%	23.519	98%	- 9.342	-28%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	1.233	4%	561	2%	- 672	-55%
Gastos de depreciação e de amortização	129.955	1%	146.804	1%	16.850	13%
Provisões e imparidades	2.033	0%	219.477	1%	217.444	10698%
Juros e gastos similares suportados	21.779	0%	465	0%	- 21.314	-98%
Total	18.639.727	100%	17.871.965	100%	- 767.762	-4%

Ao analisarmos o quadro anterior, constata-se que a tipologia de gastos que sofreu uma maior diminuição face ao ano anterior foi com os FSE da produção (-966.842€), representando uma diminuição de 43%. Os FSE de estrutura tiveram apenas uma ligeira diminuição de 1%. Em termos de Gastos com Pessoal, e no que diz respeito à Produção, tivemos também uma redução de 55% (-139.808€). Em compensação houve um aumento de estrutura de 155.309; 1%}.

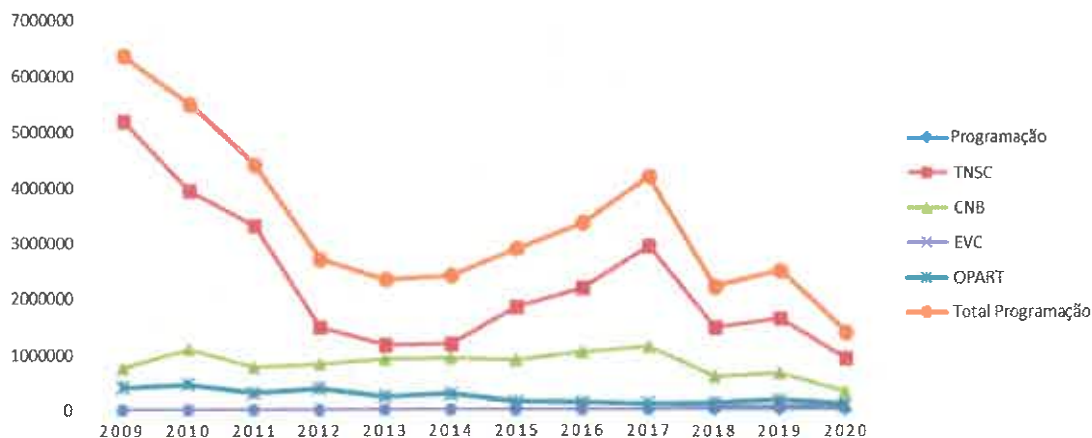
O CMVMC e os outros gastos e perdas, tiveram todos um decréscimo.

Programação	2009	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TNSC	5.209.218	3.952.106	3.328.149	1.487.500	1.177.797	1.179.855	1.859.614	2.189.145	2.944.937	1.468.057	1.628.572	909.863
CNB	762.438	1.096.367	771.870	835.250	917.807	943.860	892.648	1.049.031	1.141.504	595.585	652.337	325.080
EVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31.441	50.816	58.991
OPART	410.130	469.073	309.659	392.631	252.437	292.305	154.409	134.578	110.027	117.997	165.886	96.354
Total Programação	6.381.787	5.517.545	4.409.678	2.715.380	2.348.042	2.416.020	2.906.671	3.372.754	4.196.468	2.213.080	2.497.610	1.390.288

Relativamente à produção artística quando comparamos os seus gastos com os ocorridos em 2019, verifica-se que os mesmos reduziram 44% relativo ao TNSC e 50% CNB, uma redução de também de 42% relativamente ao OPART, E.P.E. fruto do projeto “Rota das Catedrais” em 2019.

Nestes 3 últimos anos temos também os Estúdios Victor Córdon (EVC) com produção própria e com um aumento de 16% de 2019 para 2020, devido ao crescimento do próprio projeto e aumento do valor do seu orçamento.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM A PRODUÇÃO



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Deste gráfico podemos concluir que a verba disponível para programação tem reduzido substancialmente de 2009 até à atualidade.

Rendimentos

Quanto à estrutura de rendimentos, durante o ano de 2020, salienta-se que a Indemnização Compensatória atingiu um valor de cerca de 18,2 milhões de euros, no entanto pelo diferimento de parte da mesma pois serviu para pagamento de despesas que foram igualmente diferidas para 2021 (50% cachets de produções adiadas para 2021), está reconhecido como proveito 18,1M representando 93% do montante total dos rendimentos.

O apoio do Fundo de Fomento Cultural recebido foi no montante de 0,727 milhões de euros, mas pela mesma razão da IC, apenas reconhecido como proveito 0,56 (3%) e que o mecenato e outros apoios recebidos atingiram um valor de 236.703€ (1%).

O valor da IC e do FFC diferido será reconhecido em 2021 quando se reconhecer igualmente a despesa dos honorários pagos aos artistas em 2020, ou seja, quando o espetáculo for apresentado.

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

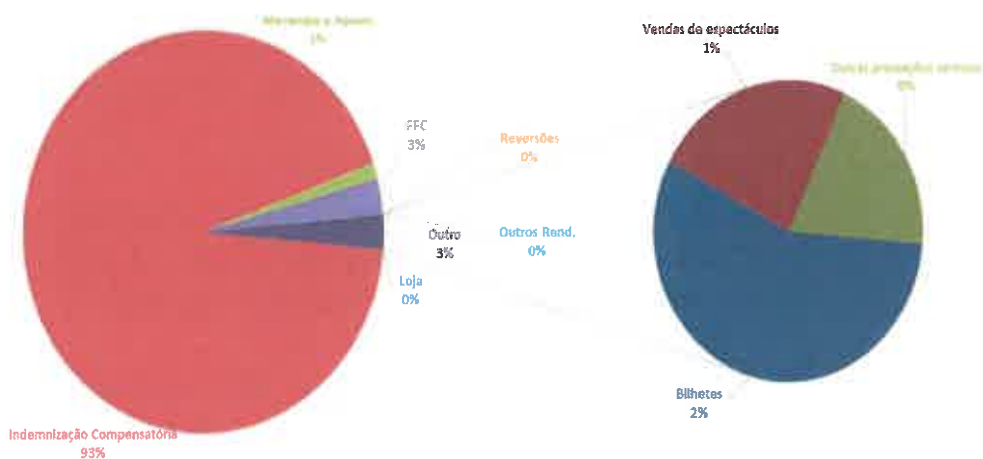
Unid: euros

Rendimentos	2020	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019		2020 Peso %	2019 Peso %	2018 Peso %	2017 Peso %	2016 Peso %
						Absoluta	Relativa					
Vendas	1.071.240	1.128.004	1.087.940	980.371	540.163	-440.208	-45%	3%	5%	6%	6%	6%
<i>Bilhetes</i>	830.640	827.784	852.977	735.165	304.241	-430.924	-59%	2%	4%	4%	4%	4%
<i>Vendas de espectáculos</i>	86.400	112.946	34.465	25.000	129.450	104.450	418%	1%	0%	0%	1%	0%
<i>Outras prestações serviços</i>	151.062	184.956	198.194	218.205	105.869	-112.335	-51%	1%	1%	1%	1%	1%
<i>Loja</i>	3.139	2.317	2.304	2.001	602	-1.399	-70%	0%	0%	0%	0%	0%
Indemnização Compensatória	13.464.431	15.396.717	15.539.673	17.709.603	18.156.822	447.219	3%	93%	91%	81%	77%	72%
FFC	3.000.000	2.181.351	2.167.100	200.000	559.900	359.900	180%	3%	1%	11%	11%	16%
Mecanato e Apoios	503.052	489.691	226.582	379.731	236.703	-143.028	-38%	1%	2%	1%	2%	3%
Outros Rendimentos e ganhos	16.444	23.646	137.822	48.340	17.775	-30.565	-65%	0%	0%	1%	0%	0%
Reversões	36.119	808.230	36.190	86.500	275	-86.225	-100%	0%	0%	4%	4%	0%
Total	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	19.511.637	107.093	1%	100%	100%	100%	100%	100%

Quanto ao valor da bilheteira durante o ano de 2020 foi de 304.241€ e apenas representou 2% do total dos rendimentos obtidos, apresentando um decréscimo, face a 2019, na ordem dos 59%. De salientar que desses 304.241€, 75 % foram obtidos no 1º trimestre de 2020 antes do primeiro confinamento.

Os 3 meses com os teatros encerrados ao público, a reabertura com limitação de ocupação da sala a 50% e o tipo de espetáculos que eram permitidos apresentar foram a razão da quebra muito acentuada de bilheteira.

O adiamento de espetáculos para 2021 e a incerteza dos mesmos provocou também uma solicitação em massa por parte do público de devolução de bilheteira.



MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Quando comparamos os rendimentos alcançados durante o ano de 2020 com os obtidos durante o ano transato, verifica-se um aumento no valor de cerca de 107 mil euros (1%). Efetivamente, este aumento resulta do aumento do apoio do FFC bem como da Indemnização Compensatória prevista no Contrato Programa 2018-2020.

Estes aumentos compensaram as reduções em todas as outras rubricas de receita.

Verifica-se que o esforço público aumentou 3,6% face a 2019.

Bilheteira	Unid: euros							Variação 2020/2019	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Absoluta	Relativa
Teatro Nacional São Carlos	304.619	565.168	601.722	583.438	665.667	489.499	267.692	-221.807	-45%
Ópera	233.204	498.652	524.451	543.398	580.635	417.619	180.074	-237.544	-57%
Concertos	71.415	66.516	77.271	40.040	85.032	71.880	87.617	15.737	22%
Companhia Nacional Bailado	247.235	377.528	199.873	194.635	183.798	224.072	19.582	-204.490	-111%
Bailados	247.235	377.528	199.873	194.635	183.798	224.072	19.582	-204.490	-91%
OPART / Prest. de Serviços	54.881	44.681	29.044	19.225	3.512	21.594	16.967	-4.627	-21%
Total	606.735	987.377	830.640	797.297	852.977	735.165	304.241	-430.924	-59%

Quanto à bilheteira verificou-se um decréscimo de 430.924€, a qual representa -59%. O decréscimo verificou-se nas óperas no Teatro Nacional de São Carlos (-57% face a 2019) que viu várias das suas produções adiadas para 2021 e 2 canceladas.

No que respeita a programação de concertos registou-se um aumento de cerca de 22% pois após o confinamento foi o tipo de eventos que melhor se adaptou à novas regras da Direção Geral de Saúde.

É de salientar uma grande quebra de receita de bilheteira da Companhia Nacional de Bailado (91%) provocada pela dificuldade na retoma dos espetáculos.

Rendimentos	Unid: euros							Variação 2020/2019	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Absoluta	Relativa
Estrutura	16.236.730	16.640.441	16.544.798	18.805.110	18.022.908	18.299.876	18.921.516	621.640	3%
Produção	1.493.430	1.915.106	1.468.260	1.090.940	1.050.318	994.563	574.800	-419.763	-42%
Prestação de Serviços	54.736	50.338	78.228	131.589	122.080	110.106	15.321	-94.785	-86%
Total	17.784.897	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	19.511.637	107.092	1%

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

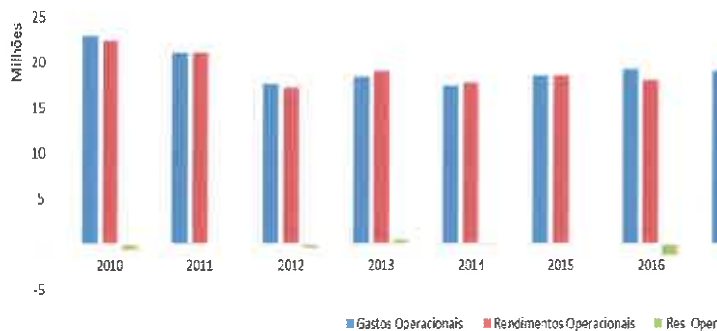
Resultados

Da análise ao quadro seguinte, resulta claramente que em 2020 os gastos operacionais tiveram uma redução fruto da redução dos gastos de produção. Os rendimentos tiveram um aumento de 1% fruto do aumento da Indemnização Compensatória e apoio do Fundo de Fomento Cultural.

Unid: euros

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
												Absoluta	Relativa
Gastos Operacionais	22.953.171	21.086.785	17.580.464	18.475.625	17.483.502	18.550.036	19.319.544	19.179.327	18.215.080	18.451.867	17.481.139	-970.728	-5%
Rendimentos Operacionais	22.402.260	21.108.157	17.211.293	19.054.365	17.784.274	18.605.885	18.091.286	19.219.409	19.159.117	19.318.152	19.511.363	193.211	1%
Res. Oper.	-550.911	21.372	-369.171	578.741	300.772	55.849	-1.228.258	40.082	944.037	866.285	2.030.224	1.163.940	134%

Evolução dos Gastos e Rendimentos



Unid: euros

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
												Absoluta	Relativa
Gastos Totais	22.953.201	21.087.370	17.584.729	18.490.613	17.510.460	18.575.059	19.338.572	19.738.120	18.408.967	18.639.727	17.871.965	-767.762	-4%
Rendimentos Totais	22.402.346	21.125.810	17.212.413	19.057.864	17.784.897	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	19.511.637	107.092	1%
Resultado Líquido	-550.855	38.440	-372.317	567.251	274.437	30.825	-1.247.286	289.519	786.340	764.818	1.639.672	874.854	114%

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, EPE

		em euros									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2020/2019
		Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA SNC											
	Vendas e serviços prestados	1.149.227,19	1.273.246,02	1.096.920,78	1.444.773,27	1.071.240,01	1.128.003,78	1.087.940,44	980.477,36	540.162,77	-44,9%
	Subsídios à exploração	15.600.974,75	15.167.739,41	16.654.139,48	16.890.428,70	16.967.463,22	18.067.758,98	17.933.354,79	18.289.334,01	18.953.424,93	3,6%
	Subsídios à exploração - IC	13.325.059,30	13.325.059,30	13.325.059,30	13.325.059,30	13.464.430,96	15.396.872,64	15.539.672,64	17.709.602,98	16.156.821,52	2,5%
	Subsídios à exploração - FFC	1.851.810,20	1.415.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	2.161.351,00	2.167.100,00	2.167.100,00	290.000,00	559.900,10	180,0%
	Subsídios à exploração - Mecenas	398.360,00	371.840,00	364.780,00	400.000,00	400.000,00	390.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,0%
	Subsídios à exploração - Outros Apoios	25.745,25	55.840,11	464.300,18	165.369,40	103.052,26	99.691,06	126.592,15	279.731,03	136.703,31	-51,1%
	Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*)										
	Variação nos inventários da produção (*)										
	Trabalhos para a própria entidade										
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.752,59	4.127,12	6.591,65	6.309,33	3.728,28	2.865,23	1.534,44	1.127,99	427,70	-62,1%
	Fornecimentos e serviços externos	4.184.361,56	3.367.590,90	3.342.112,98	3.857.276,34	4.135.819,18	3.834.956,42	3.304.275,90	3.582.585,39	2.597.056,07	-27,5%
	Gastos com o pessoal	11.716.317,73	14.361.890,64	13.537.394,13	14.097.497,22	14.759.071,90	15.341.505,57	14.909.289,96	14.868.153,85	14.893.655,08	0,1%
	Imparidade de inventários e de dívidas a receber (perdas) (*)	53.524,23	1.957,31	16.956,79	25.575,66	8.359,01	6.458,73	1.947,91	2.032,52	-4.510,23	-321,9%
	Imparidade de inventários e de dívidas a receber (reversões) (*)	7.274,58	2.985,00	6.140,10	5.411,47	4.782,61	12.183,55	1.190,08	105,63	-69.990,46	-65729,2%
	Provisões (aumentos) (*)	975.973,82	106.846,61	42.547,48	15.963,23	137.900,91	284.184,96	0,00	0,00	144.711,72	
	Provisões (reversões) (*)	308.656,38	2.526.576,95	10,00	221.823,03	31.336,39	796.046,90	35.000,00	86.393,15	0,00	-100,0%
	Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) (*)										
	Aumentos / reduções de justo valor (*)										
	Outros rendimentos e ganhos	145.159,92	83.818,04	27.053,88	43.448,23	16.443,87	23.645,83	137.821,62	48.233,61	17.774,84	-63,1%
	Outros gastos e perdas	388.570,45	414.456,53	332.646,73	377.715,78	112.367,06	112.259,75	52.608,62	34.098,87	24.080,26	-29,4%
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-111.207,56	797.506,31	506.022,48	225.547,14	-1.065.980,24	445.408,38	925.670,10	916.551,14	1.786.941,02	95,0%
	Gastos / reversões de depreciação e de amortização (*)	257.963,23	218.765,60	205.250,07	169.698,31	162.298,61	155.304,33	139.330,38	129.954,55	146.804,25	13,0%
	Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) (*)	-369.170,79	578.740,71	300.772,41	55.648,83	-1.228.258,85	290.104,05	766.339,72	786.596,59	1.640.136,77	108,5%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-369.170,79	578.740,71	300.772,41	55.648,83	-1.228.258,85	290.104,05	766.339,72	786.596,59	1.640.136,77	108,5%
	Juros e rendimentos similares obtidos	1.119,70	3.498,51	622,96	25.023,56	19.027,46	584,84	0,00	21.778,89	464,94	-97,9%
	Juros e gastos similares suportados	4.265,55	14.988,07	26.958,28	25.023,56	19.027,46	584,84	0,00	21.778,89	464,94	-97,9%
	Resultado antes de impostos	-372.316,64	567.251,15	274.437,09	30.625,27	-1.247.286,31	289.519,21	786.339,72	764.817,70	1.639.671,83	114,4%
	Imposto sobre o rendimento do período (*)	20.637,59	52.120,36	34.725,57	12.862,84	20.618,09	14.652,84	62.537,45	67.038,72	353.365,02	427,1%
	Resultado líquido do período	-352.954,23	515.130,79	239.711,52	17.932,43	-1.267.904,40	274.866,37	723.802,27	697.778,98	1.286.306,81	84,3%
	CNV/VMC + FSE + DP	15.904.431,88	17.733.598,66	16.886.098,76	17.961.082,89	18.898.619,36	19.179.377,22	18.215.080,30	18.451.857,23	17.481.138,85	-5,3%

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Do ponto de vista económico, o OPART, E.P.E. apresentou um Resultado Líquido do exercício de 1.286.306,81€, e um EBITDA de 1.786.941,02€.

O facto do OPART, E.P.E. ter prevista uma Indemnização Compensatória que recebeu, mas que face às restrições orçamentais ficou cativa no que respeita a aplicar em despesa de bens e serviços fez com que o proveito fosse registado, mas que a gasto não pudesse ser feito. Essa limitação fez com que o OPART, E.P.E. finalizasse o ano com um Resultado Líquido do Exercício bastante elevado e com um saldo bancário idêntico a esse resultado.

Cumprindo as regras do código de IRC o OPART, E.P.E terá um valor grande de imposto a pagar em 2021 referente ao resultado de 2020.

É notória a redução de receitas de bilheteira, fruto da pandemia que obrigou o adiamento de espetáculos para 2021.

A missão de serviço público do OPART. E.P.E. tem inerente a atribuição de uma Indemnização Compensatória por parte do Estado, sendo pertinente avaliar a eficácia social da organização através da mensuração do esforço financeiro do Estado por cada beneficiário das atividades desenvolvidas no âmbito da sua missão.

EFICIÊNCIA SOCIAL	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2020/2019	Var. 2020/2019
Indemnização Compensatória (s)/VA (a)	18.287.614,56 €	17.756.269,71 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.464.430,96 €	15.396.716,92 €	15.539.672,57 €	17.709.602,98 €	18.156.821,52 €	-0,72%	2,53%
Nº de Beneficiários da atividade do OPART (b)	123.628	93.917	109.873	104.601	170.800	140.020	127.602	137.967	104.681	112.522	31.130	-74,83%	-72,33%
Eficiência Social = (a) / (b)	147,92 €	189,06 €	121,28 €	127,39 €	78,02 €	95,17 €	105,52 €	111,60 €	148,45 €	157,39 €	583,26 €	294,23%	270,58%

O peso das receitas próprias do OPART, E.P.E. reduziu o seu nível para 4% face à pandemia, considerando o Esforço Financeiro Público efetuado (em termos de IC e FFC).

O Conselho de Administração tem envidado todos os esforços para potenciar os proveitos do seu "core business" e encontrar novas fontes de rendimento mas o ano de 2020 teve tendências muito negativas nesse âmbito.

O OPART terminou o ano de 2020 com uma taxa de cobertura (receitas de bilheteira vs. custos diretos de programação) de 22%.

Execução Orçamental: Despesas vs. Receitas

	Dotação Corrigida 2019	Execução 2019	Orçamento inicial (aprovado) 2020	Dotação Corrigida 2020	Execução 2020	
	€	€	€	€	valor	%
SALDO		220.610 €		220.610 €	1.967.000 €	
Despesa	23.671.016 €	21.330.472 €	23.549.755 €	23.549.755 €	19.035.816 €	80,8%
01 Despesas com Pessoal	15.982.081 €	15.960.529 €	15.409.220 €	15.409.220 €	14.892.530 €	96,6%
02 Aquisição de bens e serviços	5.169.108 €	3.960.963 €	5.460.791 €	5.460.791 €	3.172.621 €	58,1%
03 - Juros	- €	- €	- €	- €	- €	-
06 Impostos (IVA) e outros	2.226.596 €	1.251.404 €	890.000 €	890.000 €	768.777 €	86,4%
06 Reserva Outras receitas			88.244 €	88.244 €	- €	-
07 Investimento	293.231 €	157.576 €	1.701.500 €	1.701.500 €	201.688 €	11,9%
Amortizações líquidas					- €	-
Receta	23.671.016 €	21.551.082 €	23.549.755 €	23.770.365 €	220.610 €	88,4%
IC	20.011.851 €	18.772.179 €	19.293.000 €	19.293.000 €	19.293.000 €	100,0%
SEC/Fundo Fomento	200.000 €	200.000 €	727.000 €	727.000 €	727.000 €	100,0%
Outros apoios (DGTF Obras)	- €	- €	1.500.000 €	1.500.000 €	- €	-
Bilheteira TNSC/CNB/EVC	1.424.386 €	779.275 €	1.000.365 €	1.000.365 €	282.151 €	28,2%
Iniciativas (inclui FAL e outras)	100.000 €	86.100 €	200.000 €	200.000 €	86.100 €	43,1%
Mecenato CNB	100.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €	100,0%
Outros mecenatos	150.000 €	109.446 €	200.000 €	200.000 €	38.000 €	19,0%
Projetos Comerciais TNSC/CNB	300.000 €	208.498 €	300.000 €	300.000 €	32.686 €	10,9%
Outras Receitas (apoios 2020 para intervenções edifício)					- €	-
Outras Receitas	318.440 €	229.245 €	229.390 €	229.390 €	223.167 €	-
Saldo transitado	1.066.339 €	1.066.339 €	- €	220.610 €	- €	100,0%

Avaliação e acompanhamento da prestação do serviço público

Relativamente ao modo de desempenho do serviço público, tendo em consideração os objetivos e resultados a alcançar fixados no Contrato Programa, este pode ser aferido no ponto relativo às Linhas Estratégicas e Objetivos.

Relativamente à identificação dos custos incorridos com a prestação do serviço público, assim como do valor de cada uma das variáveis que contribuem para o apuramento da indemnização compensatória, há que considerar os seguintes pressupostos:

O valor da indemnização compensatória incorpora:

- Os custos incorridos com a prestação de serviço público, incluindo os custos de estrutura inerentes, os custos variáveis relativos à concretização das atividades de interesse geral e os investimentos necessários à prossecução do serviço público e à manutenção e conservação das infraestruturas a seu cargo;
- Os proveitos resultantes do cumprimento das obrigações de serviço público;
- Os proveitos resultantes de outras atividades desenvolvidas fora do âmbito do interesse geral, deduzidos dos custos diretos incorridos com as mesmas.

O custo incorrido com a prestação do serviço público (CSP) é calculado da seguinte forma:

$$\text{CSP} = \text{GE} + \text{GP} + \text{RAF}$$

Sendo:

GE **Gastos de Estrutura**

Corresponde aos gastos gerais de funcionamento incluindo os relativos ao quadro de pessoal aprovado no orçamento de estado, nos seguintes termos:

i) Gastos com Pessoal de estrutura:

- Gastos com pessoal previsto no quadro de pessoal aprovado.

- Devem ser excluídas:

=> As contratações pontuais fora do quadro de pessoal aprovado;

=> Os encargos extra com a programação e demais atividade (p.e. trabalho extraordinário).

- Serão contabilizadas numa conta analítica específica as contratações pontuais e os encargos extra com a programação e demais atividade.

ii) Gastos Gerais de Estrutura:

- Gastos destinados a assegurar o normal funcionamento da entidade (gastos gerais com os edifícios e demais instalações e gastos gerais com o funcionamento dos serviços).

GP **Gastos de Produção:**

Gastos diretos com as produções artísticas e demais atividades integradas na missão, destinadas ao cumprimento do serviço público contratualizado e ao alcance das metas definidas no presente contrato-programa.

Incluem-se nestes gastos os gastos com pessoal relativos a:

=> Contratações pontuais fora do quadro de pessoal aprovado

=> Encargos extra com a programação e demais atividade (p.e. trabalho extraordinário)

- Serão contabilizadas numa conta analítica específica as contratações pontuais e os encargos extra com a programação e demais atividade.

RAF **Reposição de Ativos Fixos (Líquidos)**

Montante de aquisições de ativos fixos tangíveis ou intangíveis líquidos das vendas e dos financiamentos específicos obtidos para a sua aquisição (a fundo perdido ou reembolsáveis).

- No caso de aquisições financiadas através de recurso ao endividamento, aprovado pelas tutelas, ou qualquer outro tipo de fundos reembolsáveis o reconhecimento ocorre nas datas do reembolso dos respetivos financiamentos e não na data de aquisição.

São considerados apenas os Ativos Fixos que:

=> Se destinem a assegurar o estado de conservação das infraestruturas;

=> Se relacionem diretamente e sejam necessários à prestação do serviço público;

=> Se destinem a melhorar ou ampliar as infraestruturas e constem do plano de investimentos aprovado; e

=> Se destinem a fazer face a situações imponderáveis e inadiáveis.

- Estes investimentos devem ser registados em contas analíticas ou patrimoniais específicas.

Fórmula de cálculo da Indemnização Compensatória (IC):

$$IC = CSP - VNsp - OSE - MgOA$$

Sendo:

CSP **Custo incorrido com a prestação do serviço público referido no ponto anterior**

$$CSP = GE + GP + RAF$$

VNsp **Volume de Negócios do serviço público de interesse geral**

- Vendas e prestações de serviços e outros ganhos diretamente resultantes das atividades de serviço público (p.e. venda de bilhetes, mecenato, patrocínios, publicidade, apoios à atividade), exceto os subsídios atribuídos por entidades públicas.

- Estes ganhos devem ser registados em contas analíticas ou contas de ganhos específicos.

OSE **Outros subsídios do Estado**

Subsídios atribuídos por entidades públicas para além da indemnização compensatória.

MgOA **Margem liberta por outras atividades:**

MAPAS ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Vendas e prestações de serviço e outros ganhos de atividades não englobadas no serviço público (p.e. aluguer de espaços para atividades com fins comerciais ou fora da missão), deduzido dos gastos diretos com estas prestações.

Se os gastos diretos superarem os ganhos o valor a considerar é zero.

- Estes ganhos e os gastos devem ser registados em contas analíticas específicas.

Exclusões Não são considerados, nas variáveis indicadas, gastos de depreciações e de amortizações. Os gastos financeiros apenas são considerados se a aprovação das operações que lhe deram origem, pelas tutelas, o mencionarem expressamente.

Os cálculos efetuados âmbito dos instrumentos previsionais de gestão foram:

GE	17 925 974 €
GP	3.112 781 €
RAF	239 000 €
CSP	21 277 755 €
VNsp	- 1 729 755 €
OSE	0 €
MgOA	- 255 000 €
IC (2020)	19 293 000 €

Os incorridos na execução de 2020:

		2020
Gastos de Estrutura	GE	16.908.501
Gastos com pessoal		14.679.395
Gastos gerais de estrutura		2.229.106
Gastos de Produção	GP	1.595.030
Investimento	RAF	201.688
Custos do Serviço Público	CSP	18.805.219
Vendas	VNsp	729.418
Outros Subsídios de Estado	OSE	727.000
Outras receitas	MgOA	22.900
Indemnização Compensatória	IC	17.325.901

Tesouraria

O recebimento da Indemnização Compensatória (IC) apresentou um aumento de 3%, face a 2019. Em termos de modalidade de pagamento o mesmo foi numa base mensal a partir da transferência de verbas pela entidade coordenadora do Programa 12, a Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros.

Até 2018 o valor da IC praticamente só cobria as Despesas com Pessoal e o IVA a entregar ao Estado e outras obrigações fiscais. A partir de 2019 com a incorporação do valor do Fundo de Fomento Cultural (FFC) na IC passou a ter também uma componente de programação.

Em 2020 O OPART, E.P.E. voltou a ter um apoio para a programação por parte do FFC permitindo que a IC pudesse suportar mais gastos com investimentos verba que era sempre insuficiente nos outros anos económicos.

Um dos objetivos essenciais do Conselho de Administração, incutidos nas duas Direções Artísticas e equipas de produção, deve ser a promoção de um equilíbrio saudável dos fluxos monetários, procurando uma maior adequação entre o momento da despesa e a sua receita, não obstante as contingências muito específicas da atividade artística, a par do cumprimento dos prazos estipulados no programa “Pagar a Tempo e Horas” para com terceiros, permitindo alcançar a imagem de credibilidade que o OPART, E.P.E. deve almejar.

A atividade artística tem a particularidade de que grande parte dos custos incorrem antes da estreia dos espetáculos, pelo que é essencial a libertação das *tranches* das indemnizações compensatórias e subsídio do FFC atempadamente.

O OPART, E.P.E. encerrou o ano de 2020 com um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 20 dias, igual a 2019, ou seja abaixo da meta dos 30 dias do programa “Pagar a Tempo e Horas”. Efetivamente o recebimento regular de uma IC e de verbas do FFC é indispensável para atingir estes valores de prazo médio de pagamento, o mais baixo dos últimos anos.



Gestão do Risco Financeiro

Dando cumprimento ao Despacho nº 101/2009-SETF de 30 de janeiro e Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, o OPART, E.P.E., vem prestar a seguinte informação:

1. Efetuou, em 2013, um empréstimo de 900.000€ junto da DGTF. Foi endividamento de médio prazo, o qual seria reembolsado por conta do acréscimo, naquele montante, da Indemnização Compensatória (IC) a receber do Estado Português em 2016. Como tal não aconteceu, e porque o OPART, E.P.E. se encontra em falência técnica, como resultado do acumular de prejuízos em vários exercícios e que conduziram à deterioração dos capitais próprios, situação que tem sido reportada em sucessivos pareceres e relatórios, nomeadamente na Certificação de Contas do exercício de 2015, pelo Fiscal Único, foi proposto em agosto de 2016 um aumento de Capital faseado em 3 anos de 1.000.000€ por ano, num total de 3.000.000€, de acordo com o art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi igualmente proposto que o primeiro reforço de 1.000.000€ fosse concretizado em 2016, considerando como reforço o empréstimo de 900.000€ acrescido de juros. Em junho de 2017 foi aceite considerar-se o empréstimo mais encargos como aumento de capital. O recurso a este tipo de crédito apenas acontece em situações limite, como o acréscimo de despesas, nomeadamente de pessoal, por causas não imputáveis à entidade e devido à redução das subvenções do Estado Português, nomeadamente da IC;

2. Uma vez que o empréstimo acordado é remunerado a uma taxa de juro fixada pela DGTF, tornou-se desnecessário o recurso a qualquer instrumento de gestão de cobertura de risco de taxa de juro. Entretanto em 2018 foi autorizada a incorporação deste valor de empréstimo em Capital Próprio, mas o mesmo não se pode registar junto da Conservatória porque as contas dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 se encontram ainda por aprovar pelas tutelas;
3. O OPART, E.P.E. pode efetuar aplicações financeiras esporádicas e de curto prazo em CEDIC's, sem qualquer volatilidade de taxa de juro e de risco de incumprimento por parte do emitente, uma vez que é o IGCP. No ano 2020 não foi feita qualquer aplicação;
4. Em 2019, foram gerados resultados líquidos de 697.778,98€. Em 2020 apresentamos resultados líquidos de 1.286.306,81€;

5. Em termos de operações em moeda estrangeira, estas são inexistentes, não existindo por isso qualquer risco cambial;
6. O OPART, E.P.E. pratica o provisionamento de 100% dos valores reclamados em processos judiciais em curso e em coimas, incluindo juros à data. Em 2020 esse valor é 144.711,72€;
7. Regemo-nos pelo princípio da transparência financeira: a nossa contabilidade é organizada nos termos legais, e de forma que permita identificar claramente todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes;
8. Não há realização de quaisquer despesas não documentadas;
9. Não existem quaisquer dívidas em situação de mora quer à Autoridade Tributária, quer à Segurança Social ou a quaisquer outros Entes Públicos.

A Indemnização Compensatória (IC) que o OPART, E.P.E recebe do Estado Português, tendo em conta o serviço público que presta, assume uma enorme importância ao nível das receitas. A atividade é altamente sensível à variável IC. Qualquer alteração no valor desta variável terá um impacto muito significativo na sustentabilidade de toda a atividade das 3 entidades geridas pelo OPART, E.P.E.

Em 2020 vigorou o Código de Ética e Conduta e o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, que já existiam e que carecem de melhorias e adaptações.




Proposta de Aplicação de Resultados

Face ao resultado líquido do exercício no montante de 1.286.306,81€, o Conselho de Administração propõe que seja distribuído da seguinte forma:

Para Resultados Transitados 1.286.306,81€;

Lisboa, 22 de julho de 2021

O Conselho de Administração do OPART, E.P.E.



Maria da Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração



Alexandre Miguel Santos
Vogal Financeira do Conselho de Administração



Ana Victorino D'Almeida
Vogal do Conselho de Administração

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Contas do Exercício de 2020

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

BALANÇO em 12 de 2020

Rubricas	Notas	2020-12-31	2019-12-31
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	523.739,20	497.753,08
Ativos intangíveis	3	27.916,42	37.833,48
Subtotal		551.655,62	535.586,56
Ativo corrente			
Inventários	10	185,48	71.086,59
Clientes, contribuintes e utentes	18	72.139,60	89.584,03
Estado e outros entes públicos	24	47.046,00	123.998,19
Outras contas a receber	27	83.988,60	52.405,72
Diferimentos	23	252.703,32	65.371,66
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.3	1.967.099,65	220.610,58
Subtotal		2.423.162,65	623.056,77
Total do Ativo		2.974.818,27	1.158.643,33
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	28	4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas	28	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	28	-8.086.154,17	-8.783.933,15
Outras variações no Património Líquido		0,00	892,11
Resultado líquido do período	24	1.286.306,81	697.778,98
Total do Património Líquido		-1.256.046,43	-2.541.461,13
P A S S I V O			
Passivo não corrente			
Provisões	15	144.711,72	0,00
Financiamentos obtidos	18	935.890,50	935.890,50
Subtotal		1.080.602,22	935.890,50
Passivo corrente			
Fornecedores		17.635,04	54.392,38
Estado e outros entes públicos	24	391.327,40	67.038,72
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	27	2.274.179,33	2.283.188,53
Diferimentos	23	467.120,71	359.594,33
Subtotal		3.150.262,48	2.764.213,96
Total do Passivo		4.230.864,70	3.700.104,46
Total do Património Líquido e Passivo		2.974.818,27	1.158.643,33

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Orgão de Gestão _____

O Contabilista Público _____

Luís José Balsek Freixo

Conceição Amaral

Presidente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

Página 38

Alexandre Santos

Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

Anne Victorino

Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.
R&C 2020

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Demonstração individual das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020

NOTAS	DESCRÇÃO	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido de entidade-mãe						Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/Património Realizado	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes em revalorização	Outras variações no património líquido			
28	1	4.000.000,00	1.543.800,93	-9.334.153,42	0,00	0,00	1.853,69	723.802,27	0,00	-3.064.696,53
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
	Alterações de políticas contabilísticas									
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
	Aplicação do resultado findo em 31 de Dezembro de 2018									
	Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
	Ajustamentos por impostos diferidos			-173.582,00			-961,58			-174.543,58
	Outras alterações reconhecidas no património líquido			-173.582,00			-961,58	0,00		-174.543,58
26	2									
	3							697.776,98		697.776,98
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							697.776,98		697.776,98
	RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	-173.582,00	0,00	0,00	-961,58	697.776,98	0,00	523.235,40
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	Realizações de capital/património									
	Distribuições			723.802,27						-723.802,27
	Entradas para cobertura de perdas			723.802,27						-723.802,27
	Outras operações									
5	6=1+2+3+5	4.000.000,00	1.543.800,93	-8.793.933,15	0,00	0,00	892,11	697.776,98	0,00	-2.541.461,13
28										

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Moeda: EUR
Contribuinte: 508180457

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2020

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Pos	Neg				
70		Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
71		Vendas	13	601,96	2.000,95
72		Prestações de serviços e concessões	13	539.560,81	978.369,78
75		Transferências e subsídios correntes obtidos	13	18.953.424,93	18.289.334,01
73		Variação de inventários da produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-427,70	-1.127,99
	62	Fornecimentos e serviços externos	25	-2.597.056,07	-3.582.585,39
	63	Gastos com pessoal	19	-14.883.655,08	-14.868.153,85
	60(-603)	Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
	603	Prestações sociais		0,00	0,00
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-69.980,46	106,63
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4.510,23	0,00
	657	Imparidades em investimentos (perdas/reversões)	5	0,00	-2.032,52
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	15	-144.711,72	86.393,15
7623;7627	653;657	Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos	26	17.774,84	48.340,24
	68	Outros gastos e perdas	25	-24.080,26	-34.093,87
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento				1.786.941,02	916.551,14
761	64	Gastos / reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-146.804,25	-129.954,55
7624/6	654/6	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)				1.640.136,77	786.596,59
79		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados	29	-464,94	-21.778,89
Resultado antes de impostos				1.639.671,83	764.817,70
	812	Imposto sobre o rendimento	24	-353.365,02	-67.038,72
Resultado líquido do período				1.286.306,81	697.778,98
Resultado líquido do período atribuível: (*)					
Detentores do capital da casa mãe					
Interesses que não controlam					

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) Aplicável apenas no caso de contas consolidadas.

O Orgão de Gestão _____

O Contabilista Público

Marcos José Batista Presado

[Assinatura]

Conceição Amaral
residente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

[Assinatura]
Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

[Assinatura]
Anne Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 de 2020

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		415.781,58	1.168.638,89
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3.284.943,41	-3.978.423,69
Pagamentos ao pessoal		-14.628.213,07	-15.391.860,88
Caixa gerada pelas operações		-17.497.374,90	-18.201.645,68
Outros recebimentos/pagamentos		19.435.889,38	17.823.881,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1.938.514,48	-377.764,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-160.314,83	-128.933,94
Ativos intangíveis		-31.710,58	-22.725,82
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-192.025,41	-151.659,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		1.746.489,07	-529.423,76
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		220.610,58	750.034,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.967.099,65	220.610,58

Pag. 1/2

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

(cont)

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 de 2020

RUBRICAS	NOTAS	2020	2020
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		220.610,58	750.034,34
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		220.610,58	750.034,34
De execução orçamental		1.746.489,07	-529.423,76
De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.967.099,65	220.610,58
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		1.967.099,65	220.610,58
De execução orçamental		1.967.099,65	220.610,58
De operações de tesouraria		0,00	0,00

Contabilidade - (c) Primavera BSS


O Orgão de Gestão



O Contabilista Público




Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.



Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.



Anne Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

OPART – Organismo de Produção Artística, EPE

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras

Para o período findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores em euros)

0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP

A adoção deste novo referencial pela primeira vez foi tranquila pois o OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. como entidade pública empresarial e reclassificada já aplicava o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) desde o ano 2010. O OPART, E.P.E. sempre teve balanço, e como tal não houve necessidade de em 2018 criar o primeiro balanço.

1. Identificação da entidade:

O OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. é uma entidade pública empresarial, que prossegue fins de interesse público e tem por objetivo a prestação de serviço público na área da cultura músico - teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. Neste contexto, gere duas entidades artísticas distintas - o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e a Companhia Nacional de Bailado (CNB).

A morada da sua sede é na Rua Serpa Pinto nº 9, Lisboa.

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística da Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acrécimo), no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património, rendimentos e gastos quando satisfaçam as

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade. Fazem ainda parte das demonstrações financeiras todas os mapas de relato orçamental como o mapa de execução da receita e da despesa, o mapa de desempenho orçamental.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 julho 2021.

1.3 Caixa e depósitos bancários:

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes na demonstração da posição financeira naquelas datas foram como segue:

	2020-12-31	2019-12-31
Caixa	4.997,96 €	5.120,78 €
Caixa em trânsito	19.831,55 €	46.709,60 €
Depósitos bancários		
IGCP	1.940.943,01 €	160.709,05 €
Outros	1.972,76 €	8.089,54 €
Cartão IGCP	- 645,63 €	- 18,39 €
Total	1.967.099,65 €	220.610,58 €

A caixa em trânsito diz respeito a vendas de bilheteira, dos nossos postos de venda e dos postos de venda da BOL (Bilheteira On-line), que apenas darão entrada em bancos no exercício seguinte. Os saldos constantes em outras instituições bancárias são resultado dos TPAs multibanco não disponíveis pelo IGCP.



2. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros. Foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações, sendo estas calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o classificador complementar 2 (CC2) anexo ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil aos ativos fixos tangíveis são debitados aos resultados dos exercícios em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção ou implementação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar.

As menos valias resultantes do abate dos ativos fixos tangíveis são registadas em “Outros gastos e perdas”.

2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas previstas no Classificador complementar 2 anexo ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro.

Na propriedade intelectual, a taxa de amortização é determinada em função do período de tempo contratado, ou do período de tempo em que se estimar a sua utilização, caso este seja inferior ao período contratado.

2.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas perdas de imparidade acumuladas.



2.4 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que não serão recebidos os montantes em dívida conforme as contas originais das contas a receber. É utilizado para o cálculo da imparidade o previsto no art. 28^a-A do Código do IRC relativo às perdas por imparidade de créditos.

2.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.6 Reconhecimento de Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”

2.7 Subsídios ao Investimento

Os subsídios atribuídos ao investimento são contabilizados como componente do Capital Próprio na rubrica “Subsídios” sendo transferidos para resultado do exercício numa base sistemática pelo correspondente valor anual das amortizações dos investimentos a que respeitam.

2.8 Diferimentos – produções artísticas

Os bens e serviços adquiridos especificamente para as produções artísticas são contabilizados na rubrica de “Gastos a reconhecer”. O seu reconhecimento em gasto é efetuado em função do período em que se realizam os espetáculos.

2.9 Impostos sobre o Rendimento do Exercício

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados tributáveis, ajustados em conformidade com a legislação fiscal aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos no caso da Segurança Social.

3 – Ativos intangíveis

As aquisições do exercício dizem respeito a licenças antivírus e outros softwares informáticos

Rubricas	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	490.598,91	866.335,38	22.560,00	1.379.494,29
Depreciações acumuladas iniciais	(452.765,43)	(866.335,38)	(22.560,00)	(1.341.660,81)
Quantia escriturada líquida inicial	37.833,48	0,00	0,00	37.833,48
Adições				
Aquisições	25.784,15	0,00	0,00	25.784,15
Total das adições	25.784,15	0,00	0,00	25.784,15
Diminuições				
Amortizações do exercício	(35.701,21)	0,00	0,00	(35.701,21)
Acertos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das diminuições	(35.701,21)	0,00	0,00	(35.701,21)
Quantia escriturada líquida final	27.916,42	0,00	0,00	27.916,42

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

5- Ativos fixos tangíveis

Rubricas	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	968.493,72	2.578.305,31	952.286,12	141.341,85	4.640.427,00
Depreciações acumuladas iniciais	(669.823,62)	(2.400.325,31)	(933.641,33)	(136.851,14)	(4.140.641,40)
Quantia escriturada líquida inicial	298.670,10	177.980,00	18.644,79	4.490,71	499.785,60
Adições					
Aquisições	0,00	128.846,95	5.914,65	2.327,56	137.089,16
Anulações	0,00	(932,22)	(1.680,01)	(512,61)	(3.124,84)
Total das adições	0,00	127.914,73	4.234,64	2.327,56	133.964,32
Diminuições					
Depreciações do exercício	(40.912,18)	(61.410,81)	(6.552,81)	(2.227,24)	(111.103,04)
Depreciações do exercício (Alienações/Abates)	0,00	932,22	1.680,01	512,61	3.124,84
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades	(2.032,52)	0,00	0,00	0,00	(2.032,52)
Total das diminuições	(42.944,70)	(60.478,59)	(4.872,80)	(1.714,63)	(110.010,72)
Quantia escriturada líquida final	255.725,40	245.416,14	18.006,63	5.103,64	523.739,20

As principais aquisições do exercício foram essencialmente equipamento informático, equipamento de som e vídeo, mobiliário e material de palco.

10. Inventários

Movimentos	Mercadorias	
	2020	2019
Existências iniciais	104.780,70 €	103.275,98 €
Compras	275,54 €	3.325,56 €
Regularização de existências	- 768,49 €	- 692,85 €
Existências finais	103.860,05 €	104.780,70 €
Custos no exercício	427,70 €	1.127,99 €

Movimentos	Mercadorias	
	2020-12-31	2019-12-31
Existências finais	103.860,05 €	104.780,70 €
Imparidades	103.674,57 €	33.694,11 €
Valor das existências	185,48 €	71.086,59 €

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários	33.694,11 €	70.254,91 €	274,45 €	103.674,57 €
Valor das imparidades	36.205,85 €	70.254,91 €	274,45 €	103.674,57 €

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

O valor registado em regularização de existências trata-se de ofertas de merchandising, bem como quebras ou sobras após contagens físicas de inventários.

De acordo com a NCP 10 – Inventários (parágrafo 35 a 39), houve necessidade de avaliar a imparidade de inventários mensurando esses artigos ao valor realizável líquido.

Para além disso, face à pouca rotatividade de stocks pois muitos artigos encontram-se guardados em armazém e nem estão à venda na bilheteira, foi registada uma nova imparidade de rotatividade de stocks.

Esta imparidade tem o valor total de 103.860,05 € e será avaliada em períodos futuros. A taxa de rotatividade de stocks ronda os 0,2%

13. Rendimentos de transações com contraprestação

	2020			2019		
	Internas	Externas	Total	Internas	Externas	Total
71 VENDAS	601,95 €	- €	601,95 €	2.000,95 €	- €	2.000,95 €
Mercadorias	601,96 €	- €	601,96 €	2.000,95 €	- €	2.000,95 €
TNSC	561,93 €	- €	561,93 €	1.752,20 €	- €	1.752,20 €
CNB	40,03 €	- €	40,03 €	245,50 €	- €	245,50 €
EVC	- €	- €	- €	3,25 €	- €	3,25 €
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	475.330,81 €	64.230,00 €	539.560,81 €	978.369,78 €	- €	978.369,78 €
Bilheteira	304.240,97 €	- €	304.240,97 €	735.165,00 €	- €	735.165,00 €
Óperas	180.074,22 €	- €	180.074,22 €	417.618,52 €	- €	417.618,52 €
Concertos	87.617,30 €	- €	87.617,30 €	72.339,25 €	- €	72.339,25 €
Ballados	19.582,16 €	- €	19.582,16 €	222.910,79 €	- €	222.910,79 €
Outros Eventos	16.967,29 €	- €	16.967,29 €	22.296,44 €	- €	22.296,44 €
Venda de Espectáculos em Digressão	105.870,48 €	23.580,00 €	129.450,48 €	25.000,00 €	- €	25.000,00 €
Serviços Secundários	65.219,36 €	40.650,00 €	105.869,36 €	218.204,78 €	- €	218.204,78 €
	475.932,77 €	64.230,00 €	540.162,77 €	980.370,73 €	- €	980.370,73 €

Os serviços secundários incluem programas, alugueres de salas de espetáculos e de ensaios, publicidade, aluguer permanente do espaço do Restaurante do Teatro Nacional de São Carlos (que terminou em novembro de 2020) e do espaço para antenas do Teatro Camões.

O volume de negócios em 2020 é inferior ao de 2019 devido a pandemia que obrigou ao adiamento para 2021 de vários espetáculos e a devolução ao público que solicitou a devolução do valor pago pelos bilhetes.

Para além disso todos os espetáculos apresentados após a reabertura a meio do ano implicaram não só redução da capacidade da sala para cerca de 50% bem como espetáculos não encenados que têm uma tradição de serem menos vendáveis. O aluguer de espaços para eventos também reduziu visto que a realização dos mesmos não seria possível por recomendação da Direção Geral de Saúde (DGS).

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

		2020	2019
75	Subsídios à Exploração	18.953.424,93 €	18.289.334,01 €
	Indemnização compensatória	18.156.821,52 €	17.709.602,98 €
	Mecenas e outros apoios	130.000,00 €	209.445,59 €
	Fundo de Fomento Cultural	559.900,10 €	200.000,00 €
	Outros apoios do Estado	1.800,00 €	46.618,97 €
	Outros subsídios de terceiros	104.903,31 €	123.666,47 €

Em 2020 houve um ligeiro aumento nos subsídios à exploração (cerca de 3,63%), fruto do aumento da indemnização compensatória e do apoio extra do Fundo de Fomento Cultural (FFC). Embora os valores recebidos tenham sido 18.200.943 de IC e 727.000 do FFC, uma vez que estas receitas serviram para pagar 50% dos custos com os espetáculos adiados para 2021, cumprindo o estipulado no Decreto-lei 10-I de 26 de março de 2020, e os respetivos custos diferidos para 2021 para quando o espetáculo seja apresentado, procedeu-se ao mesmo diferimento no que respeita à receita. Essa receita será reconhecida em 2021 no mesmo momento em que serão reconhecidos os gastos.

15 – Provisões, passivos e passivos contingentes

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Pagamentos	Saldo Final
Impostos	- €				- €
Processos judiciais em curso	- €	144.711,72 €	- €	- €	144.711,72 €
Outras provisões	- €		- €		- €
Total	- €	144.711,72 €	- €	- €	144.711,72 €

Durante o ano 2020 foi criada uma provisão para processos judiciais em curso no montante de € 144.711,72, nomeadamente de uma colaboradora e de um sindicato em nome de vários colaboradores. De acordo com o nosso departamento jurídico há possibilidade de condenação nestes dois casos. Estes valores incluem o valor da ação e juros calculados à data de 31/12/2020.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

18 – Instrumentos Financeiros

Existem outros ativos e passivos financeiros, os quais passamos a decompor:

	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Ativos Financeiros			
Clientes	111.095,27	-38.955,67	72.139,60
Outros devedores	4.510,23	-4.510,23	0,00
Depósitos bancários	1.942.270,14	0,00	1.942.270,14
Total	2.057.875,64	-43.465,90	2.014.409,74
Passivos Financeiros			
Fornecedores	17.635,04	0,00	17.635,04
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	935.890,50	0,00	935.890,50
Total	953.525,54	0,00	953.525,54

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Clientes em mora apresentava a seguinte maturidade:

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Anulação	Saldo Final
Republica Filmes Lda	31.164,03 €	- €	- €	- €	31.164,03 €
Diocese de Beja	7.791,64 €	- €	- €	- €	7.791,64 €
Total	38.955,67 €	- €	- €	- €	38.955,67 €

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Clientes em Mora	2020-12-31	2019-12-31
< 180 dias	- €	- €
180 - 360 dias	- €	- €
360 - 540 dias	- €	- €
540 - 720 dias	- €	- €
> 720 dias	38.955,67 €	38.955,67 €
Total	38.955,67 €	38.955,67 €

Descrição	2020-12-31	2019-12-31
Clientes C/C	72.139,60 €	89.584,03 €
Total	72.139,60 €	41.446,54 €

Foi ainda constituída uma imparidade para a dívida a repor pelo membro do Órgão Social, César Aires Viana, por se encontrar em dívida há bastante tempo. Apesar de todos os esforços para obter esta reposição a mesma ainda não foi conseguida.

Outros devedores	2020-12-31	2019-12-31
Remunerações a regularizar pelos OS	4.510,23 €	- €
Total	4.510,23 €	- €

Os financiamentos obtidos incluem um empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças no montante de 900.000,00€. Este empréstimo destinou-se a fazer face ao pagamento do Subsídio de Férias, em novembro de 2013, uma vez que a IC de 2013 não previa este pagamento. O empréstimo, que inicialmente previa-se que seria liquidado até 31 de março de 2015, foi renegociado para ser reembolsado até 30 de setembro de 2016, a uma taxa fixa nominal anual de 1,420%.

No entanto foi solicitado que o montante não fosse liquidado pois não haveria forma de o fazer sem um reforço da IC para o efeito, e foi solicitado a passagem do valor em dívida à DGTF para aumento de Capital Social. Foi dado parecer positivo mas não foi possível fazer o registo do aumento de capital pois as contas do exercício de 2017, 2018 e 2019 ainda aguardam aprovação e sem a qual a Conservatória de Registo Comercial não regista o aumento de capital.

Ao valor foram incluídos os juros capitalizados do período de dezembro de 2013 a setembro de 2016 no montante de 35.890,50€.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

19 – Benefícios dos empregados

No ano findo a 31 de dezembro de 2020 e 2019, o OPART, E.P.E., registou os seguintes gastos com pessoal:

	2020	2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	221.551,74 €	228.746,85 €
Remunerações do Pessoal	11.307.971,96 €	11.596.671,42 €
Benefícios pós-emprego	- €	- €
Encargos com Remunerações	2.644.701,88 €	2.708.335,86 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	261.769,14 €	248.346,96 €
Caducidades e indemnizações	390.505,53 €	40.442,19 €
Outros gastos com pessoal	57.154,83 €	45.610,57 €
Total	14.883.655,08 €	14.868.153,85 €

	2020	2019
Número médio de empregados	365	363
Número de empregados no fim do período	349	364

No ano de 2020 registaram-se indemnizações no montante de cerca de 379.246€ como gastos. Foram pagas 356.821€ ficando 109.600€ para serem pagos durante o ano de 2021. Foram ajustados cerca de 10.784€ das caducidades. Os outros gastos com pessoal são essencialmente gastos com formação, medicina e higiene no trabalho e serviços de fisioterapia.

Houve uma diminuição das remunerações e encargos de 2019 para 2020, o que permitiu fazer acordos de rescisão com alguns colaboradores.

A Remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (estabelecida na Resolução de Conselho de Ministros 16/2012 e despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Administração Pública e Secretaria de Estado da Cultura nº14751/2014 de 5 de dezembro) é de 4.578,20€ x 14 meses para o Presidente e de 3.662,56€ x 14 meses para os Vogais. Tiveram ainda a título de despesas de representação o montante de 1739,72€ x 12 meses (Presidente) e 1391,77€ x 12 meses (vogais). Estas remunerações estão sujeitas à redução remuneratória prevista na Lei 12A-2010 no que concerne à remuneração dos gestores públicos (redução de 5%).

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

	Presidente (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
Remuneração Base e Subsídios	62.629,78 €	49.077,56 €	49.077,56 €
Outras remunerações	21.572,52 €	16.701,24 €	16.701,24 €
Indeminização	- €	- €	- €
Subsidio de refeição	1.277,65 €	1.237,25 €	1.121,10 €
Ajudas de Custo	25,10 €	75,30 €	312,73 €
Total	85.505,05 €	67.091,35 €	67.212,63 €

- (1) Dra. Maria da Conceição Alves Amaral
 (2) Dr. Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos
 (3) Ana de Medeiros Harlé Victorino D'Almeida

O Fiscal Único Dr. João Cipriano, representado pela sociedade João Cipriano e Associado SROC, auferiu € 1.442,13 mensais, sujeito a IVA à taxa legal em vigor

23 – Detalhe da conta diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe das rubricas de diferimentos é o seguinte:

Gastos e perdas a reconhecer	2020-12-31	2019-12-31
Seguros a reconhecer	880,46 €	1.348,70 €
Gastos a reconhecer com espectáculo no exercício seguinte	251.059,65 €	63.614,69 €
Outros gastos a reconhecer	763,21 €	408,27 €
Total	252.703,32 €	65.371,66 €

Rendimentos e ganhos a reconhecer	2020-12-31	2019-12-31
Receitas de bilheteira	197.124,42 €	358.319,33 €
Outros ganhos a reconhecer	269.996,29 €	1.275,00 €
Total	467.120,71 €	359.594,33 €

Os gastos e as receitas a reconhecer com os espetáculos prende-se com o facto de que os mesmos só serão reconhecidos quando o espectáculo for apresentado. Os outros ganhos a reconhecer incluem o montante de €44.121,39 recebidos ao abrigo do Contrato Programa e €167.099,90 recebidos ao abrigo do apoio do Fundo Fomento Cultural destinados a subsidiar os custos com os espetáculos adiados para o ano 2021, tal como mencionado na nota 13.

24 – Detalhe da conta Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	2020-12-31	2019-12-31
Activo		
Pagamentos especiais por conta	- €	- €
Pagamentos por conta	45.846,00 €	45.981,00 €
Retenção na fonte por terceiros	1.200,00 €	1.300,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	76.717,19 €
Total do activo	47.046,00 €	123.998,19 €
Passivo		
Imposto sobre rendimento a pagar	353.365,02 €	67.038,72 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	36.178,72 €	- €
Contribuições para a segurança social	- €	- €
Contribuições para a caixa geral de aposentações	1.783,66 €	- €
Outros	- €	- €
Total do passivo	391.327,40 €	67.038,72 €

Os impostos sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:

Rubricas	2020	2019
Imposto sobre o rendimento corrente	353.365,02 €	67.038,72 €

No quadro que se segue é apresentada a reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício:

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Rubricas	2020
Resultado antes de imposto	1.639.671,83 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	0,01 €
Multas, coimas e juros compensatórios	464,94 €
IRC	- €
Encargos não devidamente documentados	470,00 €
Menos valias contabilisticas	- €
	1.640.606,78 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	- €
Diferença negativa entre as mais-valias e menos-valias fiscais	- €
Lucro Tributável	1.640.606,78 €
Prejuizos fiscais deduzidos	108.692,83 €
Matéria coletável	1.531.913,95 €
Coleta (21%)	321.701,93 €
Derrama Estadual (3%)	4.218,20 €
Derrama Municipal (1,5%)	24.609,10 €
Tributação Autónoma	2.835,79 €
Imposto sobre o rendimento do período	353.365,02 €

Tipo de despesa sujeita a TA	2020	%	2019	%
Ajudas de custo	35.908,52 €	5	64.848,96 €	5
Kilometros	841,82 €	5	1.539,87 €	5
Despesas de representação	1.532,72 €	10	2.945,79 €	10
Despesas com viaturas de passageiros > 35000				
Aluguer de viaturas	- €	10	- €	35
Seguros	- €	10	- €	35
Despesas manutenção	- €	10	14,99 €	35
Combustiveis	3.501,33 €	10	3.668,23 €	35
Imposto circulação	- €	10	- €	35
Outras despesas com viaturas	609,59 €	10	2.155,60 €	35
Despesas com viaturas de passageiros < 25000				
Aluguer de viaturas	4.339,10 €	10	228,62 €	10
Seguros	- €	10	- €	10
Despesas manutenção	- €	10	- €	10
Combustiveis	- €	10	- €	10
Imposto circulação	- €	10	- €	10
Outras despesas com viaturas	- €	10	- €	10
Tributação autónoma apurada	2.835,79 €		5.680,47 €	

25 – Detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos


O detalhe dos valores incluídos na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2020	2019
SUBCONTRATOS	40.973,99 €	179.299,98 €
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	292.746,84 €	315.200,58 €
PUBLICIDADE	66.749,26 €	83.302,26 €
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	184.423,41 €	179.499,65 €
HONORÁRIOS	676.073,25 €	998.780,52 €
COMISSÕES	5.561,70 €	16.450,14 €
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	249.878,97 €	184.369,12 €
FERRAM. E UTENSÍLIOS DESG. RÁPIDO	42.163,06 €	57.714,58 €
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	25,45 €	20,04 €
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	5.547,54 €	9.571,10 €
ARTIGOS PARA OFERTA	2.356,80 €	268,00 €
OUTROS BENS	95.476,14 €	188.345,44 €
ELECTRICIDADE	119.296,08 €	194.508,96 €
COMBUSTÍVEIS	3.501,33 €	3.686,23 €
ÁGUA	13.671,12 €	15.821,17 €
OUTROS FLUÍDOS	12.595,85 €	22.691,47 €
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	75.620,36 €	159.299,73 €
TRANSPORTE DO PESSOAL	4.031,00 €	6.084,00 €
TRANSPORTES DE MERCADORIAS	48.955,08 €	48.156,44 €
RENDAS E ALUGUERES	260.750,64 €	311.331,46 €
COMUNICAÇÃO	25.496,92 €	32.324,63 €
SEGUROS	25.678,18 €	23.488,31 €
ROYALTIES E PROP. INTELECTUAL	119.665,63 €	199.721,60 €
CONTENCIOSO E NOTARIADO	2.997,10 €	2.563,00 €
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	1.532,72 €	2.945,79 €
LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	107.077,89 €	111.040,03 €
OUTROS SERVIÇOS	114.209,76 €	236.101,16 €
	2.597.056,07 €	3.582.585,39 €

Os *Honorários* incluem a contratação de pessoal artístico (cantores, encenadores, reforços de coro e orquestra, figurinistas, bailarinos, coreógrafos), técnicos (maquinistas, cortineiros) e de apoio (legendagem, caracterização, cabeleireiros, desenho de luz) para as diferentes produções realizadas.

A conta *Rendas e Alugueres* engloba, para além das rendas dos armazéns do TNSC e da CNB, os custos com o aluguer de equipamentos destinados às produções artísticas (guarda roupa, cenários, adereços, calçado, equipamento de luz, vídeo e som, partituras).

O transporte de instrumentos, cenários, e guarda-roupa para espetáculos realizados no, ou fora, do TNSC e do Teatro Camões (digressões) está incluído na rubrica *Transporte de Mercadorias*.



Os *Trabalhos Especializados* são maioritariamente constituídos por serviços prestados ao Marketing (gráficas, fotografia, traduções, desenvolvimento e manutenção de sites), Informática, Revisor Oficial de Contas e alguns serviços para a produção (cenários e figurinos).

Outros FSE incluem essencialmente serviços de frente de sala e serviços de carregadores e técnicos extras.

No total do FSE houve um decréscimo de cerca de 27,5%, cerca de 985.000€, fruto dos meses sem atividade o que reduziu alguns gastos de estrutura, das produções adiadas para 2021 cujo gasto foi diferido para ser reconhecido na apresentação das mesmas e pela reprogramação de espetáculos com menos pessoas em palco e consequentemente mais económicos.

25 – Outros Gastos e Perdas

Nestas rubricas o valor com mais peso são as taxas, nomeadamente a “Taxa de Entidade Contratante” devido ao elevado número de prestadores de serviços (artistas), com um peso também significativo o valor das quotizações.

26 – Outros Rendimentos e ganhos

Esta rubrica contém essencialmente a imputação do subsídio relativo aos ativos fixos tangíveis e intangíveis históricos “herdados” do TNSC e CNB aquando a criação do OPART, E.P.E em 2007. Essa imputação é na proporção das depreciações desses mesmos ativos fixos. Contêm ainda o estorno de seguro de acidentes de trabalho.

27 – Outras contas a receber e a pagar

A rubrica de contas a receber inclui valores a receber do pessoal no montante de 4.510 €, sendo este valor dos ajustes feitos ao ex-administrador César Viana, cujo montante foi solicitado para reposição, tal como mencionado na nota 18.

Inclui ainda cauções de rendas e tribunal no montante de €30.903 e €48.769 de receitas faturadas em 2021, mas cujos projetos eram de 2020.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Nas contas a pagar o detalhe apresenta-se da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
Créditos a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Créditos por acréscimos de gastos	2.138.764,26	2.178.829,76
Outras contas a pagar	135.415,07	104.358,77
Total	2.274.179,33	2.283.188,53

A rubrica de credores por acréscimo de gastos inclui a quantia de € 1.853.756,87 relativa às responsabilidades com o pagamento de férias e subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar em 2021. Esta rubrica inclui ainda a especialização do montante de € 254.284,96 relativo à compensação de folgas não gozadas e caducidades de contratos a termo e respetivos encargos sociais, bem como remunerações pagas em 2021 respeitantes a projetos de 2020.

Estão ainda registados na rubrica de créditos por acréscimo de gastos o montante de € 30.722,43 relativo à especialização de custos de Fornecimentos e Serviços Externos nomeadamente comunicações, água, luz e honorários a pagar a prestadores de serviços no âmbito de produções de 2020.

A rubrica de outras contas a pagar inclui essencialmente o valor das indemnizações a pagar resultantes de acordos mútuos de rescisão dos respetivos contratos de trabalho.

28 – Património Líquido

O detalhe do Património líquido em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	2020-12-31	2019-12-31
Capital	4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	(8.086.154,17)	(8.783.933,15)
Outras variações no capital próprio	0,00	892,11
Total	(2.542.353,24)	(3.239.240,11)

29 – Juros e gastos similares suportados

A despesa com mais expressão nesta rubrica são juros de mora da segurança social por decisões judiciais e comunicações de rescisões e baixas fora do prazo legal.

30 - Eventos subsequentes

O surto de Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas de COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras do exercício, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Uma vez que esta Pandemia tem tido e continua a ter um impacto social e económico muitíssimo significativo, voltando a gerar um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, as implicações no relato financeiro têm sido e podem continuar também a ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada agente económico.

Esta nova realidade do subsequente e severo agravamento da Pandemia no início de 2021 determina a necessidade de reconsiderar as implicações no relato financeiro e concretamente nas demonstrações financeiras de 2020 e exercícios seguintes.

O Órgão de Gestão do OPART, E.P.E. continua a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com o alastramento da doença, adotando as medidas necessárias, a qual, dada a sua natureza, tem um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos nas demonstrações financeiras e na produção artística do OPART, E.P.E. no ano de 2021.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

31 – Anexo às demonstrações orçamentais

As presentes demonstrações orçamentais são apresentadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pela Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC – AP), o que implicou a adoção de um conjunto de novos conceitos aplicáveis à sua preparação e apresentação.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

O SNC - AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre as rubricas orçamentais e as contas PCM. A UniLeo definiu, no manual de implementação do SNC – AP, a correspondência entre códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos:

Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos. No que respeita à receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é, liquidação, anulação e recebimento.

Os reembolsos e restituições deixaram de pertencer ao circuito da despesa passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento do montante a liquidar em anos futuros.

Na despesa, mantiveram-se as fases do cabimento, do compromisso, da obrigação, do pagamento e da reposição abatida ao pagamento, tendo passado a existir o reconhecimento de obrigações em anos futuros.

No que respeita às despesas com o pessoal, de salientar que os descontos e retenções inerentes ao processamento das remunerações (caso da Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE, entre outros) deixaram de ser consideradas como operações de tesouraria, passando a ser relevadas como despesa no momento do seu pagamento.

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelo conjunto de elementos que a seguir se apresentam, de acordo com a numeração sequencial definida no SNC – AP. Os mapas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para leitura das demonstrações orçamentais.

Todos os valores se encontram expressos em Euros.

O Contabilista Certificado



Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

O Conselho de Administração



Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.



Anne Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.



Anexos

Demonstrações de Execução Orçamental 2020



ANEXOS

OPART - Organismo de Promoção Artística EPZ

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

19/05/2021 | 1/3

Orçânica	Hora P/V	Atividade	Programa	Específico	Descrição	Período Contabiliz	Por valor de serviços anteriores	Recursos Liquidados	Liquidados Anulados	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Pagos	Reservas anteriores	Receita contabilizada		Parabéns no final do período	Grupos de classificação		
											Emissões				Período corrente				Total	Período anterior
											Emissões	Restituições			Período anterior	Período corrente				
2	113	000	012036	0601	Recursos próprios	01														
					Receitas de Capital															
1	113	000	012036	06	Receitas de juros e dividendos	01	201.350,00		0,00	201.350,00		0,00	0,00		201.350,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
4	113	000	012036	3601	Receitas de juros e dividendos	01	201.350,00		0,00	201.350,00		0,00	0,00		201.350,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
3	113	000	012036	3601.01	Receitas de juros e dividendos	01	201.350,00		0,00	201.350,00		0,00	0,00		201.350,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
					Total das Receitas de Capital		201.350,00		0,00	201.350,00		0,00	0,00		201.350,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
					Total Receitas Prop. 113		201.350,00		0,00	201.350,00		0,00	0,00		201.350,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
2	113	000	012036	06	Receitas Correntes	01	19.252.899,00		0,00	19.252.899,00		0,00	0,00		19.252.899,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
3	113	000	012034	0601	Receitas Correntes	01	19.252.899,00		0,00	19.252.899,00		0,00	0,00		19.252.899,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
4	113	000	012034	0601.01	Receitas Correntes	01	19.252.899,00		0,00	19.252.899,00		0,00	0,00		19.252.899,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
					Total das Receitas Correntes		19.252.899,00		0,00	19.252.899,00		0,00	0,00		19.252.899,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
					Total Receitas Prop. 113		39.382.249,00		0,00	39.382.249,00		0,00	0,00		39.382.249,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
1	113	000	012036	06	Receitas Correntes	01														
1	113	000	012036	0601	Receitas Correntes	01														
1	113	000	012036	0601.01	Receitas Correntes	01														
1	113	000	012036	0601.01.01	Receitas Correntes	01	1.800,00		0,00	1.800,00		0,00	0,00		1.800,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%	
1	113	000	012036	0601.01.02	Receitas Correntes	01	368.200,00		3.779,00	341.083,00	57,00	97,00	77.945,00	77.945,00	283.138,00	44.878,00	18,17%	64,00%		
1	113	000	012036	0601.01.03	Receitas Correntes	01														
1	113	000	012036	07	Total das Receitas e Serviços Correntes	01														
1	113	000	012036	0701	Total das Receitas e Serviços Correntes	01														
1	113	000	012036	0701.08	Total das Receitas e Serviços Correntes	01														
1	113	000	012036	0701.08.01	Total das Receitas e Serviços Correntes	01	5.000,00		0,00	5.000,00		0,00	0,00		5.000,00	0,00	0,00%	14,00%		
1	113	000	012036	0701.08.02	Total das Receitas e Serviços Correntes	01	3.200.385,00		547.273,00	2.653.112,00	111.478,00	111.478,00	4.361,00	4.361,00	3.091.741,00	28.518,60	0,57%	27,00%		
1	113	000	012036	0701.08.03	Total das Receitas e Serviços Correntes	01	433.914,00		936,00	432.978,00	0,00	0,00	4.565,00	4.565,00	437.543,00	40.940,66	1,00%	37,00%		
1	113	000	012036	07	Total das Receitas e Serviços Correntes	01														

© MULTIMÉDIA, SA, / SAZOPAT de OPM - ORGANISMO DE PROMOÇÃO ARTÍSTICA, L.P.

ANEXOS

OPART - Organismo de Proteção Antidopa EPE

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

19/05/2021 | 2/9

Exercício: 2020

Emprego: 4700005

(Valores em EUR)

Dignidade	Forma Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Previdido	Percebido de períodos anteriores	Receitas Líquidas	Liquidações Antecipadas	Receitas embraxadas brutas	Receitas cobradas líquidas			Percebido no final do período	Porcentagem em relação ao período
											Exatidão	Pagos	Períodos anteriores		
1	113	1000	01.0005	0700	Subsídios	900,00	0,00	900,00	0,00	900,00	0,00	900,00	0,00	0,00%	100,
1	113	1000	01.0005	0710	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	100,
1	113	1000	01.0006	07	Receitas de taxa e serviços conexos	2.546,00	0,00	2.546,00	0,00	2.546,00	0,00	2.546,00	0,00	0,00%	96,
1	111	1000	01.0006	0702	Receitas de taxa e serviços conexos	2.629.782,00	129.829,00	696.273,00	551.711,00	879.690,00	879.690,00	879.690,00	112.295,26	4,34%	33,
1	113	1000	01.0016	0702069	Outros	2.629.782,00	129.829,00	696.273,00	551.711,00	879.690,00	879.690,00	112.295,26	4,34%	33,	
					Total das Receitas Correntes	2.629.782,00	129.829,00	696.273,00	551.711,00	879.690,00	879.690,00	112.295,26	4,34%	33,	
					Total Atividade 000	2.629.782,00	129.829,00	696.273,00	551.711,00	879.690,00	879.690,00	112.295,26	4,34%	33,	
					Total Fonte Fin. 515	2.629.782,00	129.829,00	696.273,00	551.711,00	879.690,00	879.690,00	112.295,26	4,34%	33,	
1	112	1000	01.0056	16	Receitas de Capital	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	0,00%	100,
1	112	1000	01.0056	1601	Receitas de gestão anterior	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	0,00%	100,
1	112	1000	01.0056	160101	Receitas de gestão anterior	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	0,00%	100,
					Total das Receitas de Capital	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	0,00%	100,
					Total Atividade 001	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	0,00%	100,
					Total Fonte Fin. 512	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	19.259,00	0,00	0,00%	100,
1	100	1000	01.0056	100	Receitas Correntes	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00%	100,
1	100	1000	01.0056	10001	Receitas correntes	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00%	100,
1	100	1000	01.0056	1000101	Receitas correntes	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00%	100,
					Total das Receitas Correntes	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00%	100,
					Total Atividade 002	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00%	100,
					Total Fonte Fin. 510	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00%	100,
1	121	1000	01.0056	22	Receitas de Capital	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	0,00%	0,
1	111	1000	01.0056	2207	Receitas financeiras	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	0,00%	0,
1	115	1000	01.0056	220703	Receitas financeiras	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00	0,00	0,00%	0,

OPART - Organismo de Proteção Antidopa EPE

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

19/05/2021 3/3

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício:	Emprego:	2020		Descrição	Previsão	Por cobrar de períodos anteriores	Receita Líquida	Liquidadas Anuladas	Receita cobrada bruta	Rembolsos e resultados		Recursos cobrados bruta	Teste	Per abstrair no final do período	Valores em EUR		
		Orçamento	Execução							Empenho	Pagos				Período corrente	Período anterior	Período anterior
				Total das Receitas de Exercício	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,
				Total Anuladas 201	1.500.000,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,
				Total Fonte Fic. 111	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,
				Total Orçamentos	23.776.361,56	118.881,64	21.136.862,37	151.711,36	21.114.291,06	111.171,36	111.171,36	20.913.843,31	21.002.711,64	112.295,26	112.295,26	0,51%	86,
				Total Geral (Receitas Correntes)	22.640.251,06	128.839,68	20.916.271,76	151.711,36	20.895.889,42	111.171,36	111.171,36	20.659.232,89	20.782.106,36	112.295,26	112.295,26	0,49%	93,
				Total Geral (Rec. de Capital)	1.136.110,50	0,00	220.590,60	0,00	220.590,60	0,00	0,00	220.610,42	220.610,42	0,00	0,00	0,00%	12,
				Total Geral	23.776.361,56	118.881,64	21.136.862,37	151.711,36	21.114.291,06	111.171,36	111.171,36	20.913.843,31	21.002.711,64	112.295,26	112.295,26	0,51%	98,

O Responsável

Francisco José Bealho Ruivo
em 22 de julho de 2021

O Conselho de Administração

Alexandre Santos
em 22 de julho de 2021

Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Álvaro Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

ANEXOS

OPART - Organismo de Proteção Ambiental SPA

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2020
 Lei: 2000/2003

Organiza	Posto Fin.	Class. Funcional	Programa	Subprograma	Descrição	Proj. pagor inv. aut.	Comparações Corrigidas	Cálculos / desatualiza	Comparações	Obrigações	Períodos em aberto	Período corrente	Tons	Comparações a transferir	Obrigações por pagar	Reservas	Período corrente	
																		Valor em EUR
1	316		01.0004		Funcionamento normal		1.830.200,00	0,00	14.893.197,47	14.871.197,47	0,00	14.855.091,18	14.855.091,18	21.000,00	14.855,00	0,00%	97,04	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	11.722,25	11.874.750,00	0,00	11.536.086,75	11.536.086,75	0,00	11.531.799,08	11.531.799,08	0,00	11.531,799,08	0,00%	97,04	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	21.094,00	0,00	196.175,13	196.175,13	0,00	196.175,13	196.175,13	0,00	196,175,13	0,00%	91,31	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	8.812,08	7.890.007,00	0,00	7.916.016,77	7.916.016,77	0,00	7.906.302,88	7.906.302,88	0,00	7.906,302,88	0,00%	91,91	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	782.174,00	0,00	795.502,64	795.502,64	0,00	795.502,64	795.502,64	0,00	795,502,64	0,00%	98,34	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	103.334,00	0,00	84.050,00	84.050,00	0,00	84.050,00	84.050,00	0,00	84,050,00	0,00%	81,11	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	65.340,00	0,00	54.324,11	54.324,11	0,00	54.324,11	54.324,11	0,00	54,324,11	0,00%	91,01	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	3.054,50	706.365,00	0,00	699.492,38	699.492,38	0,00	699.492,38	699.492,38	0,00	699,492,38	0,00%	98,71	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	850,67	1.550.830,00	0,00	1.390.735,24	1.390.735,24	0,00	1.397.007,57	1.397.007,57	0,00	1.397,007,57	0,00%	91,81	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	850,67	774.733,00	0,00	712.933,51	712.933,51	0,00	712.933,51	712.933,51	0,00	712,933,51	0,00%	86,61	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	625.846,00	0,00	413.634,09	413.634,09	0,00	413.634,09	413.634,09	0,00	413,634,09	0,00%	66,21	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	39.577,00	0,00	31.045,89	31.045,89	0,00	31.045,89	31.045,89	0,00	31,045,89	0,00%	78,34	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	36.180,00	0,00	28.910,00	28.910,00	0,00	28.910,00	28.910,00	0,00	28,910,00	0,00%	79,32	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	4.136,00	0,00	4.116,21	4.116,21	0,00	4.116,21	4.116,21	0,00	4,116,21	0,00%	99,24	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	367.584,00	0,00	358.821,18	358.821,18	0,00	358.821,18	358.821,18	0,00	358,821,18	0,00%	98,24	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	5.010.000,00	0,00	2.813.276,67	2.813.276,67	0,00	2.813.276,67	2.813.276,67	0,00	2.813,276,67	0,00%	56,31	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	2.706.437,00	0,00	2.649.465,14	2.649.465,14	0,00	2.649.465,14	2.649.465,14	0,00	2.649,465,14	0,00%	97,92	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	14.141,00	0,00	14.366,09	14.366,09	0,00	14.366,09	14.366,09	0,00	14,366,09	0,00%	92,81	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	2.890.000,00	0,00	2.813.096,45	2.813.096,45	0,00	2.813.096,45	2.813.096,45	0,00	2.813,096,45	0,00%	97,81	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	300.983,00	0,00	281.812,11	281.812,11	0,00	281.812,11	281.812,11	0,00	281,812,11	0,00%	93,61	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	28.752,05	2.842.760,00	434.336,00	2.408.423,79	2.408.423,79	15.273,43	1.988.137,43	2.013.408,88	227.267,45	7.180,00	1.988,137,43	0,89%	67,41
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	2.982,83	111.911,00	0,00	105.801,65	105.801,65	1.554,83	96.121,18	96.121,18	7.679,48	86,42	96,121,18	1,15%	86,42
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	51,55	11.294,00	0,00	11.552,44	11.552,44	55,59	11.390,21	11.390,21	982,23	0,00	11,390,21	0,42%	82,31
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	4.994,00	0,00	4.976,32	4.976,32	0,00	4.976,32	4.976,32	0,00	4,976,32	0,00%	99,81	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	0,00	4.994,00	0,00	4.976,32	4.976,32	0,00	4.976,32	4.976,32	0,00	4,976,32	0,00%	99,81	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	2.308,28	70.042,00	0,00	70.042,00	70.042,00	0,00	70.042,00	70.042,00	1.982,72	0,00	70,042,00	0,00%	91,11
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	21.996,62	2.850.846,00	434.336,00	2.416.509,68	2.416.509,68	23.918,78	1.991.771,88	1.991.771,88	218.987,80	7.180,00	1.991,771,88	0,89%	66,61
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	4.132,51	366.736,00	87.830,00	231.141,76	231.141,76	4.128,33	230.817,28	230.817,28	268,48	230,817,28	1,15%	62,01	
1	318		01.0004		Despesas com o pessoal	4.132,51	366.736,00	87.830,00	231.141,76	231.141,76	4.128,33	230.817,28	230.817,28	268,48	230,817,28	1,15%	62,01	

OPART - Organismo de Proteção Ambiental SPA

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Emissão:		2020		Lancamentos:		<10000>		Valores em EUR									
Origem	Para de	Abstrato	Programa	Transação	Descrição	Por pagar por art.	Debitos / Creditos	Costos / despesas	Compromissos	Obrigações	Perdas americanas	Total	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Perdas americanas	Perdas concretas	
1	318	306	012098	012098	Linhas e ligazões	30.670,95	189.871,00	42.128,00	138.052,19	137.257,76	30.670,95	157.978,76	705,26	20,11	5,52%	46,91	
1	318	306	012098	012098	Conservação de bens	1.492,84	310.872,00	31,79	282.809,07	149.960,91	0,00	148.848,16	112.848,11	1.111,05	0,00%	47,91	
1	318	306	012098	012098	Locação de edifícios	0,00	184.313,00	54.573,00	369.104,67	169.104,67	0,00	169.104,67	0,00	0,00	0,00%	91,71	
1	318	306	012098	012098	Locação de outros bens	10.705,50	381.074,00	81.109,00	65.423,54	61.999,00	7.705,50	52.998,12	60.579,66	4.023,76	825,21	4,79%	33,41
1	318	306	012098	012098	Comunicações	0,00	23.874,00	0,00	21.295,00	17.990,67	0,00	17.990,67	3.304,33	0,00	0,00%	54,04	
1	318	306	012098	012098	Comunicações	0,00	1.234,00	0,00	1.233,66	0,00	0,00	1,34	0,00	1,34	0,00%	0,00	
1	318	306	012098	012098	Comunicações	0,00	11.000,00	0,00	10.802,59	10.892,57	0,00	10.892,57	334,00	0,00	0,00%	96,64	
1	318	306	012098	012098	Comunicações	0,00	11.640,00	0,00	9.039,79	2.268,11	0,00	2.268,11	4.765,89	0,00	0,00%	19,43	
1	318	306	012098	012098	Transportes	3.190,64	94.308,00	0,00	29.272,30	28.306,66	1.190,64	27.115,02	28.306,66	0,00	0,00%	79,04	
1	318	306	012098	012098	Representação dos serviços	0,00	1.777,00	527,00	702,45	702,45	0,00	702,45	0,00	0,00%	38,51		
1	318	306	012098	012098	Seguros	0,00	30.759,00	31.898,00	18.857,76	18.739,00	0,00	18.739,00	215,00	0,00	0,00%	60,34	
1	318	306	012098	012098	Seguros	0,00	30.759,00	31.898,00	18.857,76	18.739,00	0,00	18.739,00	215,00	0,00	0,00%	60,34	
1	318	306	012098	012098	Declarativas e casadas	0,00	80.819,00	26.502,00	27.792,15	25.871,11	0,00	25.871,11	1.927,89	0,00	0,00%	43,11	
1	318	306	012098	012098	Publicidade	0,00	31.812,00	15.837,00	34.840,19	34.840,19	0,00	34.840,19	0,00	0,00%	67,54		
1	318	306	012098	012098	Publicidade	0,00	31.812,00	15.837,00	34.840,19	34.840,19	0,00	34.840,19	0,00	0,00%	67,54		
1	318	306	012098	012098	Outros trabalhos especializados	412,20	53.061,00	37.604,00	52.582,26	48.314,00	412,20	47.896,80	4.265,46	0,00	0,00%	90,21	
1	318	306	012098	012098	Outros trabalhos especializados	0,00	9.379,00	0,00	9.378,75	9.378,75	0,00	9.378,75	0,00	0,00%	100,00		
1	318	306	012098	012098	Outros trabalhos especializados	412,20	45.682,00	0,00	41.183,63	38.934,11	412,20	38.521,43	4.265,46	0,00	0,00%	88,11	
1	318	306	012098	012098	Outros serviços	0,00	1.080.759,00	84.693,00	870.516,79	785.154,00	0,00	782.189,11	85.327,68	2.327,68	0,00%	72,31	
1	318	306	012098	012098	Outros serviços	401,13	800.000,00	0,00	769.176,36	769.176,36	0,00	769.176,36	0,00	0,00%	96,31		
1	318	306	012098	012098	Outros serviços	401,13	800.000,00	0,00	769.176,36	769.176,36	0,00	769.176,36	0,00	0,00%	96,31		
1	318	306	012098	012098	Impostos e taxas	401,13	91.779,00	0,00	86.913,57	79,11	0,00	86.913,57	0,00	0,00%	97,51		
1	318	306	012098	012098	Outras	0,00	798.221,00	0,00	679.247,01	679.247,01	0,00	679.247,01	0,00	0,00%	85,11		
1	318	306	012098	012098	MA	0,00	798.221,00	0,00	679.247,01	679.247,01	0,00	679.247,01	0,00	0,00%	85,11		
					Total das despesas administrativas	43.854,85	18.149.899,40	844.116,00	17.218.254,64	17.608.864,47	0,00	17.608.864,47	2.887,87	23.007,33	0,00%	91,98	
					Despesas de Capital												
1	318	306	012098	012098	Aquisição de bens de capital	910,20	145.000,00	0,00	125.695,59	121.911,26	910,20	121.911,26	3.722,74	0,00	0,63%	83,41	
1	318	306	012098	012098	Investimentos	910,20	145.000,00	0,00	125.695,59	121.911,26	910,20	121.911,26	3.722,74	0,00	0,63%	83,41	
1	318	306	012098	012098	Equipamento de informática	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00%	99,61		
1	318	306	012098	012098	Equipamento de informática	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00%	99,61		
1	318	306	012098	012098	Equipamento de informática	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00%	99,61		
1	318	306	012098	012098	Equipamento de informática	0,00	42.250,00	0,00	42.250,00	42.250,00	0,00	42.250,00	0,00	0,00%	99,61		
1	318	306	012098	012098	Software informático	0,00	42.250,00	0,00	42.250,00	42.250,00	0,00	42.250,00	0,00	0,00%	99,61		
1	318	306	012098	012098	Equipamento administrativo	0,00	10.000,00	0,00	7.332,89	7.332,89	0,00	7.332,89	0,00	0,00%	73,31		
1	318	306	012098	012098	Equipamento administrativo	0,00	10.000,00	0,00	7.332,89	7.332,89	0,00	7.332,89	0,00	0,00%	73,31		

© INOVAÇÃO RES/UNITE de OPART - ORGANISMO DE PROTEÇÃO ARTÍSTICA, E.P.E.

OPART, E.P.E.
R&C 2020

Handwritten mark

Handwritten signature

ANEXOS

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

2020
OPART
OPART - Organismo de Promoção Antídota EPE

(Valores em EUR)

Orgão	Func.éc.	Classif. de actividade	Programa	Especif.	Descrição	Por pagar per. ant.	Dólares Contabiliz.	Câmbio / depreciação	Comprovação	Despesas	Porcentaje intervenção	Período corrente	Total	Comprovação a transferir	Despesas por pagar	Período anterior	Período corrente	
																		1
1	318	106	012056	070110	Equipamento Básico	500,00	80.000,00		55.384,67	50.000,00	93,23	48.724,57	50.000,00	3.722,00	0,00	5,15%	82,31	
1	318	106	012056	07012000	Equipamento básico	0,00	40.400,00		54.304,67	50.000,00	0,00	48.724,57	50.000,00	3.722,00	0,00	5,15%	82,31	
1	318	106	012056	0701115	Outros investimentos	0,00	1.600,00		1.080,00	1.000,00	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00%	0,00%	99,94	
					Total Abertura/abertura de Exercício	500,00	163.000,00		106.769,34	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	3.722,00	0,00	0,62%	82,25	
					Total Abertura/abertura de Exercício	500,00	163.000,00		106.769,34	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	3.722,00	0,00	0,62%	0,62%	82,25
					Total Coma Fim. 31/12	500,00	163.000,00		106.769,34	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	3.722,00	0,00	0,62%	0,62%	82,25
1	513	106	012056	070110	Despesas Correntes	23.750,00	1.840.760,00		882.224,58	851.268,00	31,79	833.845,93	851.268,00	230.060,00	3.878,66	1,28%	33,11	
1	513	106	012056	070111	Aplicação de bens e serviços	1.500,00	182.360,00		182.360,00	182.360,00	0,00	182.360,00	182.360,00	21.000,00	0,00	1,09%	61,01	
1	513	106	012056	070112	Aplicação de bens	0,00	3.856,00		1.004,00	995,12	0,00	3.856,00	3.856,00	0,00	0,00	0,00%	25,81	
1	513	106	012056	070113	Combustíveis e lubrificantes	0,00	32.950,00		1.476,00	6.019,88	0,00	32.950,00	32.950,00	0,00	0,00	0,00%	67,26	
1	513	106	012056	070114	Impostos e N.gere	0,00	4.166,00		0,00	4.725,20	0,00	4.725,20	4.725,20	0,00	0,00	0,00%	99,31	
1	513	106	012056	070115	Alimentação/bebidas	0,00	60.800,00		0,00	4.387,76	0,00	60.800,00	60.800,00	0,00	0,00	0,00%	42,15	
1	513	106	012056	070116	Verdes e artigos pessoais	1.188,00	6.590,00		1.188,00	4.506,00	1,88	6.590,00	6.590,00	1.895,00	0,00	29,15%	28,86	
1	513	106	012056	070117	Materiais de escritório	2.348,00	4.166,00		3.090,00	4.166,55	1,88	4.166,55	4.166,55	1.895,00	0,00	45,25%	28,90	
1	513	106	012056	070118	Mercadorias para a venda	277,00	3.340,00		666,00	616,58	277,00	3.340,00	3.340,00	616,58	0,00	12,86%	15,85	
1	513	106	012056	070119	Feramentas e utensílios	0,00	31.350,00		1.778,00	7.973,84	0,00	31.350,00	31.350,00	1.900,00	0,00	6,06%	96,41	
1	513	106	012056	070120	Locação e abastecimento de bens	0,00	86,00		98,00	93,50	0,00	86,00	86,00	51,00	0,00	59,3%	97,24	
1	513	106	012056	070121	Outros bens	79,07	92.000,00		5.342,00	95.516,62	70,07	92.000,00	92.799,54	18.700,00	18,00	19,7%	67,85	
1	513	106	012056	070122	Agências de serviços	22.213,32	1.271.910,00		611.860,00	771.796,68	22,21	1.271.910,00	1.271.910,00	308.277,11	3.695,00	3,23%	30,85	
1	513	106	012056	070123	Emprego das instalações	5.482,00	21.134,00		2.084,00	5.481,58	5,48	21.134,00	21.134,00	13.999,00	23,00	25,99%	99,84	
1	513	106	012056	070124	Emprego das instalações	0,00	1.812,00		2.185,00	3.613,81	0,00	1.812,00	1.812,00	25.994	0,00	1,41%	0,00	
1	513	106	012056	070125	Emprego de bens	0,00	1.812,00		0,00	0,00	0,00	1.812,00	1.812,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	
1	513	106	012056	070126	Emprego de serviços	0,00	398.872,00		22.000,00	381.862,00	0,00	398.872,00	398.872,00	158.163,00	0,00	39,66%	31,44	
1	513	106	012056	070127	Emprego de edifícios	0,00	9.999,00		999,00	4.856,38	0,00	9.999,00	9.999,00	1.846,00	0,00	18,46%	88,91	
1	513	106	012056	070128	Emprego de edifícios	0,00	9.999,00		999,00	4.856,38	0,00	9.999,00	9.999,00	1.846,00	0,00	18,46%	88,91	
1	513	106	012056	070129	Emprego de material de transporte	0,00	6.979,00		826,00	4.800,00	0,00	6.979,00	6.979,00	0,00	0,00	0,00%	46,84	
1	513	106	012056	070130	Emprego de outros bens	0,00	69.570,00		6.000,00	13.895,70	0,00	69.570,00	69.570,00	645	0,00	0,09%	18,01	
1	513	106	012056	070131	Comunicações	6.579,71	41.775,00		6.000,00	23.999,75	3,59	41.775,00	41.775,00	557,11	0,00	3,89%	46,41	
1	513	106	012056	070132	Comunicações	0,00	6.000,00		5.967,27	6.924,62	0,00	6.000,00	6.000,00	557,11	0,00	11,18%	50,71	
1	513	106	012056	070133	Comunicações	293,72	13.760,00		2.314,00	8.366,31	0,00	13.760,00	13.760,00	0,00	0,00%	1,70%	42,84	
1	513	106	012056	070134	Comunicações	0,00	9.840,00		1.518,00	2.087,00	0,00	9.840,00	9.840,00	2.087,00	0,00	2,12%	21,24	
1	513	106	012056	070135	Transportes	0,00	571.800,00		4.827,00	16.791,00	0,00	571.800,00	571.800,00	16.791,00	0,00	2,93%	28,51	
1	513	106	012056	070136	Regimeção dos serviços	0,00	2.950,00		459,00	1.200,00	0,00	2.950,00	2.950,00	459,00	0,00	1,54%	41,11	

ANEXOS

OPART - Organismo de Proteção Artística EPE

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Orçaria	Freg. n.º	Atividade	Programa	Subárea	Descrição	Por pagar por. int.	Despesas Contábil	Câmbios / depreciações	Compras	Obrigações	Período anterior	Atividade corrente	Total	Compras e transferências	Obrigações por pagar	Período anterior	
																em €	em €
					Total das Despesas de Abertura	23.795,50	2.029.795,00	534.679,00	990.209,37	735.081,34	23.795,50	797.474,88	797.474,88	231.486,88	3.879,44	1,17%	34,8
					Total das Despesas de Abertura	23.795,50	2.029.795,00	534.679,00	990.209,37	735.081,34	23.795,50	797.474,88	797.474,88	231.486,88	3.879,44	1,17%	34,8
1	540	306	01.2016	01	Despesas com o pessoal	0,00	100.000,00	0,00	30.829,54	34.838,34	0,00	30.829,54	0,00	0,00	0,00%	96,4	
1	540	306	01.2016	0101	Remunerações correntes e permanentes	0,00	18.000,00	0,00	17.163,35	17.163,35	0,00	17.163,35	0,00	0,00	0,00%	95,3	
1	540	306	01.2016	010101	Pessoal contratado a termo	0,00	6.587,00	0,00	6.588,34	6.586,34	0,00	6.586,34	0,00	0,00	0,00%	99,9	
1	540	306	01.2016	010102	Suplementos e prémios	0,00	18.613,00	0,00	10.671,36	10.671,36	0,00	10.671,36	0,00	0,00	0,00%	99,9	
1	540	306	01.2016	010103	Salvidade de férias	0,00	800,00	0,00	506,00	104,00	0,00	506,00	0,00	0,00	0,00%	13,4	
1	540	306	01.2016	010104	Alimentos verificáveis em eventuais	0,00	84.000,00	0,00	19.674,99	19.674,99	0,00	19.674,99	0,00	0,00	0,00%	23,6	
1	540	306	01.2016	010105	Horas extraordinárias	0,00	30.000,00	0,00	12.855,24	12.855,24	0,00	12.855,24	0,00	0,00	0,00%	42,7	
1	540	306	01.2016	010106	Ajustes de conta	0,00	52.000,00	0,00	6.839,75	6.839,75	0,00	6.839,75	0,00	0,00	0,00%	13,1	
1	540	306	01.2016	010107	Aquisição de bens e serviços	0,00	827.000,00	0,00	534.940,35	534.940,35	0,00	534.940,35	0,00	0,00	0,00%	80,9	
1	540	306	01.2016	010108	Aquisição de bens	0,00	25.000,00	0,00	21.718,42	21.718,42	0,00	21.718,42	0,00	0,00	0,00%	84,2	
1	540	306	01.2016	010109	Afetações-Subsídios	0,00	1.878,00	0,00	1.793,00	1.793,00	0,00	1.793,00	0,00	0,00	0,00%	92,8	
1	540	306	01.2016	010110	Outros	0,00	23.122,00	0,00	21.247,58	18.971,44	0,00	19.379,48	18.971,44	0,00	83,5		
1	540	306	01.2016	010111	Aquisição de serviços	0,00	802.000,00	0,00	513.627,77	493.224,41	0,00	493.224,41	0,00	0,00	0,00%	80,8	
1	540	306	01.2016	010112	Limpeza e higiene	0,00	4.419,00	0,00	4.418,78	4.418,78	0,00	4.418,78	0,00	0,00	0,00%	100,0	
1	540	306	01.2016	010113	Locação de edifícios	0,00	2.350,00	0,00	840,00	840,00	0,00	840,00	0,00	0,00	0,00%	37,5	
1	540	306	01.2016	010114	Locação de outros bens	0,00	2.790,00	0,00	840,00	840,00	0,00	840,00	0,00	0,00	0,00%	37,5	
1	540	306	01.2016	010115	Comunicações	0,00	17.000,00	0,00	10.379,63	10.379,63	0,00	10.379,63	0,00	0,00	0,00%	62,3	
1	540	306	01.2016	010116	Transportes	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,0	
1	540	306	01.2016	010117	Seguros	0,00	39.400,00	0,00	12.639,25	12.154,44	0,00	7.651,28	7.651,28	0,00	19,2		
1	540	306	01.2016	010118	Outros	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,0		
1	540	306	01.2016	010119	Deslocações e estadas	0,00	11.710,00	0,00	34.720,00	11.710,00	0,00	11.710,00	0,00	0,00	0,00%	100,0	
1	540	306	01.2016	010120	Publicidade	0,00	32.300,00	0,00	31.934,68	30.984,41	0,00	30.984,41	0,00	0,00	0,00%	94,9	
1	540	306	01.2016	010121	Publicidade	0,00	32.300,00	0,00	31.934,68	30.984,41	0,00	30.984,41	0,00	0,00	0,00%	94,9	
1	540	306	01.2016	010122	Vigilância e segurança	0,00	15.000,00	0,00	10.596,40	6.125,11	0,00	6.125,11	0,00	0,00	0,00%	40,8	
1	540	306	01.2016	010123	Outros serviços	0,00	477.011,00	0,00	430.728,06	418.813,98	0,00	418.813,98	0,00	0,00	0,00%	86,9	
					Total das Despesas	9,00	727.000,00	0,00	373.240,89	551.778,11	0,00	548.842,33	548.842,33	22.482,33	7.189,33	0,00%	74,5

© Privacidade do / Jorge de Sousa - Organismo de Proteção Artística, E.P.E.

ANEXOS

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

18/05/2021 | 8:46

Controlo Orçamental de Despesa - de Abertura a Dezembro

Origem	Forma Pn	Subdiv	Programa	Subdiv	Descrição	Por pagar por an.	Despesas Contabilizadas	Créditos / Descontos	Compromissos	Obrigações	Período anterior		Período corrente		Tercs	Compromissos e Obrigações	Designar por Pn	Período anterior	Período corrente	
											Período anterior	Período corrente	Período anterior	Período corrente						
					Total Atividade	0,00	727.000,00	0,00	573.284,89	531.779,11	6,00	544.842,11	544.842,11	21.482,74	7.136,74	21.482,74	7.136,74	0,00%	0,00%	
					Total Forma Pn: 306	0,00	727.000,00	0,00	573.284,89	531.779,11	6,00	544.842,11	544.842,11	21.482,74	7.136,74	21.482,74	7.136,74	0,00%	0,00%	
					Despesa Corrente															
					Outras despesas correntes	0,00	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Despesa	0,00	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Outros	0,00	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Outros	0,00	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Total das Despesas Correntes	0,00	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Despesa de Capital															
					Aquisição de bens de capital	0,00	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Investimentos	0,00	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Outros investimentos	0,00	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Total das Despesas de Capital	0,00	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Total Atividade	0,00	1.500.000,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Total Forma Pn: 72	0,00	1.500.000,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Total Orlamento	68.554,33	23.549.755,06	306.714,88	19.575.357,89	19.569.715,51	49.542,31	18.985.673,11	19.035.615,11	34.102,11	21,14	80,00				
					Total Geral (Despesa Corrente)	67.441,33	21.448.255,06	306.715,88	19.569.827,26	19.569.827,26	49.050,11	18.794.805,11	18.833.927,26	34.102,11	21,14	80,00				
					Total Geral (Despesa Capital)	919,20	1.701.500,00	0,00	206.830,23	206.830,23	919,20	206.830,23	206.830,23	34.102,11	21,14	80,00				
					Total Geral	68.554,33	23.549.755,06	306.715,88	19.575.357,89	19.569.715,51	49.542,31	18.985.673,11	19.035.615,11	34.102,11	21,14	80,00				

O responsável

Alexandre Santos

Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Presidente do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

O Conselho de Administração

Conceição Amara

OPART, E.P.E.

Alexandre Santos

Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Presidente do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

O Conselho de Administração

OPART - Organismo de Proteção Ambiental, E.P.E.

Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

19/05/2021 - 1/3

Exercício: 2020		Descrição		Recursos		Previsões Corrigidas		Observações	
Lançamento: «0000»		Programa		Dinheiro/Outros		Créditos Especiais			
Origem	Nome FN	Atividade	Programa	Resumo	Previsões Iniciais	Inscrições/Reduções	Dinheiro/Outros	Previsões Corrigidas	Observações
1	313	000	012056	Finebriamento normal	0,00	201.350,64	0,00	201.350,64	
1	313	000	012056	Salda de inventário emborcar	18		0,00		
1	312	000	012054	Salda orçamental	1602		0,00	201.350,64	
1	313	000	012056	Pls. postas ao serviço	160105		0,00	201.350,64	
				Total das Receitas de Capital					
				Total Atividade 000					
				Total Fonte Fin. 313					
1	313	000	012056	Transferências correntes			0,00		
1	310	000	012036	Administrações gerais	0803		0,00	18.395.000,00	
1	310	000	012056	Estado	080302		0,00	18.395.000,00	
				Total das Receitas Correntes					
				Total Atividade 000					
				Total Fonte Fin. 313					
1	513	000	012056	Transferências correntes			0,00		
1	513	000	012056	Sociedades e outras soc. não financeiras	0801		1.800,00	1.800,00	
1	513	000	012056	Públicas	080101				
1	513	000	012056	Privadas	080102		77.948,00	77.948,00	
1	513	000	012056	Instituições afins lucrativas	0807				
1	513	000	012056	Instituições afins não lucrativas	080702				
1	513	000	012056	Venda de bens e serviços correntes	07				
1	513	000	012056	Venda de bens	0701				
1	513	000	012056	Manufaturas	070102				
1	513	000	012056	Serviços	0702				
1	513	000	012056	Serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos	070302				
1	513	000	012056	Outros	070395				
1	513	000	012056	Venda de bens e serviços correntes	07		1,00	1,00	
				Total das Receitas Correntes					
				Total Atividade 000					
				Total Fonte Fin. 313					
				Total Receitas Correntes					
				Total Atividade 000					
				Total Fonte Fin. 313					

© PRIMAVERA, S.R.L. / Usando se OPART - organismo de produção artística, E.P.E.

ANEXOS

OPART - Organismo de Promoção Artística EPS

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício:	2020			Descrição	Previsões Iniciais			Receitas			Previsões Corrigidas	Diferenças		
	Orç. An.	Atualizad.	Programa		Execução	Execução	Receitas	Diferenças	Previsões					
Emprego:	-33000052													
Orç. An.	Atualizad.	Programa	Execução											
1	513	000	01.2095	0700	Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	900,00	
1	515	000	01.2095	0700	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	515	000	01.2096	0702	Venda de bens e serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	517	000	01.2096	0702	Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.576,00	
1	513	000	01.2096	070299	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total das Receitas Correntes	2.028.795,00	181.188,00	2.209.983,00	2.028.795,00	181.188,00	2.209.983,00	0,00	2.028.795,00	2.028.795,00
					Total Absoluta 000	2.028.795,00	181.188,00	2.209.983,00	2.028.795,00	181.188,00	2.209.983,00	0,00	2.028.795,00	2.028.795,00
					Total Fontes Ex. 513	2.028.795,00	181.188,00	2.209.983,00	2.028.795,00	181.188,00	2.209.983,00	0,00	2.028.795,00	2.028.795,00
					Receitas de Capital									
1	522	000	01.2056	16	Saldo da gestão anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	522	000	01.2056	1601	Saldo organizativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	522	000	01.2056	160102	Na posse do serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total Absoluta 000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total Fontes Ex. 522	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Receitas Correntes									
1	540	000	01.2056	08	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	540	000	01.2056	0803	Administrações central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	540	000	01.2056	080301	Serviços e Ponder. Autônomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total das Receitas Correntes	727.000,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	727.000,00
					Total Absoluta 000	727.000,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	727.000,00
					Total Fontes Ex. 540	727.000,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	727.000,00
					Receitas de Capital									
1	721	000	01.2056	12	Prestações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	721	000	01.2056	1207	Outros rendimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	721	000	01.2056	120703	Adm. Públicas - Adm. central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total das Receitas de Capital	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
					Total Absoluta 000	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00

OPART - Organismo de Promoção Artística EPS

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

19/05/2021 13/3

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício:	Legislação:	Zona:	Classificação:	Recursos				Previsões Originais	Observações
				Orçânica	Adicional	Programa	Reserva		
Orgânica	Adicional	Programa	Reserva	Inscrições/Reservas	Diminuições/Anulações	Cotações Especiais			
				1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	
			Total Fomec. Ex. 721	23.849.381,00	0,00	188.308,00	0,00	23.770.865,00	
			Total Orçânica 1	22.048.725,00	0,00	188.308,00	0,00	22.046.735,00	
			Total Geral (Recursos Correntes)	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	
			Total Geral	23.548.725,00	0,00	188.308,00	0,00	23.770.865,00	

O Responsável

Marcos José Batista Rezende
Em 22 de Julho de 2021

O Conselho de Administração

Em 22 de Julho de 2021
Alexandre Santos

Alexandre Santos
Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Anne Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EFE

19/05/

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Origem	Fonte Fc.	Classificação Atividade	Programa	Económica	Descrição	Despesas Iniciais	Despesas Iniciadas/ Antecipadas	Despesas Obrigatorias/ Antecipadas	Despesas Obrigatorias	Observações	Notas
3	318	306	012009		funcionamento normal						
					Despesas Correntes						
4	313	306	012005		Despesas com o pessoal	39.569.220,00	540.153,00	540.153,00	23.309.220,00		
5	319	306	012006		Remunerações ocultas e permanentes	11.871.754,00	411.000,00	411.000,00	11.871.754,00		
6	315	306	012006		Órgãos sociais	151.934,00	0,00	0,00	151.934,00		
7	315	306	012008		Pessoal dos quadros-flag de contrato individual trabalho	7.548.007,00	410.000,00	0,00	1.990.007,00		
8	317	306	012006		Pessoal contratado a termo	977.278,00	0,00	0,00	275.000,00		
9	315	306	012005		Pessoal em regime de turnos ou avança	303.914,00	0,00	0,00	303.914,00		
10	319	306	012009		Pessoal em qualquer outra situação	296.345,00	0,00	0,00	63.345,00		
11	318	306	012006		Representação	81.159,00	1.000,00	0,00	81.159,00		
12	318	306	012006		Suplementos e prémios	704.995,00	0,00	0,00	83.345,00		
13	318	306	012006		Subsídio de refeição	483.204,00	0,00	0,00	81.859,00		
14	318	306	012006		Subsídio de férias e de Natal	1.594.830,00	0,00	0,00	701.395,00		
15	318	306	012006		Subsídio de férias	784.907,00	0,00	0,00	437.294,00		
16	318	306	012006		Subsídio de Natal	774.723,00	0,00	0,00	1.598.850,00		
17	318	306	012006		Abonos variáveis ou eventuais	429.446,00	128.000,00	0,00	784.907,00		
18	318	306	012006		Horas extraordinárias	13.007,00	0,00	0,00	774.723,00		
19	318	306	012006		Ajudas de custo	60.669,00	0,00	0,00	425.846,00		
20	318	306	012006		Ajuda p' férias	4.109,00	50,00	0,00	393.537,00		
21	318	306	012006		Indemnizações por cessação de funções	229.844,00	0,00	0,00	303.899,00		
22	318	306	012006		Segurança social	3.010.010,00	128.000,00	0,00	4.156,00		
23	318	306	012006		Contribuições p' a segurança social	1.760.356,00	1.001,00	0,00	997.384,00		
24	318	306	012006		Cabo Geral de Aposentações	15.313,00	1.001,00	0,00	3.010.020,00		
25	318	306	012006		Segurança Social	2.690.023,00	1.001,00	0,00	2.706.437,00		
26	318	306	012006		Seguros	304.684,00	0,00	0,00	16.034,00		
27	318	306	012006		Aquisição de bens e serviços	2.944.780,00	688.077,00	0,00	2.690.023,00		
28	318	306	012006		Aquisição de bens	715.904,00	46.355,00	0,00	301.593,00		
29	318	306	012006		Limpeza e higiene	5.395,00	13.323,00	0,00	2.943.780,00		
30	318	306	012006		Material de escritório	5.395,00	2.690,00	0,00	11.591,00		
31	318	306	012006		Material de escritório	3.290,00	2.690,00	0,00	13.294,00		
32	318	306	012006		Ferramentas e utensílios	18.991,00	2.690,00	0,00	4.994,00		
33	318	306	012006		Outros bens	49.698,00	28.043,00	0,00	13.801,00		
34	318	306	012006		Aquisição de serviços	1.874.876,00	838.721,00	0,00	70.042,00		
35	318	306	012006		Energias das instalações	346.531,00	67.680,00	0,00	2.936.868,00		

OPART, E.P.E. - ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, S.L.

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

19/09/

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Origem	Fonte de	Classificação	Programa	Económica	Descrição	Despesas	Empresas			Observações
							Iniciadas/Rebucadas	Alterações Orçamentais Diminuições/Aumentos	Códigos Específicos	
1	313	305	012006	012006	Programa das instalações	586.531,00	67.480,00	89.277,00	0,00	344.759,00
2	313	305	012006	012006	Limpieza e higiene	131.844,00	45.398,00	11.161,00	0,00	189.871,00
3	313	305	012006	012006	Conservação de bens	890.770,00	180.823,00	70.837,00	0,00	310.872,00
4	313	305	012006	012006	Locação de edifícios	171.954,00	37.343,00	25.111,18	0,00	184.253,00
5	313	305	012006	012006	Locação de edifícios	171.954,00	37.343,00	25.044,00	0,00	184.253,00
6	313	305	012006	012006	Locação de outros bens	287.750,00	15.000,00	121.818,00	0,00	189.079,00
7	313	305	012006	012006	Comunicações	0,00	33.914,00	8.100,00	0,00	23.874,00
8	313	305	012006	012006	Comunicações	0,00	2.250,00	0,00	0,00	1.234,00
9	313	305	012006	012006	Comunicações	0,00	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00
10	313	305	012006	012006	Comunicações	0,00	19.880,00	8.000,00	0,00	11.880,00
11	313	305	012006	012006	Transportes	51.801,00	0,00	37.100,00	0,00	34.308,00
12	313	305	012006	012006	Representação dos serviços	4.670,00	0,00	2.897,00	0,00	1.773,00
13	313	305	012006	012006	Seguros	28.817,00	5.321,00	3.305,00	0,00	30.753,00
14	313	305	012006	012006	Seguros	28.817,00	5.321,00	3.305,00	0,00	30.753,00
15	313	305	012006	012006	Dotações e estatutos	85.753,00	21.000,00	16.111,00	0,00	60.039,00
16	313	305	012006	012006	Formação	0,00	400,00	400,00	0,00	0,00
17	313	305	012006	012006	Publicidade	82.654,00	14.974,00	45.936,00	0,00	51.812,00
18	313	305	012006	012006	Publicidade	82.654,00	14.974,00	45.936,00	0,00	51.812,00
19	313	305	012006	012006	Vigilância e segurança	238.796,00	89.277,00	47.111,00	0,00	290.279,00
20	313	305	012006	012006	Outros trabalhos especializados	0,00	94.856,00	41.173,00	0,00	55.084,00
21	313	305	012006	012006	Outros trabalhos especializados	0,00	9.580,00	1.200,00	0,00	9.379,00
22	313	305	012006	012006	Outros trabalhos especializados	0,00	85.256,00	41.574,00	0,00	43.682,00
23	313	305	012006	012006	Outros serviços	315.164,00	109.046,00	344.451,00	0,00	1.080.759,00
24	313	305	012006	012006	Outros despesas correntes	890.000,00	91.779,00	91.779,00	0,00	890.000,00
25	313	305	012006	012006	Diversas	890.000,00	91.779,00	91.779,00	0,00	890.000,00
26	313	305	012006	012006	Impostos e taxas	0,00	91.779,00	0,00	0,00	91.779,00
27	313	305	012006	012006	Outras	890.000,00	0,00	91.779,00	0,00	798.221,00
28	313	305	012006	012006	N/A	890.000,00	0,00	91.779,00	0,00	798.221,00
Total das Despesas Operativas						10.148.890,00	1.320.807,00	1.320.807,00	0,00	10.148.890,00
29	315	305	042006	042006	Despesa de Capital	145.000,00	15.666,00	33.418,00	0,00	145.000,00
30	315	305	042006	042006	Aquisição de bens de capital	145.000,00	15.666,00	33.418,00	0,00	145.000,00
31	315	305	042006	042006	Investimentos	145.000,00	15.666,00	33.418,00	0,00	145.000,00
32	315	305	042006	042006	Equipamento de informática	30.000,00	5.100,00	4.000,00	0,00	31.100,00

© PRIVACIDAD 625 / Usado en OPART - ORGANISMO DE PRODUCCIÓN ARTÍSTICA, E.P.E.

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EFE

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2020
 Lançamentos: 47000055

Origem	Fonte fn.	Classificação Atividade	Programa	Especifica	Descrição	Despesa Iniciada	Despesa			Despesas Corrigidas	Observações
							Empenho	Cancelado	Executado		
3	31.2	206	010205	010205	Equipamento de informática	30.000,00	5.100,00	4.000,00	0,00	31.000,00	
4	31.3	206	0111-04	0111-04	Software informático	40.000,00	17.531,00	15.000,00	0,00	42.231,00	
5	31.3	206	012004	012004	Equipamento informático	40.000,00	17.531,00	15.000,00	0,00	42.231,00	
6	31.3	206	012004	012004	Equipamento administrativo	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
7	31.3	206	012004	012004	Equipamento administrativo	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
8	31.3	206	012004	012004	Equipamento básico	45.000,00	30.000,00	14.500,00	0,00	60.402,00	
9	31.3	206	012006	012006	Equipamento básico	60.000,00	30.000,00	14.500,00	0,00	60.402,00	
10	31.3	206	012006	012006	Outros investimentos	0,00	1.267,00	0,00	0,00	1.267,00	
					Total das Despesas de Investimento	185.000,00	33.698,00	35.000,00	0,00	84.000,00	
					Total Atividade 0101	19.239.000,00	1.553.705,00	1.553.705,00	0,00	19.239.000,00	
					Total Fonte Fin. 0101	19.239.000,00	1.553.705,00	1.553.705,00	0,00	19.239.000,00	
					Despesa Corrente						
1	31.1	206	010004	010004	Aquisição de bens e serviços	1.885.011,00	363.488,00	367.709,00	0,00	1.880.790,00	
2	31.1	206	010004	010004	Aquisição de bens	83.632,00	99.453,00	54.213,00	0,00	141.862,00	
3	31.1	206	010004	010004	Combustíveis e lubrificantes	6.890,00	0,00	2.814,00	0,00	3.856,00	
4	31.1	206	010004	010004	Limpeza e higiene	9.840,00	13.959,00	11.000,00	0,00	12.595,00	
5	31.1	206	010004	010004	Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	4.768,00	0,00	0,00	4.768,00	
6	31.1	206	010004	010004	Vestuário e artigos pessoais	0,00	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00	
7	31.1	206	010004	010004	Material de escritório	9.485,00	0,00	0,00	0,00	9.485,00	
8	31.1	206	010004	010004	Material de escritório	9.485,00	0,00	0,00	0,00	9.485,00	
9	31.1	206	010004	010004	Mercadorias para a venda	10.000,00	920,00	1.783,00	0,00	6.138,00	
10	31.1	206	010004	010004	Ferramentas e utensílios	11.839,00	615,00	1.800,00	0,00	10.554,00	
11	31.1	206	010004	010004	Livros e documentação técnica	184,00	0,00	1.000,00	0,00	816,00	
12	31.1	206	010004	010004	Outros bens	25.624,00	62.791,00	6.086,00	0,00	92.309,00	
13	31.1	206	010004	010004	Aquisição de serviços	1.801.979,00	270.095,00	336.426,00	0,00	1.737.928,00	
14	31.1	206	010004	010004	Encargos das instalações	15.900,00	5.218,00	0,00	0,00	21.118,00	
15	31.1	206	010004	010004	Encargos das instalações	15.900,00	5.218,00	0,00	0,00	21.118,00	
16	31.1	206	010004	010004	Limpeza e higiene	0,00	1.882,00	0,00	0,00	1.882,00	
17	31.1	206	010004	010004	Conservação de bens	156.674,00	240.350,00	0,00	0,00	290.872,00	
18	31.1	206	010004	010004	Locação de edifícios	6.000,00	2.879,00	0,00	0,00	9.039,00	
19	31.1	206	010004	010004	Locação de edifícios	6.000,00	2.879,00	0,00	0,00	9.039,00	
20	31.1	206	010004	010004	Locação de material de transporte	5.500,00	3.239,00	1.000,00	0,00	6.979,00	
21	31.1	206	010004	010004	Locação de outros bens	191.344,00	0,00	121.819,00	0,00	69.525,00	

OPART - Organismo de Produção Artística EFE

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

19/05/1

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Orçamental	Posto de	Classificação	Programa	Emissão	Descrição	Despesa			Despesa	Despesa	Despesa
						Despesas Fixas	Despesas Correntes	Despesas de Capital			
						42.715,00	4.564,00	5.503,00	0,00	41.715,00	
1	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Comunicações	2.845,00	4.564,00	0,00	0,00	8.409,00	
2	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Comunicações	15.990,00	0,00	4.100,00	0,00	11.700,00	
3	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Comunicações	14.700,00	0,00	1.000,00	0,00	13.700,00	
4	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Comunicações	10.120,00	0,00	276,00	0,00	9.844,00	
5	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Transportes	31.170,00	30.700,00	5.000,00	0,00	57.870,00	
6	21.3	514	01.01.014	01.01.014	Representação dos serviços	2.956,00	0,00	0,00	0,00	2.956,00	
7	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Seguros	3.750,00	3.289,00	0,00	0,00	7.039,00	
8	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Seguros	3.750,00	3.289,00	0,00	0,00	7.039,00	
9	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Deslocações e estadas	44.058,00	15.000,00	0,00	0,00	60.058,00	
10	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Formação	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
11	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Publicidade	56.250,00	0,00	4.337,00	0,00	53.895,00	
12	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Publicidade	56.250,00	0,00	4.337,00	0,00	51.895,00	
13	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Vigilância e segurança	14.740,00	0,00	0,00	0,00	14.740,00	
14	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outros trabalhos especializados	0,00	49.096,00	7.000,00	0,00	56.096,00	
15	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outros trabalhos especializados	0,00	1.406,00	1.400,00	0,00	406,00	
16	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outros trabalhos especializados	0,00	47.690,00	8.000,00	0,00	41.690,00	
17	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Serviços de saúde	21.500,00	10.485,00	0,00	0,00	31.985,00	
18	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outros	21.500,00	30.485,00	0,00	0,00	51.985,00	
19	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Encargos de cobrança de receitas	24.600,00	0,00	0,00	0,00	24.600,00	
20	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outros serviços	1.288.604,00	0,00	117,00	0,00	1.000.908,00	
21	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outras despesas correntes	30.744,00	0,00	0,00	0,00	30.744,00	
22	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Diversas	50.744,00	0,00	0,00	0,00	50.744,00	
23	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outras	50.744,00	0,00	0,00	0,00	50.744,00	
24	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outras	30.744,00	0,00	0,00	0,00	30.744,00	
25	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Aquisição de bens e serviços	0,00	900,00	0,00	0,00	900,00	
26	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Aquisição de bens	0,00	900,00	0,00	0,00	900,00	
27	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Ferramentas e utensílios	0,00	900,00	0,00	0,00	900,00	
28	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Aquisição de bens e serviços	0,00	3.321,00	0,00	0,00	3.321,00	
29	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Aquisição de bens	0,00	3.321,00	0,00	0,00	3.321,00	
30	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Limpeza e higiene	0,00	898,00	0,00	0,00	898,00	
31	21.3	506	01.01.006	01.01.006	Outros bens	0,00	2.423,00	0,00	0,00	2.423,00	
					Total da Despesa Corrente	1.895.275,00	367.709,00	367.709,00	0,00	1.895.275,00	

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

ANEXOS

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

19/05/

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Sigla/Projeto	Fonte de Rec.	Programa	Atividade	Equipamento	Descrição	Iniciativa	Despesa			Observações
							Investidor Interno	Investidor Externo	Cédulas Especiais	
						Despesa de Capital				
1	213	106	013208		Aquisição de bens de capital	94.000,00	340.000,00	1.110.000,00	94.000,00	
1	213	106	013206		Investimentos	94.000,00	340.000,00	1.110.000,00	94.000,00	
1	213	106	013208		Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	213	106	013209		Conservação e reparação	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	
1	213	106	013206		Equipamento de informática	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	
1	213	106	013209		Equipamento de informática	40.000,00	70.000,00	0,00	110.000,00	
1	213	106	013208		Software Informático	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	213	106	013206		Software Informático	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	213	106	013206		Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	213	106	013206		Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	213	106	013206		Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	213	106	013208		Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	
						Total das Despesas de Capital				
						94.000,00	580.000,00	1.110.000,00	94.000,00	
						Despesa Corrente				
1	240	104	013206		Despesas com pessoal	0,00	17.200,00	17.200,00	0,00	
1	240	104	013206		Remunerações certas e permanentes	0,00	17.200,00	17.200,00	0,00	
1	240	104	013206		Pessoal contratado a termo	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Suplementos e prêmios	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Subsídio de refeição	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Alugueiros variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Horas extraordinárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Ajustes de custo	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Aquisição de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Alimentação-Relações conlocionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Outros bens	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	240	104	013206		Conservação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	
						Total das Despesas Correntes				
						0,00	17.200,00	17.200,00	0,00	
						Total das Despesas				
						94.000,00	597.200,00	1.127.200,00	94.000,00	

C:\PRIVILEGIOS\Licenciado de OPART - ORGANISMO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E.P.E

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

19/05/

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício	Emprego	Código	Renda An.	Classificação	Programa	Subprograma	Descrição	Despesa Inicial	Despesa			Despesa Comprometida	Observações
									Integradas/Reserva	Outras/Reserva	Créditos Especiais		
1	340	505		010000			Locação de edifícios	15.000,00	0,00	31.700,00	0,00	3.250,00	
1	340	505		010000			Locação de edifícios	15.000,00	0,00	31.700,00	0,00	2.250,00	
1	340	505		010000			Locação de outros bens	50.000,00	0,00	41.880,00	0,00	17.000,00	
1	340	505		010000			Comunicações	5.000,00	0,00	4.000,00	0,00	1.000,00	
1	340	505		010000			Comunicações	5.000,00	0,00	4.000,00	0,00	1.000,00	
1	340	505		010000			Transportes	40.000,00	10.400,00	20.000,00	0,00	38.400,00	
1	340	505		010000			Seguros	5.000,00	0,00	2.000,00	0,00	3.000,00	
1	340	505		010000			Seguros	5.000,00	0,00	1.000,00	0,00	3.000,00	
1	340	505		010000			Despesas e estudos	30.000,00	0,00	18.250,00	0,00	11.750,00	
1	340	505		010000			Publicidade	10.000,00	12.200,00	0,00	0,00	32.200,00	
1	340	505		010000			Publicidade	10.000,00	12.200,00	0,00	0,00	32.200,00	
1	340	505		010000			Vigilância e segurança	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
1	340	505		010000			Outros serviços	45.000,00	12.200,00	62.600,00	0,00	477.021,00	
							Total da Despesa Comprometida	727.800,00	268.787,00	506.787,00	0,00	727.800,00	
							Total Atividade 000	727.800,00	268.787,00	506.787,00	0,00	727.800,00	
							Total Anexo 04 - 000	727.800,00	268.787,00	506.787,00	0,00	727.800,00	
							Despesa Corrente						
							Outras despesas correntes	37.500,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00	
							Diversas	37.500,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00	
							Outras	37.500,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00	
							Outras	37.500,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00	
							Total da Despesa Corrente	37.500,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00	
							Despesa de Capital						
							Aquisição de bens de capital	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	1.462.500,00	
							Investimentos	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	1.462.500,00	
							Outros investimentos	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	1.462.500,00	
							Total da Despesa de Capital	1.462.500,00	0,00	0,00	0,00	1.462.500,00	
							Total Atividade 000	1.500.300,00	0,00	0,00	0,00	1.500.300,00	
							Total Anexo 04 - 000	1.500.300,00	0,00	0,00	0,00	1.500.300,00	
							Total Orçamento	1.500.300,00	268.787,00	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	
							Total Orçamento	1.500.300,00	268.787,00	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00	

OPART - ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, E.P.E.

ANEXOS

OPART - Organismo de Produção Artística E.P.E.

19/05/

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro


Organismo	Posto N.º	Classificação Atividade	Programa	Económica	Descrição	Despesas Iniciais	Despesas			Observações
							Despesas Iniciais	Despesas Corrigidas	Observações	
					TOTAL GERAL (Despesas Corrigidas)	21.848.255,00	21.848.255,00	0,00		
					TOTAL GERAL (Despesas Iniciais)	21.761.360,00	173.896,00	0,00		
					TOTAL GERAL	23.543.755,00	23.543.755,00	0,00		

O Responsável:
 Em 22 de julho de 2021
 Marco José Salazar Soares

O Conselho de Administração

Em 22 de julho de 2021
 Alexandre Santos


Conceição Amaral
 Presidente do Conselho de Administração
 OPART, E.P.E.


Alexandre Santos
 Vogal do Conselho de Administração
 OPART, E.P.E.


Anne Victorino
 Vogal do Conselho de Administração
 OPART, E.P.E.

© MINAVERBA E.S. / Lúmpa de OPART - ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E.P.E.

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2020

Período:

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	#-1
		RF	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALIEIOS		
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais [1]	19.259,94	201.350,64	0,00	0,00	0,00	120.610,00	1.066.334,90
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	1.876.881,53	19.292.999,48	0,00	0,00	0,00	20.363.685,07	19.308.829,88
R5.1	Transferências correntes	1.876.881,53	19.292.999,48	0,00	0,00	0,00	20.363.685,07	19.308.829,88
R5.1.1	Administrações Públicas	727.000,00	19.292.999,48	0,00	0,00	0,00	20.013.999,48	19.038.945,51
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	19.292.999,48	0,00	0,00	0,00	19.292.999,48	18.772.179,18
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	254.766,33
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	343.686,53	0,00	0,00	0,00	0,00	343.686,53	279.084,34
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	418.419,79	0,00	0,00	0,00	0,00	418.419,79	1.176.713,35
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não obtidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	1.896.161,51	19.292.999,48	0,00	0,00	0,00	20.732.184,84	20.484.742,24
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1.896.161,51	19.292.999,48	0,00	0,00	0,00	21.002.114,84	21.551.062,24
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	0,00

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2020

Langamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (m)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALIENOS	TOTAL	
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	14.855.001,57	0,00	0,00	0,00	0,00	14.855.001,57	15.980.538,53
D1.1	Remunerações certas e permanentes	17.163,55	11.533.799,89	0,00	0,00	0,00	11.550.963,44	12.326.566,25
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	19.874,99	423.854,05	0,00	0,00	0,00	443.729,04	463.677,94
D1.3	Segurança social	0,00	2.910.867,63	0,00	0,00	0,00	2.910.867,63	3.176.289,34
D2	Aquisição de bens e serviços	1.159.312,48	2.013.408,03	0,00	0,00	0,00	3.172.720,51	3.960.963,86
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	768.777,25	0,00	0,00	0,00	768.777,25	1.251.409,36
D6	Aquisição de bens de capital	79.774,44	13.913,29	0,00	0,00	0,00	93.687,73	157.576,27
Despesa de Capital								
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa ativa (15)		1.275.825,86	17.759.796,13	0,00	0,00	0,00	19.035.626,29	
Despesa não efetiva (16)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma (17)=(15)+(16)		1.275.825,86	17.759.796,13	0,00	0,00	0,00	19.035.626,29	
Passivos (18) = (17) - (19)								
Saldos para gestão seguinte								
Operações orçamentais (19)=(14)-(17)		292.539,66	1.734.553,60	0,00	0,00	0,00	2.027.093,26	238.610,58
Operações de tesouraria (20)=(14)(18)-(19)								0,00
Saldo global (21)=(15)		213.279,72	1.533.209,35	0,00	0,00	0,00	1.746.489,07	-845.728,32
Despesa primária		1.275.825,86	17.753.790,13	0,00	0,00	0,00	19.028.615,29	21.390.471,56
Saldo corrente		213.279,72	1.533.209,35	0,00	0,00	0,00	1.746.489,07	845.728,32
Saldo de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo primário		213.279,72	1.533.209,35	0,00	0,00	0,00	1.746.489,07	-845.728,32
Receita total (21)+(22)+(3)		1.508.965,31	19.484.360,13	0,00	0,00	0,00	21.993.325,44	21.541.882,14
Despesa total (21)+(6)		1.275.825,86	17.759.796,13	0,00	0,00	0,00	19.035.626,29	21.390.471,56

Contabilista Público
Francisco José Belista Presado

Conselho Administração



ANEXOS



Documentação do Fiscal Único



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

|

Contribuinte n.º 503 342 742

OPART – ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, E.P.E.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

EXERCÍCIO DE 2020



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex.ma Senhora Ministra da Cultura

Ex.mo Senhor Ministro das Finanças

No cumprimento do mandato que V.Ex.^{as} nos conferiram e no desempenho das nossas funções, acompanhámos no exercício de 2020 a atividade da **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, em consequência do que vimos emitir o nosso relatório e parecer respeitante aos documentos de prestação de contas respetivos apresentados pelo Conselho de Administração, os quais compreendem, além do Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A atividade por nós desenvolvida relativamente ao exercício de 2020, envolveu a aplicação dos procedimentos técnicos de fiscalização, dos quais destacamos:

- a) A apreciação, numa base de amostragem, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade, aplicando testes de auditoria apropriados;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspetos fundamentais dos negócios sociais, através de contactos com o Conselho de Administração e serviços do OPART;
- d) A revisão dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo;
- e) A revisão da informação financeira orçamental, incluindo a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e o correspondente informação anexa.

Contou-se, da parte do Conselho de Administração e dos serviços contactados, com a maior abertura e disponibilidade, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos solicitados e, designadamente, todos os que dependem da atuação e conhecimento direto do Conselho de Administração.

Para além do acompanhamento da atividade do Conselho de Administração, aplicámos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, um conjunto de procedimentos de verificação visando analisar e ajuizar sobre as políticas e procedimentos de incidência contabilística e de controlo interno e patrimonial.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Temos a salientar que ainda não existe evidência de aprovação formal pela Tutela do relatório e contas de 2017, 2018 e de 2019, nos termos do estabelecido n.º 5 do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

PARECER

Tendo presentes as considerações anteriores, e atento o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2020, positivos em 1.286.306,81 euros, apresentada pela Administração no seu relatório, no sentido da sua manutenção em Resultados Transitados.

NOTA FINAL

Apresenta-se aqui uma palavra de reconhecimento ao Conselho de Administração, bem como à Direção Financeira e Administrativa, pela atitude cooperante com que foi possível contar.

Lisboa, em 29 de julho de 2021

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

OPART – ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, E.P.E.

Certificação Legal das Contas

EXERCÍCIO DE 2020



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.974.818 euros e um total de património líquido negativo de 1.256.046 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.286.307 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Base para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, não dispõe de um cadastro atualizado de todos os bens do ativo fixo tangível, pelo que não temos condições que nos permitam concluir com segurança elevada sobre a razoabilidade das respetivas quantias registadas no Ativo, por força de erros ou distorções gerados por eventuais divergências entre a existência física e o registo contabilístico. Ainda assim, convém ter presente que os serviços dispõem de suportes documentais para todas as aquisições ocorridas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, o **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, apesar de o património líquido em 31 de dezembro de 2020 ser negativo, a circunstância de estarmos perante uma unidade do Estado, tutelada pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Finanças, determina que, por definição, se assuma estar assegurado o financiamento público das atividades, razão pela qual não temos conhecimento de que, por motivo de falta de financiamento ou outro, exista qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades.

Adicionalmente, tal como referido na nota 18 do anexo às demonstrações financeiras, considerando a situação de subfinanciamento crónico com que a Entidade se tem deparado, os membros do governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, decidiram em 2016 converter em Património/Capital um empréstimo concedido pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no valor de 900.000 euros, acrescido dos juros vencidos, no valor global de 935.891 euros, operação que ainda não foi concretizada, devido ao facto de ainda não se encontrarem registadas na respetiva conservatória as aprovações dos documentos de prestação de contas, referentes aos exercícios de 2017 e seguintes.

Com a concretização desta operação, o património líquido em 31 de dezembro de 2020 teria a expressão negativa de 320.156 euros.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O conselho de administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho Diretivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho Diretivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 21.002.715 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 19.035.616 euros).

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o princípio da unidade de tesouraria do Estado

Conforme divulgado no balanço e na nota 1 do Anexo às Demonstrações financeiras dos Fluxos de Caixa, em termos de cumprimento das obrigações legais do Relato, a Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2020, um total de 1.967.100 euros de caixa e depósitos, das quais 1.940.297 euros (98,6%), no IGCP, 1.973 euros (0,1%) de depósitos à ordem em bancos, e 24.830 euros (1,3%) na sua tesouraria/ caixa.

Lisboa, em 29 de julho de 2021

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA

Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183

E-mail: geral@acaudidores.pt – Internet: www.acaudidores.pt

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

